



Alberto Santos Junqueira de Oliveira

**Machado de Assis e os sentidos do trabalho
no Brasil**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Roberto Augusto DaMatta

Rio de Janeiro
julho de 2021



Alberto Santos Junqueira de Oliveira

**Machado de Assis e os sentidos do trabalho
no Brasil**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção
do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Sociais
da PUC-Rio.

Prof. Roberto Augusto DaMatta

Orientador
Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Valter Sinder

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Yvonne Maggie de Leers Costa Ribeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof. Everardo Pereira Guimarães Rocha

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. William de Almeida Corbo

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2021

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Alberto Santos Junqueira de Oliveira

Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2012). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2006). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Oliveira, Alberto Santos Junqueira de

Machado de Assis e os sentidos do trabalho no Brasil / Alberto Santos Junqueira de Oliveira ; orientador: Roberto Augusto DaMatta. – 2021.

135 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2021.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Machado de Assis. 3. Antropologia. 4. Literatura. 5. Trabalho. 6. Escravidão. I. DaMatta, Roberto Augusto. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

Para Helena.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, indispensáveis para a realização desse trabalho. O presente trabalho foi realizado, ainda, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Prof. Roberto DaMatta, que além de orientador e parceiro de escrita, se tornou um amigo; questionador incansável, que ensina perguntando.

Agradeço ainda ao Prof. Valter Sinder pelo apoio e ensinamentos, que também já se estendem desde os primeiros tempos de mestrado.

De maneira semelhante, sou grato também ao Prof. Everardo Rocha, que me recebeu como “visitante” no Programa de Pós-Graduação de Comunicação Social, quando a pesquisa ainda se estruturava na direção da literatura.

Aos demais integrantes do Departamento de Ciências Sociais, professores e funcionários, sempre atentos e prontos a ajudar.

Aos amigos Maurício Ribeiro e Ludmila Paiva, pelos debates sobre o tema, que animaram tantos cafés nos últimos anos e, especialmente, pela ajuda na revisão do texto final.

Como os amigos são muitos, limito os agradecimentos a alguns daqueles que dividiram comigo o papel de estudante durante o doutorado: Aluysio, Isla, Lívia, Marcos, Maria Carolina, Olga.

Aos meus pais, pelo suporte incondicional, e à Helena, que todos os dias me provoca a melhorar.

Resumo

Junqueira, Alberto; DaMatta, Roberto (orientador) **Machado de Assis e os sentidos do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, 2021, 135 p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese tem por finalidade analisar as representações do *trabalho* como categoria social, nos contos de Machado de Assis, e compará-las com suas representações no Brasil atual. O *trabalho* é, sem dúvida, um dos elementos mais expressivos da vida social, e do que denominamos modernidade. A igualdade em que esta se fundamenta nos informa que, em princípio, todos temos que trabalhar para sobreviver; daí porque o trabalho representa uma das características mais comuns da vida cotidiana, relacionando-se a um enorme conjunto de costumes e desempenhando um papel central na vida social. Daí porque remontar ao séc. XIX brasileiro, com suas transformações e contradições, é crucial para a compreensão atual do *trabalho* no Brasil: uma sociedade escravocrata, patriarcal, convencionalista, hierarquizada e relacional, que experimentava a introdução das leis de mercado da sociedade industrial, lógicas, universalizantes e impessoais, entre as quais figura com destaque o trabalho livre e competitivo. O horizonte mais amplo da tese é desenvolver uma chave compreensiva do Brasil – tomado como um sistema cultural, e como sociedade – através do significado social que atribui ao trabalho. A hipótese central é que as representações do *trabalho* que se afiguram na obra de Machado de Assis ainda se revelam presentes na mentalidade e nas práticas sociais brasileiras, respaldando justamente um estatuto axiológico que deprecia o trabalho e o trabalhador; temos, assim, dois códigos morais do *trabalho* atuando simultaneamente em nossa cosmologia, permitindo-nos sugerir, com Roberto DaMatta, um dilema brasileiro.

Palavras-chave

Machado de Assis; antropologia; literatura; trabalho; escravidão; igualdade; hierarquia.

Abstract

Junqueira, Alberto; DaMatta, Roberto (Advisor). **Machado de Assis and the meanings of labor in Brazil**. Rio de Janeiro, 2021, 135 p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This doctoral thesis analyses labor representations in Machado de Assis' short stories, and then compares them to current representations of labor in Brazil. Labor is, undoubtedly, one of the most expressive elements of modernity. The equality in which it is grounded informs us that, in principle, we all have to work to survive. That is why it represents one of the most common phenomena in daily life, relating to a large set of habits and playing a fundamental role in social life. Therefore, reassessing the 19th century Brazilian society, with its changes and contradictions, is crucial to comprehend the current meaning of labor in Brazil: a formalist, hierarchical and slave-based society, that experienced the insertion of logical, universal and impersonal market laws from industrial societies, among which free and competitive labor stands in spotlight. On a broadest sense, this thesis develops a comprehensive key to Brazil – taken as a set of values that defines us as a cultural system and, eventually, as a society – through the social meaning that it assigns to labor. The main hypothesis is that the labor ideology that is embedded on the writings of Machado de Assis is still present in Brazilian social manners and mentality, supporting an axiological code that diminishes labor and laborer; there are, thus, two moral codes of labor acting simultaneously in Brazilian cosmology, which allows us to suggest, along with Roberto DaMatta, a Brazilian dilemma.

Keywords

Machado de Assis; anthropology; literature; labor; slavery; equality; hierarchy.

Sumário

1. Uma aproximação: o objeto e o problema	10
2. O trabalho nos contos de Machado de Assis	19
2.1 O trabalho escravo como categoria social	22
2.2 O trabalho livre como categoria social	35
2.3 A caracterização do trabalho em Machado de Assis	67
3. Comparações possíveis	82
3.1 O trabalho no Brasil de ontem...	82
3.2 ... e o trabalho no Brasil de hoje.	99
Referências bibliográficas	122
Apêndice: lista de contos examinados	130

A descrição da vida não vale a sensação da vida.
Machado de Assis, “Viver!” (*Várias histórias*, 1896)

1 – Uma aproximação: o objeto e o problema

A presente tese tem como propósito analisar as concepções do *trabalho* nos contos de Machado de Assis, e compará-las com suas percepções atuais no Brasil. O célebre escritor retratou em sua obra a sociedade brasileira – e, particularmente, a carioca – da segunda metade do séc. XIX, e seus contos exprimem isso.

O *trabalho* é, sem dúvida, um dos elementos mais intrigantes da vida social, tal como ela é realizada pelo gênero humano, sobretudo a partir do que denominamos modernidade. A ideia de igualdade em que a modernidade se fundamenta nos informa que, em princípio, todos temos que trabalhar para sobreviver; daí porque ele representa um dos traços mais comuns da vida cotidiana, relacionando-se a um enorme conjunto de costumes e desempenhando um papel central na vida social.

Contudo, e paradoxalmente, o *trabalho* como fenômeno social não recebe a atenção – como objeto de reflexão crítica – equivalente à sua presença em nossa rotina, isto é, não se busca manifestamente a investigação de sua **significação social** mais profunda no Brasil.

O campo semântico da palavra *trabalho* em português nos sugere a profundidade da questão. Segundo uma teoria bastante difundida, a palavra deriva do verbo latino *tripaliare* que, como nos informa o dicionário Aurélio, significa “martirizar com o ‘tripalium’ (instrumento de tortura)”; tratava-se de um mecanismo em que três paus ou estacas eram usados para imobilizar uma pessoa ou animal e permitir que fosse examinado à força ou torturado, vinculando-se diretamente, portanto, à ideia de **submissão**. Se a especulação estiver correta, a palavra (cuja primeira utilização data do séc. XIII, segundo o dicionário Houaiss) possui um significado profundamente **negativo** na sua origem. Outro termo latino, *laborare*, deu origem ao verbo laborar, com sentido de “ocupar-se de algum ofício” ou “exercer uma atividade”, como nos informa novamente o verbete do Houaiss, sem olvidar-se que, em latim, o verbo também podia ter o sentido de “sofrer” ou “padecer”.

Sem prejuízo das hipóteses etimológicas, os significados contemporâneos das palavras têm muito a nos oferecer. Começemos por *trabalho*: se a palavra tem o sentido mais amplo de “conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim” (Houaiss), ou de “atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa” (Aurélio), é certo que também contém uma enorme gama de significados, a depender do contexto de utilização, podendo designar, por exemplo, a ocupação (profissão) do indivíduo, o próprio lugar onde se trabalha, ou o resultado do esforço. Vale lembrar, ainda, que inúmeras outras palavras e expressões relevantes se originam a partir da palavra *trabalho*: *trabalhão*, *trabalheira*, *dar trabalho* e, sobretudo o termo *trabalhador* – de enorme extensão semântica – são algumas delas, todas apontando para a complexidade que o termo possui na língua portuguesa.

Labor não apresenta significado imediato muito distante: “trabalho”, “faina”, “tarefa árdua e demorada”, como nos indica o Houaiss; mas é certo que, cotidianamente, está mais associada aos aspectos **positivos** do *trabalho*, tanto que o Aurélio define *laborioso* como “amigo de trabalhar; trabalhador”, sem prejuízo à sua associação à ideia de tarefa custosa e árdua¹.

¹ Comparativamente, a língua francesa apresenta dois eixos de significação bem claros para a palavra *travail*, segundo o *Le Robert*: o primeiro designa tanto um estado de tormento, sofrimento (*activité pénible*) – possivelmente conservando o que seria, conforme anotei anteriormente, o significado original do termo em latim – como também o período de contrações que antecede o nascimento dos bebês (trabalho de parto); o segundo, por sua vez, inclui grande parte daqueles sentidos já apontados por dicionários da língua portuguesa: conjunto de atividades, local de trabalho (*bureau*, *atelier*), produto do trabalho (*ouvrage*), etc. É interessante e sugestivo que na língua francesa haja uma palavra, *boulot*, que designa tanto trabalho – mais precisamente o **trabalho imposto, obrigatório** – como emprego/ocupação, e cujo significado primordial se refere a comida ou alimento (*nourriture*), na medida em que tem origem no verbo *boulotter* (comer), derivado de *pain boulot* (um tipo específico e popular de pão), aproximando seu sentido do que conhecemos como “ganha-pão” ou “pôr comida na mesa”.

Na língua inglesa, por outro lado, encontramos diferenças substanciais na forma de representar o trabalho e seus correlatos; isso porque os sentidos negativos eventualmente associados ao trabalho estão quase inteiramente dissociados da palavra *work*. De fato, o *Longman Dictionary* apresenta dois eixos principais de significação, um mais estrito, de atividade, e outro mais amplo, que engloba as ideias de ofício, emprego, resultado, etc. Ambos, de toda forma, se traduzem ostensivamente em sentidos positivos, dentre os quais podemos destacar as ideias de progredir (*work one's way*), fazer algo funcionar ou dar certo (*make it work*), resolver um problema complicado (*work something out*). Já o termo *labour* tem o significado mais específico de trabalho físico e extenuante, pelo que é usualmente utilizado para designar trabalhadores industriais de maneira geral (*labourer*) e fenômenos a eles relativos (*labour force*, *labour relations*, *labour market*, etc.), bem como situações em que o trabalho é notoriamente nocivo, como campos de trabalho forçado (*labour camps*). Veja-se, nesse contexto, que a palavra *travail* também existe na língua inglesa, com o sentido de “situação difícil ou desagradável” ou “trabalho muito fatigante”,

Há, portanto, também num plano linguístico, evidências da ambiguidade que a ideia de trabalho pode assumir na língua portuguesa – um dos mais significativos sistemas de classificação do Brasil – e, portanto, da sua relevância como objeto de investigação socioantropológica.

Entendo que remontar ao séc. XIX, com suas transformações e contradições, é crucial para a compreensão das concepções de *trabalho* no Brasil: uma sociedade escravista, patriarcal, convencionalista, hierarquizada e relacional que experimentava a introdução das leis de mercado da sociedade industrial, lógicas, universalizantes e impessoais; aspectos marcantes das práticas capitalistas – o igualitarismo, a livre iniciativa, a originalidade, o dinamismo – eram absorvidos num quadro de condutas sociais que até então se baseava exclusivamente no personalismo, na rígida repetição das rotinas e na ideia fundamental de reciprocidade (tal como estudada por Marcel Mauss).

Foi o interesse em obter dados de relevância antropológica daquele período que me orientou para a literatura e, mais precisamente, para Machado de Assis. A segunda metade daquele século compreende a maior parte do período de produção literária de Machado de Assis, e mesmo as obras escritas no início do séc. XX se passam, em grande parte, no período do Segundo Reinado.

Claro que a obra literária não deve ser confundida com uma etnografia: enquanto o trabalho etnográfico tem um objetivo descritivo consubstanciado numa hipótese, concentrando-se, portanto, no “ponto de chegada”, a obra literária privilegia o processo, o pitoresco, onde é possível encontrar justamente o que pode ter sido “perdido” na etnografia; a rigor, justamente por prescindir da pretensão de teorizar sistematicamente sobre a sociedade que retrata, a literatura encontra invejável liberdade para tratar de temas cujo exame seria difícil, ou mesmo tabu (cf. DaMatta, 1993: Cap. II).

No caso da presente tese, a convergência entre etnografia e literatura interessa na medida em que permite acessar o valor etnográfico de textos literários – no caso, os contos de Machado de Assis. Não se trata de considerar a obra machadiana como texto etnográfico, mas de reconhecê-la, também, como fonte de conhecimento antropológico, isto é, capaz de ser examinada *como um ponto de*

conforme verbete do *Longman*; ou seja, o sentido negativo de suplício ou desgraça foi curiosamente “estancado” numa palavra incorporada do francês arcaico.

vista nativo. O que quero resgatar dos contos Machadianos, nesse sentido, é tanto o enredo como o *palco* em que as relações sociais de seu tempo são encenadas, de onde se pode extrair sentido.

Não busco produzir crítica literária. A relação com a obra machadiana que privilegiei segue as sugestões de DaMatta (1997a: Cap. VI) quando analisou *A hora e a vez de Augusto Matraga*, de Guimarães Rosa, pois procurei aproximar a narrativa literária da etnografia naquilo em que se assemelham (no seu caráter de *estranhamento* e *relativização* de uma determinada realidade, obviamente “removida do cotidiano”), sem perder de vista as condições em que tais deslocamentos são produzidos pelo escritor, aplicando sobre ela o instrumental antropológico.

Como se sabe, o séc. XIX é de particular interesse no estudo, mas não é possível realizar *agora* uma etnografia, em moldes tradicionais, da sociedade brasileira oitocentista, visto que seus nativos não estão mais *lá*; por outro lado, a obra de Machado de Assis, produzida *naquele período*, constitui fonte acessível, abundante e multifacetada de descrições daquela sociedade (com foco na sociedade carioca).

Trata-se, como qualquer percepção nativa, de uma narrativa permeada pela subjetividade de seu informante; essa subjetividade, no entanto, pode ser efetivamente vislumbrada (conhecida e ponderada) pelas inúmeras referências históricas, biográficas e literárias que possuímos de Machado, o que de forma alguma invalida sua narrativa como fonte de “verdade” antropológica.

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu em 1839 nos arredores do Morro do Livramento, no Rio de Janeiro, filho de pai mestiço² (filho de escravos alforriados) e de uma mãe açoriana branca. Seguindo a interpretação feita por Jean-Michel Massa (1971:46) – que destaca a imprecisão de testemunhos e registros sobre os traços físicos de Machado de Assis, reconhecendo, no entanto, que ele “tinha, como muitos brasileiros, traços negroides” – concentro essa introdução nos aspectos principais da vida do autor; sem querer definir se

² Apliquei o termo mestiço por ser utilizado em grande parte da biografia produzida sobre Machado de Assis, reconhecendo, contudo, que atualmente há um debate sobre sua validade na caracterização de descendentes de negros e brancos.

Machado de Assis podia ser considerado fenotipicamente negro, é certo que o escritor era afrodescendente e, ademais, de uma família pobre.

Seu período de produção literária se estende de meados da década de 1850 até 1908 (ano de sua morte), coincidindo, portanto, com o processo que culminou com a abolição da escravidão e a proclamação da república. Sobre sua trajetória, vale conferir, a título exemplificativo, o já citado Jean-Michel Massa, bem como Lúcia Miguel Pereira (1988 [1936]) e Antônio Candido (1970).

Tendo se lançado por méritos próprios no círculo literário carioca da época, Machado de Assis foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, da qual foi primeiro presidente, fato emblemático quanto ao lugar que ocupava como intelectual de seu tempo. A respeito dessa trajetória, é realmente sugestiva, ou sintomática, a variedade de interpretações sobre sua cor de pele.

Creio que nenhum outro escritor contemporâneo de Machado de Assis tenha figurado no cenário literário oitocentista com tamanha importância e, simultaneamente, com tão notável ambiguidade. José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, por exemplo, vinham de famílias abastadas, pertenciam à elite e eram brancos; ademais, Manuel Antônio de Almeida morreu jovem, pelo que sua obra não se compara em extensão e diversidade à de Machado de Assis. Este, por sua vez, descendia de escravos alforriados, tinha características mestiças, teve origem pobre e, de alguma forma, “furou a barreira” e se tornou parte da elite intelectual do país, o que contribui para o olhar multifacetado que, acredito, sua obra nos apresenta.

O que quero destacar, portanto, é a complexidade do autor – característica que também se observa nas críticas, e sobretudo na dificuldade de classificar sua literatura –, caracterizada na sua ambiguidade de perspectiva e no distanciamento que é capaz de promover: um autor mestiço – que passou a infância como agregado numa família tradicional –, polido, sociável e discreto, capaz de assumir um lugar liminar para retratar a sociedade carioca da época.

Creio, por isso, que a posição de Machado de Assis no universo literário nacional, bem como o acolhimento de seus escritos como descrições relevantes – num sentido etnográfico – de uma realidade social brasileira, nos permitem tomar sua obra como objeto de análise antropológica.

Minha opção pelos contos decorre sobretudo do fato de que neles se encontram mais manifestações do fenômeno *trabalho*. Além disso, por se tratarem de narrativas curtas, com estruturas simplificadas – e mesmo *inacabadas* – de personagens, enredo e recorte temporal, compõem um gênero muito mais abundante na produção de Machado: temos ao alcance mais de duas centenas de contos do autor, contra dez romances.

Assim, o conto permite ao autor explorar um horizonte temático muito amplo, oferecendo ao leitor questões e ângulos narrativos muito diversificados, o que certamente contribui para tornar nosso ensaio interpretativo mais rico. A liberdade oferecida pelo gênero pode ser exemplificada pela significativa quantidade de histórias fantásticas escritas por Machado, além de situar contos em tempos históricos diversos. Vale lembrar, aliás, que, se foi principalmente por seus romances que Machado de Assis ganhou notoriedade, há quem afirme que foi no conto que ele encontrou sua forma ideal de expressão, a exemplo do ensaísta Luís Augusto Fischer (1998).

Para além da sua estrutura e multiplicidade, os contos são episódicos, isto é, aglutinam em torno de uma circunstância, ou um conjunto limitado delas, todo o desenrolar da história. Nesse sentido, são capazes de concentrar a dramaticidade do enredo – que nos romances é um tanto mais difusa –, permitindo vislumbrar, a partir de poucos eventos, as visões de mundo que estão em jogo, e a eventual contraposição entre elas.

Finalmente, os contos de Machado foram, em sua grande maioria, publicados originalmente em jornais e revistas da época, evidenciando que suas histórias eram decididamente orientadas ao leitor cotidiano (que não deixava de constituir a minoria alfabetizada do período), que neles reconheceria instituições e comportamentos habituais. Mais do que isso: na medida em que eram publicados na mídia impressa, é provável que os contos encontrassem um público mais amplo que os romances (que só foram publicados no formato de folhetim até *Casa Velha*, de 1885-86). De fato, dos mais de duzentos contos examinados³, os cerca de cinquenta mais relevantes à análise foram publicados, em suma, por quatro jornais ou revistas da época: *Jornal das Famílias*, *Gazeta de Notícias*, *A Estação* e *Almanaque Garnier*.

³ A lista completa de contos lidos se encontra ao final da tese, na forma de apêndice.

Conforme verbete publicado no portal eletrônico da Biblioteca Nacional, o *Jornal das Famílias* foi um periódico mensal editado pelo francês Baptiste Louis Garnier no Rio de Janeiro entre 1863 e 1878. Voltado para o público feminino, seu conteúdo dominante era formado por contos, poesias, romances, culinária, moda e higiene. Coincide com o fim do *Jornal das Famílias* o surgimento d'A *Estação*, publicação quinzenal editada pela tipografia Lombaerts (Rio de Janeiro), que circulou entre 1879 e 1904. Também bastante orientada ao público feminino, dividia-se em duas partes, uma dedicada à moda, e outra literária (cf. Crestani, 2008). Foi nesse periódico, aliás, que Machado de Assis publicou o romance *Casa Velha*, em formato de folhetim.

A *Gazeta de Notícias* foi um periódico que circulou entre 1875 e 1942. Segundo verbete do CPDOC/FGV, foi um dos principais jornais da capital federal durante a Primeira República. No período de sua fundação, associava-se aos movimentos abolicionista e republicano, cujos ideais eram verbalizados no periódico por colunistas proeminentes como Quintino Bocaiúva, Antônio da Silva Jardim e José do Patrocínio. Figuraram ainda, entre seus colaboradores, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac e Ramalho Ortigão.

Por fim, o Almanaque Garnier foi um anuário editado entre 1903 e 1914 pela Livraria Garnier, para o qual Machado colaborou desde sua primeira edição, até o ano anterior à sua morte. Das quatro publicações destacadas, é a única surgida já no período republicano, cujos princípios refletia em seu projeto editorial (cf. Dutra, 2005).

De maneira mais ampla, a pesquisa cuidou, num primeiro movimento, de investigar antropológicamente o fenômeno *trabalho* a partir das suas percepções nos contos de Machado de Assis, com vistas a inferir o que se poderia chamar de uma *ideologia do trabalho* (entendida aqui na forma utilizada por Louis Dumont em sua reflexão sobre o individualismo) do Brasil do séc. XIX.

Depois de examinar, de maneira abrangente, o *trabalho* e suas manifestações no conto machadiano, comparei meus achados a concepções sociais do trabalho no Brasil de hoje – registradas tanto através de matérias de jornal como por meio de inquéritos, feitos em caráter complementar – para interpretar como se configura contemporaneamente o trabalho no Brasil.

É certo que princípios de ordem liberal animaram as principais transformações sociais do país nos dois últimos séculos – a abolição formal da escravidão (ápice de uma sucessão de medidas que atravessou todo o século XIX), a proclamação da república, um vigoroso crescimento da indústria, o desenvolvimento de instituições democráticas, etc. – e que nos permitem afirmar que o Brasil se insere hoje numa economia de mercado global, regida por práticas igualitárias (refletidas, entre outras, em livre iniciativa e livre concorrência), e que tem no trabalho livre, remunerado e competitivo um de seus mais robustos fundamentos.

A questão que se coloca, portanto, é indagar se os valores outrora associados por Machado de Assis ao *trabalho* foram – como nos sugeriria um exame objetivo de nossas leis e instituições atuais – extirpados no Brasil por uma moral de viés individualista e liberal (em que o labor exprime virtude e dignificação) ou se, como suponho, ainda encontram amplo respaldo em nossas práticas, conferindo a ele sentido forçosamente depreciativo.

O horizonte mais amplo da tese é desenvolver uma chave compreensiva do Brasil – tomado como sistema cultural e como sociedade – através do significado social que atribui ao trabalho, mais precisamente o *trabalho livre, remunerado e competitivo*, como aprofundarei ao longo da tese. Vale sublinhar um ponto: busquei interpretar os dados coletados de forma fundamentalmente qualitativa, com o objetivo de associar o trabalho – e, naturalmente, o Brasil – a conjuntos de valores.

A hipótese central é que a *ideologia do trabalho* – tomada aqui no sentido dumontiano já mencionado – que se afigura na obra do célebre escritor ainda se revela presente e expressiva na mentalidade e nas práticas sociais brasileiras, respaldando justamente o estatuto axiológico que deprecia o trabalho e o trabalhador; temos, assim, dois códigos morais do *trabalho* atuando simultaneamente em nossa cosmologia, permitindo-nos sugerir, com Roberto DaMatta, um dilema brasileiro.

A tese tem três capítulos, a saber: no primeiro, apresento o problema e a opção pelos contos de Machado; no segundo capítulo, examino as concepções de *trabalho* dos contos de Machado de Assis, a fim de caracterizar o *trabalho* no

Brasil de sua época; finalmente, no terceiro capítulo, comparo a caracterização elaborada na segunda parte com concepções atuais do trabalho no Brasil.

2. O trabalho nos contos de Machado de Assis

Examinei todos os contos de Machado de Assis, publicados entre 1858 e 1907, período de quase meio século que se espraia ao longo da maior parte do reinado de D. Pedro II, e dos primeiros anos da República.

Começamos com o caso da escravidão: a meu ver, três contos tratam manifestamente do assunto: *Mariana* (1871), *O caso da vara* (1891) e *Pai contra mãe* (1906) – há ainda o ambíguo caso de *Virginus* (1864), em que não resta claro se Julião é ou não escravo do fazendeiro Pio –, mas o fenômeno da escravidão aparece em dezenas de outros, em maior ou menor grau. O mesmo se pode dizer da caracterização do trabalho a partir da pobreza: cerca de quinze contos me parecem tê-la como tema central, de forma que a maioria deles foi analisada mais detidamente; contudo, inúmeros outros incluem, com menor intensidade, percepções da pobreza que contribuem para a análise.

Assim, o esforço de leitura sugeriu três gradações dos contos para a análise: num primeiro nível, estão os contos que trazem em seus enredos, de maneira mais evidente, temas centrais vinculados ao trabalho; num segundo nível, contos que, ao retratar costumes, práticas e cerimônias da época, iluminam certos pontos tangentes ao objeto central da pesquisa, contribuindo assim com “focalizações” importantes; finalmente, há aqueles contos que contém fragmentos relevantes sobre uma ou outra questão, aos quais tentei, sempre que possível, me referir, não apenas para registrar a frequência com que certas personagens ou relações aparecem no universo de contos, mas também para enriquecer a análise.

Para situar o leitor, relacionei cronologicamente, no quadro a seguir, alguns dos contos mais representativos trabalhados neste capítulo (em caráter exemplificativo, pois não contempla todos os contos examinados), assim como marcos relevantes do *trabalho* naquele período.

Tabela 1

	- (1850) <i>Lei Eusébio de Queirós</i> , que impôs medidas de repressão ao tráfico de escravos.
	- (1850) <i>Lei de Terras</i> , que disciplinou a aquisição de terras no país e contribuiu para a concentração fundiária.
Quinhentos contos (1868) - Luís Soares (1869) -	- (1869) <i>Decreto nº 1.695</i> , que proibiu os leilões públicos de escravos, bem como a separação de casais, ou entre pais e filhos menores de 15 anos.
Mariana (1871) -	- (1871) <i>Lei Rio Branco (Lei do Ventre Livre)</i> , que reconheceu livres os filhos de escravos nascidos a partir da sua vigência.
A parasita azul (1872) -	
As Bodas de Luís Duarte (1873) -	
Um homem superior (1873) -	
Teoria do Medalhão (1881) -	
O anel de Polícrates (1882) -	
O empréstimo (1882) -	
O Espelho (1882) -	
O Programa (1882) -	
Último capítulo (1883) -	
O caso de Romualdo (1884) -	
Uma carta (1884) -	
Só (1885) -	- (1885) <i>Lei Saraiva-Cotegipe (Sexagenários)</i> , que reconheceu livres os escravos com sessenta anos ou mais (com indenização aos proprietários).
Habilidoso (1885) -	
Terpsícore (1886) -	
Sales (1887) -	- (1888) <i>Lei Áurea</i> , abolição formal da escravidão.
	- (1889) <i>Proclamação da República</i>
O caso da vara (1891) -	- (1891) <i>Constituição republicana</i> que, entre outros pontos, extinguiu os títulos e distinções nobiliárquicas no Brasil.
João Fernandes (1894) -	
Um erradio (1894) -	
Pai contra mãe (1906) -	

As principais questões que identifiquei no mosaico narrativo de Machado de Assis estão expressas, de forma sintética, em dois eixos fundamentais: o fenômeno da escravidão, e sua contraposição ao trabalho livre; e a função do trabalho como marcador social, expressando sobretudo a relação entre pobreza e riqueza.

Dentro desses dois eixos, que correspondem aos dois próximos subcapítulos, compilei as concepções de trabalho nos contos de Machado de Assis, sempre situando em cada um deles, como já antecipei, os contos mais significativos, os parcialmente relevantes, e os fragmentos de interesse. A complexidade de

interpretar as descrições machadianas se colocou de forma mais pronunciada no segundo eixo, na medida em que um número expressivo de contos pode ser relacionado às categorias riqueza e pobreza.

Nesse caso, o esforço não se limitou, portanto, a mapear as formas como o autor construiu, em cada história, suas concepções acerca daqueles conceitos, mas sobretudo encontrar aqueles elementos que permanecem, de uma história para outra, e que poderíamos sugerir como valores que irão, de alguma forma, vinculá-las entre si, em termos abrangentes, é claro: tenho consciência de que obras escritas em momentos distintos da vida de Machado de Assis têm elementos e abordagens diferentes entre si – sobretudo do ponto de vista literário – o que é de pouca importância para o estudo, e que tampouco inviabiliza a análise.

Sempre que me pareceu proveitoso, pontuei a cronologia dos contos associados a cada um dos temas abordados, buscando com isso observar como o contexto social e os fatos mais relevantes de cada período podem ter influenciado o enredo dos contos – expediente comum na reflexão que o professor e ensaísta literário inglês John Gledson desenvolveu em inúmeras publicações sobre a obra machadiana (*cf.*, por exemplo, Gledson, 1986).

Não me parece, contudo, que tal forma de associação, comum nos ensaios de Gledson, deva ser estrita, isto é, que deva representar um foco ou método prioritário de exame em todos os casos: como já antecipei, há inúmeros contos que, escritos em momentos diferentes da carreira do autor, revelam facetas distintas de um mesmo tema central, mostrando que certas preocupações ou estímulos de Machado eram razoavelmente permanentes, tendo sido explorados por ele de diversas formas ao longo da vida: ao fim e ao cabo, Machado de Assis escreveu no Brasil e sobre ele, como sociedade.

Na qualidade de ensaio, o estudo elaborou da maneira mais simples possível as conexões entre temas, tendo sempre o trabalho como fio condutor do exame. Como pesquisador, espero francamente que, no futuro, outras análises do trabalho a partir da obra absolutamente magistral de Machado sejam formuladas a partir do esforço aqui empreendido, seja ampliando-o ou refutando-o.

2.1 O trabalho escravo como categoria social

Entre todos os contos de Machado de Assis, dois figuram recorrentemente em quase toda coletânea de obras do autor, ganhando a reputação de serem dos poucos em que ele trata diretamente da escravidão de sua época. Refiro-me, pois, a *O caso da vara* (1891) e *Pai contra mãe* (1906).

Ambos – que curiosamente foram escritos após a abolição formal da escravidão no Brasil – serão abordados neste eixo, mas de partida destaco que há outros contos, anteriores e menos conhecidos – ou, no mínimo, menos festejados pela crítica – que também abordam diretamente a temática da escravidão.

Começo a análise por um deles, *Mariana* (1871), que é particularmente significativo sobre alguns traços da escravidão, a partir dos sentimentos comunicados ao leitor por seus protagonistas. Macedo, seu narrador – um homem situado na elite, algo que fica evidente desde as primeiras linhas do conto – retorna ao Brasil depois de quinze anos na Europa, e toma pé das transformações em sua cidade natal, o Rio de Janeiro (“alguns amigos tinham morrido, outros estavam casados, outros viúvos”, e “quatro ou cinco tinham-se feito homens públicos, e um deles acabava de ser ministro de Estado”).

Ele se reúne com três bons amigos: Coutinho, um solteirão ocioso (sugerindo se tratar de um grande proprietário ou herdeiro), mas que se diz mudado e inclinado a se casar; e outros dois, o dono de uma grande casa comercial (“não hesitou em dizer tudo quanto sofrera antes de alcançar a posição atual”), e um funcionário público, que “depois de algumas vicissitudes, fizera-se escrivão numa vara cível”. É interessante que este último aparece como o menos afortunado dos amigos, pois possui ocupação de menor prestígio, considerando a posição dos demais (“o escrivão achou-se um tanto envergonhado quando lhe tocou a vez de dizer a sua vida; todos nós tivermos a delicadeza de não insistir nesse ponto”).

Ao longo do encontro, Coutinho explica que nunca se casou com a prima, Amélia (casamento que “não se efetuou por circunstâncias que ocorreram depois, e com grande mágoa minha, pois gostava dela”), aproveitando para fazer uma confidência aos amigos: que jamais fora amado por nenhuma mulher como o foi por Mariana, uma escrava criada na casa de sua família.

(...) era uma mulatinha nascida e criada como filha da casa, e recebendo de minha mãe os mesmos afagos que ela dispensava às outras filhas. Não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas, eis a diferença; no mais era como se fosse pessoa livre, e até minhas irmãs tinham certa afeição fraternal. Mariana possuía a inteligência da sua situação, e não abusava dos cuidados com que era tratada. Compreendia bem que na situação em que se achava só lhe restava pagar com muito reconhecimento a bondade de sua senhora.

Mariana recebera educação formal, embora não tão completa como a das irmãs de Coutinho e, além de aprender a ler e escrever, fora instruída também em francês e em trabalhos de agulha.

O desenvolvimento do seu espírito não prejudicava o desenvolvimento de seus encantos. Mariana aos 18 anos era o tipo mais completo da sua raça. Sentia-se-lhe o fogo através da tez morena do rosto, fogo inquieto e vivaz que lhe rompia dos olhos negros e rasgados. Tinha os cabelos naturalmente encaracolados e curtos. Talhe esbelto e elegante, colo voluptuoso, pé pequeno e mãos de senhora.

Coutinho, havendo formalizado o noivado com a prima Amélia, desperta sem saber a tristeza de Mariana: fica claro ao leitor que Mariana nutre secretamente um amor por ele. Ele a interpela para saber por que está sofrendo (“se gostas de alguém poderás ser feliz com ele porque ninguém te oporá obstáculos aos teus desejos”, diz). Mariana sugere ser interditado falar sobre esse assunto, e que ela não pode ter amores, pois é “uma simples escrava”. “Escrava, é verdade, mas escrava quase senhora. És tratada aqui como filha da casa. Esqueces esses benefícios?”, rebate Coutinho. Após rápido diálogo, mas sem revelar o que sente, ela lhe beija a mão várias vezes e se vai.

Todos estes acontecimentos tinham chamado a minha atenção para a mulatinha. Parecia-me evidente que ela sentia alguma coisa por alguém, e ao mesmo tempo que o sentia, certa elevação e nobreza. Tais sentimentos contrastavam com a fatalidade da sua condição social. Que seria uma paixão daquela pobre escrava educada com mimos de senhora? Refleti longamente nisto tudo, e concebi um projeto romântico: obter a confissão franca de Mariana e, no caso em que se tratasse de um amor que a pudesse tornar feliz, pedir a minha mãe a liberdade da escrava.

Embora questionada, Mariana não revela seu segredo nem a Coutinho, nem à sua irmã Josefa, e estremece ao pensar que venha a ser interrogada por sua senhora. Josefa diz a Coutinho que pensa ser ele o objeto de afeto de Mariana, ao que ele ri, incrédulo. Tal suspeita se fortalece com o adoecimento de Mariana algumas semanas antes do casamento de Coutinho: ele vai até ela e pede que se alimente e melhore, e apenas então ela se reestabelece.

Confesso, entretanto que, apesar de não competir de modo nenhum os sentimentos de Mariana, entrei a olhar para ela com outros olhos. A rapariga tornara-se interessante para mim, e qualquer que seja a condição de uma mulher, há sempre dentro de nós um fundo de vaidade que se lisonjeia com a afeição que ela nos vote.

Além disto, surgiu em meu espírito uma idéia que a razão pode condenar, mas que nossos costumes aceitam perfeitamente. Mariana encarregara-se de provar que estava acima das veleidades.

Certo dia Coutinho é acordado de manhã pelo alvoroço causado pela fuga de Mariana. Ele acaba a encontrando perto da casa de Amélia, onde ela revela que o ama. Coutinho não retribui o sentimento, mas sente piedade pela sua situação, o que desperta os ciúmes de Amélia. Logo antes do casamento, no natal (“minha mãe costumava dar festas às escravas”, que “consistiam em dinheiro e algum objeto de pouco valor”), Mariana foge novamente, despertando a fúria de toda a família, menos de Coutinho, que se sente algo responsável.

Ele a encontra novamente, numa estalagem no Centro, e tenta, de várias maneiras, convencê-la a voltar à casa por meios pacíficos, sem sucesso. Quando sugere que vai chamar a polícia para leva-la à força, ela consome o veneno de um pequeno frasco que levava no bolso. Coutinho está estarrecido, e Mariana lhe diz: “Nhonhô não tem culpa: a culpa é da natureza”. Ela morre em seguida. Os acontecimentos, e a preocupação de Coutinho em relação a eles, fazem com que Amélia cancele o casamento.

Coutinho concluiu assim a sua narração, que foi ouvida com tristeza por todos nós. Mas daí a pouco saíamos pela Rua do Ouvidor fora, examinando os pés das damas que desciam dos carros, e fazendo a esse respeito mil reflexões mais ou menos engraçadas e oportunas. Duas horas de conversa tinha-nos restituído a mocidade.

O conto revela a complexidade – marcada por características ambíguas ou mesmo paradoxais – da relação doméstica entre escravos e senhores, ilustrada pelo tratamento híbrido dado a Mariana desde moça. Ela tem tratamento familiar (íntimo) e educação semelhantes às das filhas da senhora, mas não frequenta ocasiões mais ou menos públicas, simbolizadas pela mesa de refeição e pelas visitas à família.

Ademais, a descrição física de Mariana mescla elementos físicos de escrava (“era o tipo mais completo da sua raça”, com “tez morena do rosto”, “olhos negros e rasgados”, “cabelos naturalmente encaracolados”) com aqueles tipicamente associados às senhoras de elite: “talhe esbelto e elegante, colo voluptuoso, pé pequeno e mãos de senhora”. Aqui parece haver uma preocupação simbólica de Machado na caracterização de Mariana, de forma a acentuar sua posição liminar (que resta, ao final do conto, englobada pela condição de escrava).

De fato, o que mais me chama a atenção no conto é a inexorabilidade da condição de escravo, que encontra eco nas palavras de Coutinho (“a fatalidade da sua condição social”), e, sobretudo, nas de Mariana (“uma simples escrava”, “a culpa é da natureza”). Veja-se: a história sugere que algum relacionamento entre os dois seria possível, contanto que fosse clandestino e oficioso, como nos indica a observação de Coutinho: “confesso que... entrei a olhar para ela com outros olhos. (...) surgiu em meu espírito uma idéia que a razão pode condenar, mas que nossos costumes aceitam perfeitamente”.

A posição liminar de Mariana, e a indiferença (ou repressão inconsciente) do comportamento de Coutinho – sugerindo se tratar de uma relação incestuosa –, poderiam ser um indicativo de que, para Machado, o escravo era, sob alguns aspectos, ou dentro de determinadas circunstâncias, parte da família? Esse parece ser o caso no conto: diante da posição ambígua que ocupava Mariana no quadro familiar – ora escrava, ora “irmã” –, uma eventual relação de Coutinho com ela seria decididamente um caso de incesto.

O fato, no conto, é muito mais compreendido (ainda que inconscientemente) como tabu por Coutinho do que por Mariana: ela não se sente tão irmã, explicando a impossibilidade do romance por sua “natureza” de escrava; sobre ele, por outro lado, parece recair uma inibição da atração física que não seria explicável pela condição de escrava de Mariana, mas de sua relação familiar com o protagonista.

Mariana (1871), de toda forma, parece antecipar em duas décadas algumas das questões que aparecerão mais tarde em *O caso da vara* (1891), cuja história se passa, conforme nos aponta o narrador, antes de 1850. Ali se conta a história de Damião, um jovem que foge do seminário e, evitando voltar para casa (pois sabe que o pai o punirá e o devolverá à formação sacerdotal), busca auxílio na residência de Sinhá Rita, uma viúva próxima de seu padrinho, João Carneiro.

Sinhá Rita olhava para ele espantada, e todas as crias, de casa, e de fora, que estavam sentadas em volta da sala, diante das suas almofadas de renda, todas fizeram parar os bilros e as mãos. Sinhá Rita vivia principalmente de ensinar a fazer renda, crivo e bordado. Enquanto o rapaz tomava fôlego, ordenou às pequenas que trabalhassem, e esperou.

Sinhá Rita chama a um moleque – os contos de Machado de Assis estão recheados deles, atendendo portas, entregando mensagens, atendendo pedidos inusitados – e manda-lhe chamar a João Carneiro, a quem tentará convencer a apoiar

a desistência de Damião da carreira de sacerdote. Enquanto o esperam, Damião já está mais calmo e descontraído, e conta anedotas à viúva.

Uma destas, estúrdia, obrigada a trejeitos, fez rir a uma das crias de Sinhá Rita, que esquecera o trabalho, para mirar e escutar o moço. Sinhá Rita pegou de uma vara que estava ao pé da marquesa, e ameaçou-a:

— Lucrécia, olha a vara!

A pequena abaixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência; se à noitinha a tarefa não estivesse pronta, Lucrécia receberia o castigo do costume. Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha, e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa. Sinhá Rita não lhe negaria o perdão... Demais, ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste.

O padrinho chega à residência, e se vê diante da necessidade de optar entre atender o pedido de Sinhá Rita – decidida a apoiar a decisão de Damião – e o comando original do pai do seminarista. Resta implícito no conto que há um vínculo amoroso entre João Carneiro e Sinhá Rita, pelo que o padrinho deseja atendê-la (isto é, convencer o pai do jovem a autorizar o abandono do seminário). Por outro lado, não deseja ser o responsável por tão ingrata tarefa (“Por que não pedia outra coisa? (...) que fosse a pé, debaixo de chuva, à Tijuca, ou Jacarepaguá? Mas logo persuadir ao compadre que mudasse a carreira do filho... Conhecia o velho, era capaz de lhe quebrar uma jarra na cara”.)

Resignado, João Carneiro sai para ir ao encontro do pai de Damião; o rapaz fica ansioso durante o jantar na casa de Sinhá Rita (“não fiava no caráter mole do padrinho”). Em seguida a anfitriã recebe moças, todas suas vizinhas, para um café, ao passo que “as discípulas, findo o jantar delas, tornaram às almofadas do trabalho”, as quais Sinhá Rita gerenciava, paralelamente às visitas.

“Afim, à boca da noite, apareceu um escravo do padrinho, com uma carta para Sinhá Rita”; ele avisava que o pai ficara furioso, mas que concordara em pensar no assunto até o dia seguinte. Sinhá Rita escreve uma resposta na meia folha da própria carta (“Joãozinho, ou você salva o moço, ou nunca mais nos vemos”), e a entrega ao escravo, para que a levasse depressa.

Era hora de recolher os trabalhos. Sinhá Rita examinou-os; todas as discípulas tinham concluído a tarefa. Só Lucrécia estava ainda à almofada, meneando os bilros, já sem ver; Sinhá Rita chegou-se a ela, viu que a tarefa não estava acabada, ficou furiosa, e agarrou-a por uma orelha.

Sinhá Rita agarra a moça para castigá-la com uma vara, que se encontra do outro lado da sala, e pede a Damião que lhe entregue a vara, pois não quer soltar a escrava. Lucrécia se debate, chorando e pedindo clemência. Damião tem um instante de indecisão, pois além da sua secreta promessa de apadrinhar a menina, ela ainda lhe suplica que a acuda. Apesar da hesitação, Damião pensa no quanto precisa da ajuda de Sinhá Rita para sair do seminário, e termina por lhe entregar a vara.

No conto, Machado de Assis parece retomar a denúncia à condição incontornável do escravo – Lucrécia é submetida a um regime fatigante de trabalho, e punida fisicamente por não alcançar a produtividade estipulada pela senhora – evidenciando que, embora as relações entre ela e sua senhora pudessem eventualmente ser mediadas por alguns mecanismos sociais de solidariedade, Lucrécia estava inevitavelmente submetida à realização de todo o trabalho ordenado, e à punição extrema em caso de alguma falta. Embora o conto tenha sido escrito já após a abolição formal do regime escravista, situações provavelmente semelhantes ainda ocorriam na vida doméstica da sociedade carioca recém-republicana.

Por singela oposição, Damião se vale do auxílio do padrinho e de sua comadre (amante do padrinho), para convencer o pai a desobrigá-lo de um suposto dever, e evitar que seja punido por isso. Embora seja uma obrigação atender a certas imposições familiares, Damião é livre e pertence a um segmento social com algum recurso; pode mobilizar capital social para desviar-se da imposição, que aliás consiste em seguir uma carreira que, do ponto de vista do trabalho, possui muito prestígio.

Outro aspecto interessante repousa justamente sobre a ocupação de Sinhá Rita: ela ensina jovens escravas, suas ou não, a fazer trabalhos com agulha; tais meninas serão posteriormente forçadas a vender seu trabalho em proveito de seus senhores, como veremos no capítulo seguinte desta tese.

Pai contra mãe também aborda em seu enredo alguns dos temas antecipados em *Mariana* e *O caso da vara*, em particular o da inexorabilidade da condição do escravo, um *morto social*, como define o sociólogo Orlando Patterson (1982). Escrito em 1906 – mas se desenrolando ficcionalmente cerca de cinquenta anos antes –, o conto começa de maneira muito peculiar, com o narrador observando que

a escravidão levou consigo certos artefatos e ofícios típicos, como o ferro ao pescoço, o ferro ao pé e a máscara de Flandres.

Já observei anteriormente que a crítica aos recursos literários usados por Machado de Assis não é objeto desta pesquisa, mas aqui vale uma breve exceção, para anotar um ponto que me parece central quanto ao que Machado de Assis pretendeu com o conto.

Os aparelhos mencionados pelo narrador no início da história são detalhados de uma forma enviesada; de fato, ele relaciona positivamente certos aspectos daqueles mecanismos (“fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. (...) com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede”), sem aprofundar o fato de que tais objetos estavam a serviço de uma instituição social que, ao tempo de publicação do conto, já estava abolida havia quase duas décadas. Há, portanto, uma clara intenção do autor de provocar o estranhamento do leitor – e assim dar foco na complexidade axiológica de uma sociedade em que a escravidão era um fato corriqueiro – justamente por meio de uma ironia que vulgariza tais expedientes, a que Roberto Schwarz (1983: 46) denominou “desfaçatez literária”:

Em vez de buscar a isenção, e a confiança que a imparcialidade suscita, o narrador machadiano dá espetáculos de desprante, que vão da picuinha à semostração literária e ao crime. Paradoxalmente, resulta um retrato social que é mais revelador que o dos contemporâneos naturalistas, os quais entretanto ambicionavam a objetividade. E uma vez que nosso assunto é a representação da pobreza, note-se também que a má-fé deliberada no trato dos pobres exaspera o sentimento da injustiça no leitor, mais intimamente talvez que as descrições maciças praticadas pelo mesmo Naturalismo.

Entendo, contudo, que a “desfaçatez” do narrador machadiano observada por Schwarz revela justamente a contundente sensibilidade (e honestidade) de Machado sobre sua própria sociedade, um sistema que não se decidiu por uma ideologia hegemônica. Daí porque Schwarz reconhece que ela produz “paradoxalmente” um retrato mais revelador que o dos naturalistas de então.

Como se sabe, sempre houve grande dificuldade de classificar a literatura de Machado de Assis. Isso acontece, a meu ver, porque sua maneira de escrever rejeita rótulos – em alguma medida políticos, creio – mais facilmente aplicáveis aos seus contemporâneos; no caso dos naturalistas, por exemplo, como denunciante explícitos da condição de vida das camadas inferiores.

De toda forma, é usando aquele artifício literário que o narrador de Machado nos apresenta o ofício de “pegar escravos fugidios”, posto que

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. (...) Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando.

O ofício, diz o narrador, não era nobre, “mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras”, destacando ainda que ninguém se dedicava a ele por vocação ou estudo, mas por pobreza, necessidade ou inaptidão para outras tarefas. Este é o caso do protagonista Candinho, que tinha o “grave defeito” de não perdurar em nenhum emprego, o que ele considerava apenas azar.

Candinho já tentara inúmeros ofícios (tipografia, comércio, contínuo de repartição, carteiro, entalhador), e o conto nos sugere que ele, em verdade, não resiste à rotina de qualquer trabalho em que seja preciso trabalhar dura e longamente, desenvolver técnica, e se submeter à supervisão alheia (“viu cedo que era preciso algum tempo para compor bem”; “a obrigação (...) de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho”; “não achava à mão negócio que aprendesse depressa”). O ofício de pegar escravos fugitivos, por outro lado, “não obrigava a estar longas horas sentado”, “só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda”, e lhe rendia quantias significativas “de um salto”.

Vivendo em situação de pobreza, com a esposa grávida e dificuldade de ganhar dinheiro por meio de seu “ofício”, Candinho é obrigado a sair de seu imóvel alugado, para morar de favor num imóvel emprestado à tia de sua mulher; a mesma tia defende cotidianamente que Candinho busque outro emprego e, diante das suas negativas, tenta convencê-lo a dar a criança à roda dos enjeitados. Ele resiste à ideia por longo tempo, mas acaba cedendo diante da perspectiva de que o filho vivesse na miséria, ou mesmo sucumbisse a ela.

A caminho do lugar onde abandonaria o filho, ele avista uma escrava fugitiva, cujo anúncio havia visto pouco antes; a recompensa oferecida, cem mil-réis, seria o suficiente para manter o filho e buscar alternativas. Ele deixa a criança aos cuidados de um comerciante e agarra a escrava – ela está grávida –, que lhe

suplica não seja devolvida ao senhor, que a punirá; oferece, inclusive, servi-lo como sua escrava. Candinho só pensa no prêmio (*i.e.*, no dinheiro que a escravidão inibe, ou que nela não é um elemento estrutural), e devolve a escrava à residência de seu senhor, recebendo-o de pronto.

Acaba por testemunhar o aborto da escrava, cujo feto já se revela sem vida. Ele corre para buscar seu próprio filho, a quem beija entre lágrimas, refletindo que “nem todas as crianças vingam”. O desfecho do conto afirma, novamente (a exemplo do conto *Mariana*), a existência de um enquadramento moral onde a culpa não é do personagem, mas do sistema ou da natureza.

Além do aspecto da terrível condição de submissão do escravo, o conto revela também elementos sobre as condições de vida dos trabalhadores livres em meados do séc. XIX: Clara, a esposa, precisa costurar arduamente, em auxílio à tia, para ajudar o marido a manter a vida que levavam, mesmo beirando a miséria.

A perspectiva de permanência na pobreza, tendência vocalizada principalmente pela tia, parece ser incontornável para quem vive de trabalhos manuais, razão pela qual ela tanto insiste em que Cândido procure outro emprego; entretanto, as opções que se apresentam não atraem o protagonista, que as rejeita sob os mais variados argumentos – a meu ver, de forma paradigmática, uma vez que a verdadeira razão da resistência de Cândido parece ser justamente a ojeriza aos elementos que compõem todo tipo de trabalho, mais ou menos braçal.

Essa é, aliás, uma das maiores contribuições do conto: aprofundar um tipo específico de relação “psicológica” do brasileiro (através do comportamento de seu protagonista, naturalmente) com o trabalho. A postura indisciplinada, displicente de Candinho em relação aos mais variados ofícios nos remete à figura arquetípica do aventureiro, descrito por Sérgio Buarque de Holanda (1995 [1936]: 44) – em oposição ao trabalhador – como aquele indivíduo cuja ação social é pautada pela “audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade”, e para quem nada “parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador”.

O “grave defeito” de Candinho de não vingar em nenhum emprego é camuflado por ele como “azar”, quando resta claro que ele, na verdade, não queria trabalhar (o que era, naturalmente, tarefa de escravos). Sua sensação de orgulho ferido quando precisava “atender e servir a todos” revela uma resistência

aristocrática ao igualitarismo republicano (vale lembrar que o conto é de 1906) que se projeta no trabalho livre e remunerado. Buscando superar a miséria (o que é bastante emblemático, pois significa que ele, branco e livre, mas muito pobre, se encontra em situação semelhante à do escravo), ele opta por uma função absolutamente compatível com a ordem e a hierarquia vigentes (a de captor de escravos).

Cândido, portanto, vive de recompensas esporádicas como vigilante da escravidão, capturando escravos em fuga (*i.e.*, indivíduos que estão justamente fugindo do **trabalho como castigo e destino maldito**, que é terrivelmente cruel para pessoas na sua condição social), de forma que seu próprio ofício é liminar, representando ao mesmo tempo um trabalho e um não-trabalho, pois ele não se submete a horário certo, disciplina rígida, supervisão, repetição mecânica da atividade, etc. Esse local ambíguo da estrutura social ocupado por Candinho o aproxima, inevitavelmente, da figura do malandro, tal como estudado por Roberto DaMatta (1997a [1979]: Cap. V), o que será retomado adiante.

Dos contos analisados neste eixo, o que me parece utilizar com mais força o recurso metafórico – justamente porque trata de algo que se situa como valor ou princípio mais profundo da estrutura social de então – é *O Espelho* (1882), apresentado por Machado de Assis com o subtítulo “Esboço de uma nova teoria da alma humana”.

Sua personagem principal, Jacobina, defende perante alguns amigos sua teoria de que cada pessoa tem duas almas, uma exterior e uma interior, fazendo menção a um caso que lhe ocorreu muitos anos antes, logo após ter sido nomeado Alferes da Guarda Nacional. Como era pobre, a nomeação lhe faz mudar de papel imediatamente, o que implica na inveja de alguns amigos, e na satisfação da família com o novo posto (“na mesa tinha eu o melhor lugar, e era o primeiro servido”); em breve, diz ele, “o alferes eliminou o homem”, e sua alma exterior, “que era dantes o sol, o ar, o campo, os olhos das moças, mudou de natureza, e passou a ser a cortesia e os rapapés da casa, tudo o que me falava do posto, nada do que me falava do homem”. Ele viaja então ao sítio de uma tia para uma temporada, onde é presenteado com um grande e magnífico espelho. Ocorre que um problema de saúde na família da tia a obriga a viajar, deixando-o sozinho a tomar conta do sítio, “com

os poucos escravos da casa”. No dia seguinte, Jacobina percebe que todos os escravos fugiram:

Achei-me só, sem mais ninguém, entre quatro paredes, diante do terreiro deserto e da roça abandonada. Nenhum fôlego humano. Corri a casa toda, a senzala, tudo, nada, ninguém, um molequinho que fosse. Galos e galinhas tão somente, um par de mulas, que filosofavam a vida, sacudindo as moscas, e três bois. Os mesmos cães foram levados pelos escravos.

A partir desse momento, o espelho não mais projetava sua imagem nítida, mas obscurecida, difusa. Sente-se mal, como se lhe faltasse uma parte (“tinha uma sensação inexplicável. Era como um defunto andando, um sonâmbulo, um boneco mecânico”). Aborrecido, ele decide ir embora e começa a se vestir com a farda de alferes, e, para seu espanto, o espelho volta e reproduzir sua imagem nítida.

Daí em diante, fui outro. (...) Cada dia, a uma certa hora, vestia-me de alferes, e sentava-me diante do espelho, lendo, olhando, meditando; no fim de duas, três horas, despia-me outra vez. Com este regímen pude atravessar mais seis dias de solidão, sem os sentir...”

Gledson (2006: 361) formula hipótese de que o espelho em que Jacobina se admira – peça histórica, herdada pela madrinha e que remonta à sociedade portuguesa que em 1808 se muda para o Rio de Janeiro, tornando-o capital do império – representa um dos **mitos fundacionais** do país, a cujo reflexo a sociedade brasileira recorre para afirmar sua própria identidade. A carga alegórica do conto restaria, portanto, na evidente dificuldade que o brasileiro encontra de construir uma identidade nacional, pois que o “enquadramento” do seu mito de origem impõe um perverso paradigma, de civilização decadente, assentada sobre valores que àquela altura são contestados por valores liberais e individualizantes que com ele compartilham influência sobre as práticas sociais.

O papel dos escravos em “O espelho” sempre me deixou intrigado. Eles, antes de mais nada, mediante bajulação, inflam de maneira absurda a vaidade de Jacobina, e então, no dia seguinte, a eliminam completamente ao fugir. O medo, deve-se atentar, é excluído – ele só lamenta que a tia tenha perdido os bens. Pode-se afirmar que esta é a essência da escravidão: os escravos são uma posse, que por definição não é gente, mas que, para determinados propósitos, o é, o que gera essa sensação de identidade muito frágil e dependente da “opinião” de alguém sujeito ao capricho do senhor. Os escravos são uma parcela vital da dialética entre a presença exagerada e a ausência. (Gledson, 2006: 365)

A hipótese de Gledson me parece válida e digna de nota, mas creio que poderia ser aprofundada – a teor da sua própria suspeita – quanto ao papel que os escravos desempenham na alegoria, o que não me parece contradizer, em absoluto, o fundamento de sua sugestão sobre os significados mais relevantes do conto. De

fato, chama a atenção a fuga dos escravos como derradeiro elemento de dissolução da posição social de Jacobina, mas a ambiguidade de sua existência no quadro sociocultural brasileiro da época vai além, penso, daquela sugerida por Gledson.

Numa estrutura social hierárquica como aquela, as camadas superiores (em cujo território Jacobina entende ter sido aceito por meio do papel de alferes) têm sua identidade (e, no limite, sua existência) construída por oposição às camadas de baixo (cujo modelo exemplar mais inferior é o escravo), de forma que seu título só tem significado por efeito de comparação com o resto da estrutura social (“essa alma ausente com a dona do sítio, dispersa e fugida com os escravos, ei-la recolhida no espelho”).

Quando a base inferior do sistema – o escravo – desaparece, não existe mais parâmetro que forneça sentido à sua condição de alferes. Machado, portanto, não apenas destaca a dimensão hierárquica e personalista da sociedade do seu tempo, mas afirma categoricamente a escravidão como seu elemento constitutivo, sem o qual o resto da estrutura desaba, sem significado.

Machado de Assis volta a refletir sobre as dimensões individual e relacional da vida social em *Só* (1885), mas não com a mesma contundência: Bonifácio se refugia sozinho numa casa no subúrbio da cidade – a exemplo de um amigo excêntrico, que tem por hábito privar-se por um longo tempo de relações sociais, metendo-se em casa “com o único preto que possuía, e a quem dava ordem de lhe não dizer nada”. Ao contrário do amigo, que conta com um escravo para os trabalhos domésticos, Bonifácio passa algum tempo sozinho, fazendo reparos na casa e preparando sua própria alimentação, que a cada dia se revela pior (“jantou menos mal, ainda que sem sopa; tomou café, preparado por ele mesmo”; “o almoço era o melhor que se podia desejar em tais circunstâncias”; “Jantou mal, e, para consolar-se, bebeu muito Borgonha”; “O almoço foi ainda pior que o jantar da véspera”).

Ao cabo de alguns dias Bonifácio desiste e retorna ao Rio de Janeiro, e a causa de sua incapacidade de se isolar totalmente do convívio social parece ser representada justamente pela inexorabilidade da dimensão relacional na construção da identidade do brasileiro, construída no conto por oposição à solidão total. Sem os outros, a posição social de Bonifácio e sua imagem de si mesmo são comprometidas; entre as muitas carências sentidas pelo protagonista, uma das mais

sensíveis no texto é precisamente representada na dimensão do trabalho doméstico, que em condições habituais era naturalmente realizado por escravos.

2.2 O trabalho livre como categoria social

As categorias-chave *riqueza* e *pobreza* são, provavelmente, as que aparecem com maior amplitude, ou fartura, no universo de contos machadianos, e foi em sua oposição que fundamentei a análise neste subcapítulo. Tomei, como ponto de partida, algo que me chamou atenção de imediato na leitura dos contos: é notável a frequência com que Machado menciona valores pecuniários nas histórias, referindo-se expressamente a ordenados, fortunas, heranças, prêmios e preços, o que nos sugere não apenas que ele tinha consciência da conversão de objetos e costumes em valores monetários, mas também que é possível usar essa escala para mensurar os graus de riqueza e pobreza que o autor deseja sublinhar quando faz uso de tais descrições.

As referências explícitas a valores feitas pelo autor também foram percebidas por Raymundo Faoro em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (2001 [1974]), e as comparações que ele estabelece naquela obra são bastante úteis para definir os elementos do binômio pobreza/riqueza mais relevantes à análise.

Vale, de imediato, propor algumas notas sobre o sistema econômico que vigorou ao longo do séc. XIX. Em primeiro lugar, *Réis*, como unidade básica do sistema monetário da época, correspondia ao plural de real, moeda portuguesa dos séculos XV e XVI; mil-réis (1\$000) representavam, portanto, mil unidades de réis, ao passo que um conto de réis (1:000\$000) correspondia a um milhão de réis. Esse padrão monetário perdurou durante toda a vida de Machado de Assis, sendo substituído pelo Cruzeiro em meados do séc. XX.

Outro ponto importante consiste no fato de que, em razão de diversos fatores da economia brasileira e internacional da época (cujo detalhamento não importa ao estudo), o processo inflacionário no Brasil foi razoavelmente suave ao longo da maior parte do séc. XIX⁴, tendo se acentuado apenas ao final dele, pelo que o poder de compra da moeda não sofreu depreciações muito bruscas ou acentuadas no período.

⁴ Com uma média de 1,91% a.a. entre 1820 e 1889 (cf. Tombolo & Sampaio, 2013).

Isso significa que, embora houvesse inflação, as quantias – sobretudo a ordem de grandeza das cifras mencionadas por Machado – não se alteraram a ponto de perderem o valor simbólico (de muito ou pouco dinheiro).

Vale lembrar, por fim, que, do ponto de vista econômico, e ao longo de todo aquele período, o Brasil foi um país essencialmente agrário, orientado para exportação de produtos primários (em especial o café), o que significava que grande parte do capital disponível na economia estava aplicado na produção agrícola. Mais do que isso, e ao contrário do que o senso comum nos sugeriria, não era a terra o principal lastro de valor daquele modelo econômico, mas sim o escravo, que correspondia a cerca de 70% do investimento de capital produtivo da época (Faoro, 2001: 209); significa dizer: o escravo como bem tinha um valor significativamente alto, sobretudo a partir da efetiva proibição do tráfico, em 1850.

Temos então, como cenário geral ao longo do séc. XIX – e que, portanto, orienta a interpretação das referências de Machado de Assis ao longo dos contos – os fatos de que a moeda se manteve a mesma durante todo o período em que os contos foram escritos, e que seu poder de compra sofreu pouca variação, de forma que a comparação entre as histórias (ao menos sob essa dimensão) é bastante razoável; ademais, que o capital circulante advinha, majoritariamente, da produção agrícola cafeeira.

De partida, já adianto que os contos examinados sugeriram a classificação das descrições patrimoniais de Machado em três grupos fundamentais: o primeiro grupo, das fortunas, corresponde àquele cujas personagens pertencem à elite econômica, gozando de imenso patrimônio; o segundo grupo, intermediário, envolve aquele segmento econômico que possui algum patrimônio, que no entanto não configura fortuna e, sobretudo, não exime seus integrantes, em princípio, da necessidade de trabalhar; por fim, o terceiro grupo é o daqueles cidadãos livres que não possuem bens, ou pouquíssimos, e cuja vida é essencialmente ocupada pelo trabalho que lhes garante sustento.

É claro que a classificação proposta acima não aparece convenientemente isolada nos contos: é frequente que haja situações, numa mesma história, que provoquem a interação entre grupos, de forma que a trama acaba por conter manifestações das práticas e valores associados a mais de um segmento. Por isso, a

apresentação dos contos não segue rigorosamente aquela divisão, mas tenta sempre examinar cada conto segundo essa perspectiva.

Tome-se como exemplo o primeiro grupo: ele reúne, em sua maioria, aquelas personagens cuja riqueza existe de antemão, pois foi herdada, e se materializa em fortuna que gera renda, propriedades da família, fazendas, imóveis, escravos.

Esta classe proprietária **não enriquece com o trabalho**, mil-réis a mil-réis, salvo os raros exemplos (...). **A fortuna já vem pronta** de uma geração a outra, de pai a filho, de sogro a genro, de tio a sobrinho, de avô a neto. **Herda-se sem testamento e com testamento**, o testamento, que modifica o destino de tantas personagens. (...) **A fortuna vem inteira, bastará apenas, se necessário, convertê-la em bens de desfrute seguro, mais nada**. O testamento despertará não apenas o herdeiro universal e o legatário, mas criará, ao seu lado, a fauna sinistra dos urubus de enfermos e velhos, cobiçosos de uma fatia de bem-aventurança. (Faoro, 2001: 243)

No entanto, inúmeros contos de Machado exploram justamente a perda de fortunas pelos mais ricos, seja pelo advento de catástrofes financeiras ou pelas ações de perdulários; inversamente, também se observa nas histórias personagens que enriquecem e passam à elite econômica, seja por esforço próprio, por heranças inesperadas ou casamentos pródigos.

É preciso fazer, aliás, uma observação sobre as personagens cuja fortuna foi acumulada segundo ferramentas tipicamente capitalistas – grandes negócios, operações comerciais e financeiras – ainda que sejam clara minoria nos contos, e sobretudo por causa disso.

As oportunidades de obtenção de fortuna por meios próprios eram bastante excepcionais, e condicionadas a atividades que inevitavelmente faziam parte do motor econômico do país, que girava em torno da produção agrícola (sobretudo de café), o que explica que constituam fenômeno incomum na concepção machadiana de riqueza. Ademais, a própria forma como o autor descreve essas personagens e situações indica que a grande categoria dos ricos, a que pertencem, tem seu *ethos* demarcado a partir dos valores e costumes do seu segmento mais tradicional, vinculado à grande propriedade e à ancestralidade das grandes famílias.

Dessa forma, mesmo as personagens cujo patrimônio decorre essencialmente de atividades comerciais ou financeiras (e, portanto, de uma postura *ativa* que ideologicamente se associa aos valores liberais do capitalismo moderno) têm práticas sociais – e sobretudo aquelas orientadas para a manutenção de sua

fortuna – bastante semelhantes à da aristocracia da terra: o recurso a títulos de nobreza ou postos simbólicos como forma de ascensão social, a herança como meio de sua perpetuação, e a busca por casamentos de interesse que fazem somar e concentrar fortunas.

Tudo isso me levou a considerar que a representação desses dois *tipos ideais* – o aristocrata tradicional e o *self-made man* capitalista – se incorpora numa grande amálgama da riqueza: a sociedade patriarcal, agrária e escravista do Brasil oitocentista engloba e limita de tal forma o fenômeno da grande fortuna atingida por meios próprios, que acaba fazendo com que ela se mescle com a outra numa só (porém complexa e multifacetada) interpretação da riqueza.

Ademais – e este talvez seja o fato que mais nos importa – as caracterizações desses tipos de riqueza acabam por representar o mesmo tipo de trabalho, que ao fim e ao cabo é administrar, gerir; isto é, a noção de trabalho associada nos contos tanto aos grandes e tradicionais proprietários, cujo patrimônio foi herdado de família, quanto aos “novos ricos”, é, no fim das contas, muito semelhante, pois se define simplesmente como comandar a tomada de decisões (a aplicação de recursos na manutenção da fortuna ou seu crescimento), sem qualquer foco no desempenho de uma atividade regular, técnica e disciplinada.

(...) a renda define o estrato superior, renda de empregos elevados ou renda de bens.
Renda sem trabalho, com o horror ao trabalho das mãos, distante, no mínimo, uma geração. (Faoro, 2001: 230)

Como disse, me servi de algumas comparações feitas por Faoro (2001) como forma de estabelecer relações e definir os grupos segundo os quais classifiquei ricos e pobres: o visconde de Mauá, uma das figuras mais proeminentes do Império, já havia reunido, em 1846, meios para lhe assegurar uma renda anual superior a 50 contos de réis, o que sugere, a partir dos juros praticados na época (6% ao ano), um patrimônio que deveria ultrapassar os 800 contos de réis.

O conde d’Eu e a princesa Isabel, por sua vez, possuíam uma renda anual de 150 contos, conforme dados de 1864. A comparação é, aliás, reveladora: diferentemente do empresário Mauá, o conde e a princesa são aristocratas, parte da realeza. Não trabalham, e seu patrimônio está exclusivamente associado à sua posição na estrutura social; entretanto, dispõem de uma renda anual que equivale ao triplo da do homem considerado à época um dos mais ricos do Brasil.

Num ponto “intermediário” dessa linha em que riqueza e pobreza estão definidas monetariamente, o menor salário anual do serviço público era de 600 mil-réis, em 1876 (Carvalho, 2004: 30); o próprio Machado de Assis, quando ocupou o cargo de chefe de seção no Ministério da Agricultura (isto é, um alto funcionário), tinha um salário anual de cinco contos e quatrocentos mil-réis (Faoro, 2001: 235).

Luís Soares (1869) traz no título o nome do seu protagonista, um *playboy* que, graças à fortuna deixada pelo pai (a história sugere algo em torno de 150 contos de réis), “podia gozar a vida que levava, esquivando-se a todo gênero de trabalho, e entregue somente aos instintos da sua natureza e aos caprichos do seu coração”. Porém, “gastava às mãos largas; e os contos de réis, tão dificilmente acumulados por seu pai, escapavam-se lhes das mãos como pássaros sequiosos por gozarem do ar livre”, e assim, um dia o banco lhe comunica que já não possuía mais do que seis contos de réis, que para ele “eram menos que seis vinténs”.

Pela primeira vez na sua vida Soares sentiu uma grande comoção. A idéia de não ter dinheiro nunca lhe havia acudido ao espírito; não imaginava que um dia se achasse na posição de qualquer outro homem que precisava de trabalhar. (...) Viver pobre depois de ter sido rico... é impossível. (...) ostentar a minha miséria diante das pessoas que me viram rico é uma humilhação que eu não aceito”.

Ao confidenciar a um amigo sua situação, Soares enxerga três alternativas de resolução diante de sua situação: o suicídio (“apenas meio suicídio, porque a pobreza já é meia morte”), um casamento com uma mulher rica, ou um emprego.

Ademais, a noiva imediatamente viável – a prima, Adelaide, que no passado quis se casar com ele, mas que foi rejeitada justamente por não ser considerada abastada o suficiente – possui “apenas trinta contos, despesa de um ano”: antes de corroer sua herança, e ao tempo em que rejeitou a prima, Soares acreditava que “quem tem a minha fortuna não se casa; mas se se casa é sempre com quem tenha mais. Os bens de Adelaide são a quinta parte dos meus; para ela é negócio da China; para mim é um mau negócio”.

Assim, ele busca ajuda do tio, o Major Vilela, dizendo-se arrependido da vida ociosa que levava e pedindo-lhe um emprego; “o que ele queria agora era entrar em bom viver, e começava por aceitar um emprego público que o obrigasse a trabalhar e fazer-se sério”. Na manhã seguinte Soares leva uma carta do Major a um dos ministros, com que o tio espera que ele consiga um posto sem dificuldade.

De fato, dentro de um mês, Soares “estava empregado em uma secretaria com um bom ordenado”, mas o aborreciam a “monotonia e a fadiga do trabalho”. Não era uma condição que ele desejasse por longo tempo: “aquilo na existência de Soares não passava de um parêntesis mais ou menos extenso. Almejava por fechá-lo e continuar o período como havia começado, isto é, vivendo com Aspásia e pagodeando com Alcibíades”.

Ocorre que Soares fica sabendo que Adelaide é herdeira não de trinta, mas de trezentos contos, além da própria fortuna do Major Vilela, que ela provavelmente herdará; ele passa a cortejá-la, acreditando que ela corresponde. Mas a moça sabe que ele só cobiça sua herança, e revela seu desprezo por Luís quando ele, interessadamente, se declarou para ela: “Trezentos contos! É muito dinheiro para comprar um miserável”. Desmascarado, Soares é desprezado pela família, que parte para a Europa sem ele (“disse-lhe o major que, antes de partir, o deixaria recomendado ao ministro”).

Abandonado, pobre, tendo por única perspectiva o trabalho diário, sem esperanças no futuro, e além do mais, humilhado e ferido em seu amor próprio, Soares tomou a triste resolução dos covardes. Um dia de noite o criado ouviu no quarto dele um tiro; correu, achou um cadáver”.

O conto apresenta concepções de riqueza e pobreza, mas sempre a partir da perspectiva do rico (Luís Soares). A situação de pobreza que se apresenta a partir da sua insolvência na verdade se materializa na dependência que passa a ter do emprego público que lhe consegue o tio rico. A pobreza de Luís, nesse caso, é ter que trabalhar todos os dias para se sustentar, o que a seu ver é absolutamente degradante; ele passa a enxergar no casamento uma forma de escapar dessa condição, de volta a uma vida de ócio.

Situação semelhante à de Luís Soares se apresenta em *Um homem superior* (1873), cujo protagonista, Clemente Soares, tinha um pensamento “quase tão velho como o mundo”:

Não era bonito; era um pensamento feio, repelente, terrível, capaz de trazer à mais bela alma a mais completa demência, e fazer de um gênio um idiota.
Não era obscuro; era um pensamento claro, evidente, incontestável, diáfano, um pensamento simples, que dispensava toda e qualquer demonstração.
Clemente Soares não tinha dinheiro.

Diante de sua “precária situação” de desempregado, sem dinheiro “e nem esperanças de o ter, posto fosse um rapaz engenhoso e cheio de recursos”, Clemente

encontra uma solução razoável quando consegue, através de seu amigo Castrioto – um comerciante – um emprego de guarda-livros na empresa de Medeiros, com um ordenado de três contos e seiscentos mil-réis por ano (posteriormente acrescido de mais um conto de réis anual).

O protagonista – que “professava o princípio que a um pobre não se tira o chapéu em nenhuma hipótese” – é louvado como bom trabalhador, mas não se contenta com a vida estável e moderada que pode levar (“só lhe faltava uma noiva elegante e rica”, mas “as noivas ou eram ricas demais, ou pobres demais para ele”).

Tal como o Luís Soares, Clemente também possuía uma antiga namorada, Carlotinha, “uma menina galante como uma das Graças, mas que na opinião de Clemente ficou tão feia como uma das Fúrias, desde que soube que o pai apenas teria umas cinco apólices”. Ocorre que, já em seu novo emprego, Clemente descobre que Carlotinha se casou com o comendador Brito, um rico e já idoso fazendeiro do interior do país, que por coincidência era cliente de seu empregador.

A fortuna do comendador não é expressamente quantificada na história, mas sugere-se que é imensa (“cheirava a riqueza a cem léguas de distância”; “possuía grandes cabedais”), e assim Carlotinha passa a interessar novamente a Clemente, não por estar apaixonado por ela, mas porque era a herdeira de um marido abastado e com idade avançada.

Clemente passa a bajular o comendador e sua esposa, especialmente depois de se ver sem emprego nem dinheiro, pois a empresa de Medeiros vai à falência; ele vai ao interior, a convite do fazendeiro, e lá, movido exclusivamente por ganância, cuida do comendador quando ele adoece (o que logo o leva à morte). Com a benção do próprio comendador, dada ainda em vida, Carlota se casa com Clemente (que ela acredita amá-la), “sem nenhuma escritura de separação de bens, pela simples razão de que o noivo foi o primeiro que propôs a idéia”; depois de dois meses casados, Clemente vende a fazenda e os escravos, e o casal se muda para a corte.

Clemente Soares fez a felicidade da mulher durante um ano ou pouco mais. Mas não passou daí. Dentro de pouco tempo, Carlotinha estava arrependida do casamento; era tarde.

Soube a moça de algumas aventuras amorosas do marido, e censurou-lhe esses atos de infidelidade; mas Clemente Soares motejou do caso, e Carlotinha recorreu às lágrimas.

Clemente levantou os ombros.

Começou uma série de desgostos para a moça, que ao fim de três anos de casada estava magra e doente, e ao fim de quatro expirou.

Fez-lhe Clemente um pomposo enterro a que assistiram até alguns ministros de Estado. Vestiu-se de preto durante um ano, e quando acabou o luto foi viajar para se distrair da perda, dizia ele.

Ao final do conto, e se dirigindo ao leitor provavelmente insatisfeito com o cinismo recompensado de Clemente, Machado conclui:

Aqui acaba a história.

Como! E a moralidade? A minha história é isto. Não é uma história, é um esboço, menos que um esboço, é um traço. Não me proponho a castigar ninguém, salvo Carlotinha, que se achou bem punida de ter amado outro homem em vida do marido.

Quanto a Clemente Soares nenhuma punição teve, e eu não hei de inventar no papel aquilo que se não dá na vida. Clemente Soares viveu festejado e estimado por todos, até que morreu de apoplexia, no meio de muitas lágrimas, que não eram mais sinceras do que ele foi durante sua vida.

Uma diferença fundamental entre Luís Soares e Clemente é que o segundo nunca foi rico, mas sonha com isso: o trabalho de contador – que ele, aliás, desempenha a contento – lhe rende um bom salário, que certamente ofereceria uma vida muito melhor do que a que tinha antes. Isso, contudo, não é suficiente, porque Clemente almeja uma situação em que, de fato, não precise trabalhar, recorrendo à ideia de um casamento proveitoso.

A história de Clemente guarda semelhanças com aquela de *O Programa* (1882): ali se apresenta Romualdo, “um guapo rapaz, ardente, resoluto, filho de pais modestíssimos, mas cheio de alma e ambição”, que, inspirado pela lição de um professor, formula um programa – isto é, um plano – para conseguir tudo o que deseja na vida.

Uma circunstância local incitou o jovem Romualdo a formular também o seu programa, resoluto a cumpri-lo: refiro-me à residência de um ministro, na mesma rua. A vista do ministro, das ordenanças, do coupé, da farda, acordou no Romualdo uma ambição. Por que não seria ele ministro? Outra circunstância. Morava defronte uma família abastada, em cuja casa eram freqüentes os bailes e recepções. De cada vez que o Romualdo assistia, de fora, a uma dessas festas solenes, à chegada dos carros, à descida das damas, ricamente vestidas, com brilhantes no colo e nas orelhas, algumas no toucado, dando o braço a homens encasacados e aprumados, subindo depois a escadaria, onde o tapete amortecia o rumor dos pés, até irem para as salas alumiadas, com os seus grandes lustres de cristal, que ele via de fora, como via os espelhos, os pares que iam de um a outro lado, etc.; de cada vez que um tal espetáculo lhe namorava os olhos, Romualdo sentia em si a massa de um anfitrião, como esse que dava o baile, ou do marido de algumas daquelas damas titulares. Por que não seria uma coisa ou outra?

Romualdo desejava, portanto, ser rico, ter uma posição social afirmada através não apenas de um posto simbólico ou público relevante (ministro), mas

também por um bom casamento (“não só seria esposo de alguma daquelas formosas damas, que vira subir para os bailes, mas possuiria também o carro que costumava trazê-las”).

Literatura, ciência, política, nenhum desses ramos deixou de ter uma linha especial. Romualdo sentia-se bastante apto para uma multidão de funções e aplicações, e achava-se mesquinho concentrar-se numa coisa particular. Era muito governar os homens ou escrever Hamlet; mas por que não reuniria a alma dele ambas as glórias, por que não seria um Pitt e um Shakespeare, obedecido e admirado? Romualdo ideava por outras palavras a mesma coisa. Com o olhar fito no ar, e uma certa ruga na testa, antevia todas essas vitórias, desde a primeira décima poética até o carro do ministro de Estado. Era belo, forte, moço, resoluto, apto, ambicioso, e vinha dizer ao mundo, com a energia moral dos que são fortes: lugar para mim! lugar para mim, e dos melhores!

Após se aventurar como poeta – funda um periódico literário, e pouco depois publica um livro de poemas, que é bem recebido pela imprensa – enquanto ainda trabalhava como assistente de um advogado, o protagonista vai para São Paulo estudar Direito. Lá se apaixona por uma moça de quinze anos, filha de um fazendeiro do interior da província: “Romualdo, de escassa bolsa, trabalhando muito para ganhar o diploma, compreendeu que o casamento era solução. O fazendeiro era rico”. Já sonha com viagem à Europa após o casamento, na qual levará também seu grande amigo Fernandes, com quem se corresponde no Rio de Janeiro.

A união não acontece; a moça se casa com um promotor da região. Romualdo se orienta para a política (“com os olhos no casamento e na farda de ministro, fez as suas primeiras armas políticas no último ano acadêmico”), escrevendo artigos e tentando sua primeira eleição ainda em São Paulo, na qual obtém poucos votos. Volta para o Rio e abre um escritório de advocacia, com a ajuda de Fernandes, que aceita ganhar um ordenado menor (de oitenta mil-réis) porque acredita que futuramente a amizade lhe renderá benefícios.

Não há ordenado pequeno ou grande, senão comparado com a soma de trabalho que impõe. Oitenta mil-réis, em relação às necessidades do Fernandes, podia ser uma retribuição escassa, mas cotejado com o serviço efetivo eram os presentes de Artaxerxes. O Fernandes tinha fé em todos os raios da estrela do Romualdo: — o conjugal, o forense, o político. Enquanto a estrela guardava os raios por baixo de uma nuvem grossa, ele, que sabia que a nuvem era passageira, deitara-se no sofá, dormitando e sonhando de parceria com o amigo.

O papel de Fernandes na trama é interessante, porque expressa, em certa medida, o oposto de Romualdo: não se incomodava com o salário baixo e as

perspectivas do trabalho; ademais, sente-se incluído nos planos do amigo, e acredita que será recompensado por sua ajuda.

O escritório era um ponto no globo, onde ele podia, tranqüilamente, fumar um charuto e prometer ao Fernandes uma viagem ou uma inspetoria de alfândega, se não preferisse seguir a política. O Fernandes estava por tudo; tinha um lugar no foro, lugar ínfimo, de poucas rendas e sem futuro. O vasto programa do amigo, companheiro de infância, um programa em que os diamantes de uma senhora reluziam ao pé da farda de um ministro, no fundo de um coupé, com ordenanças atrás, era dos que arrastam consigo todas as ambições adjacentes. O Fernandes fez esse raciocínio: — Eu, por mim, nunca hei de ser nada; o Romualdo não esquecerá que fomos meninos.

Passa então a se ocupar de uma jovem viúva, dona de uma fortuna de trezentos contos de réis, que imediatamente atrai seu interesse.

— Ah!... alguma pequena? disse vivamente o Fernandes.

— Qual pequena! Grande, uma mulher alta, muito alta. Coisa de truz. Viúva e fresca: vinte e seis anos. Conheceste o B...? é a viúva.

— A viúva do B...? Mas é realmente um primor! Também eu a vi, ontem, no Largo de São Francisco de Paula; ia entrar no carro... Sabes que é um cobrinho bem bom? Dizem que duzentos...

— Duzentos? Põe-lhe mais cem.

— Trezentos, heim? Sim, senhor; é papa-fina!

(...)

Romualdo apertou a mão ao Fernandes, cheio de reconhecimento, e o sonho continuou entre os dois, cintilante, vibrante, um sonho que valia por duas mãos cheias de realidade. Trezentos contos! O futuro certo, a pasta de ministro, o Fernandes inspetor de alfândega, e, mais tarde, bispo do tesouro, dizia familiarmente o Romualdo.

Os negócios no escritório vão bem: graças a uma causa ganha, muitos outros clientes o procuram. No entanto, a viúva almejada acaba se casando com um capitão-de-fragata; Romualdo decide priorizar a carreira política – tomando até empréstimos para as despesas com a campanha – e casar-se já rico, apenas depois de atingido o posto de ministro, mas este esforço acaba implicando, por sua própria negligência, no fracasso da sua atividade advocatícia.

Entre nós, dizia ele consigo, a política não exige riqueza; não é preciso muitos cabedais para ocupar um lugar na Câmara ou no Senado, ou no ministério. E, ao contrário, um ministro candidato à mão de uma viúva é provável que vença qualquer outro candidato, embora forte, embora capitão-de-fragata. Não acrescentou que no caso de um capitão-de-fragata, a vitória era matematicamente certa se ele fosse ministro da Marinha (...).

Veio o dia da eleição. Nos três dias anteriores, a luta assumira proporções hercúleas. Mil notícias nasciam e morriam dentro de uma hora. Eram capangas vendidos, cabos paroquiais suspeitos de traição, cédulas roubadas, ou extraviadas: era o diabo. A noite da véspera foi terrível de ansiedade. Nem o Romualdo nem o Fernandes puderam conciliar o sono antes das três horas da manhã; e, ainda assim, o Romualdo acordou três ou quatro vezes, no meio das peripécias de um sonho delicioso. Ele via-se eleito, orando na Câmara, propondo uma moção de

desconfiança, triunfando, chamado pelo novo presidente do Conselho a ocupar a pasta da Marinha. Ministro, fez uma brilhante figura; muitos o louvavam, outros muitos o mordiam, complemento necessário à vida pública. Subitamente, aparece-lhe uma viúva bela e rica, pretendida por um capitão-de-fragata; ele manda o capitão-de-fragata para as Antilhas, dentro de vinte e quatro horas, e casa com a viúva. Nisto acordou; eram sete horas.

Romualdo fica muito decepcionado (“de todo o programa da adolescência, nenhum artigo se podia dizer cumprido, ou em caminho de o ser. Tudo lhe fugia, ou por culpa dele, ou por culpa das circunstâncias”) e, com a partida de Fernandes para Curitiba, para trabalhar numa empresa, acaba indo viver na roça, depois de mais algumas tentativas de casamento mal sucedidas. Lá ele se casa (“a senhora não era opulenta, como ele inserira no programa, mas era fecunda”) e com a esposa tem seis filhos, dos quais apenas quatro sobrevivem. Perde o interesse na carreira política, e leva uma vida pobre como advogado.

Certo dia, estando na corte, encontra um bem trajado Fernandes, que lhe explica que, por sorte, a empresa foi lucrativa, que vive no Paraná e que veio ao Rio de Janeiro tentar obter um título de comendador. A história se encerra com Romualdo refletindo que Fernandes nunca teve um programa, e que talvez seja essa a razão de seu próprio fracasso.

Romualdo, como Clemente, nunca foi rico, mas sonha com riqueza e reconhecimento social; diferentemente de Clemente, não rejeita o trabalho – ao contrário, é bastante laborioso, impõe-se muitas metas, escrevendo livros, artigos, defendendo causas em seu escritório de advocacia – mas tampouco enxerga nele meio suficiente para a conclusão de seu “programa”: precisa necessariamente de sucesso na política e de um casamento com uma dama rica. Fernandes, por outro lado, acaba sendo bem sucedido num empreendimento comercial – o que o amigo poderia também buscar atingir por meio da advocacia – e, nesse sentido, se aproxima muito mais dos resultados que Romualdo se propôs em seu plano.

Matias Deodato (*Último capítulo*, 1884), um órfão de pais pobres (“meu pai, tendo sido pobre toda a vida, morreu pobríssimo, e minha mãe não lhe sobreviveu dois meses”), alcança o diploma de bacharel em Direito, que ele crê “uma chave de diamante que iria abrir todas as portas da fortuna”. Passa também a namorar uma viúva abastada que, no entanto, acaba se casando com um amigo seu.

Tal como Romualdo, Matias deixa a capital para viver na roça, onde não consegue se estabelecer como advogado; voltando à capital, casa-se com a filha de

um empregado da alfândega (“o pai armou-me o casamento para ter um genro doutor”), que não é, em absoluto, abastada. “Cansado e aborrecido”, Matias Deodato entendeu “que não podia achar a felicidade em parte nenhuma, (...) que ela não existia na terra”; suicida-se com um tiro de pistola, deixando escrita a história do conto, narrado em primeira pessoa.

De formas distintas, portanto, os quatro protagonistas – Luís Soares, Clemente, Romualdo e Matias – reconhecem que o trabalho não será meio suficiente – e mesmo, no limite, se é um fator necessário – para levá-los à riqueza, tentando sempre lançar mão de outros recursos, como a carreira política (Romualdo) ou casamento financeiramente benéfico.

Há muitos caminhos para a propriedade que gera renda e ócio, excluído o momento de aquisição inicial de cabedais, com a poupança e o trabalho, ou a acumulação opulenta de muitas gerações. O primeiro e o mais seguro será a herança, de pai pra filho, que traz o patrimônio invulnerável à crítica e ao escárnio, com o esquecimento das mãos calosas ou astutas que o amealharam. Um pouco mais de sorte, e a herança virá de tios e avós; propícios os céus, ela virá de parentes remotos, padrinhos ou de um amigo grato. Se houver cálculo e diligência, uma vistosa estampa ou um nome tradicional, o casamento remediará o abismo. (Faoro, 2001: 230)

Antônio Alves das Antas, personagem de *Quinhentos Contos* (1868), é “senhor de uma fortuna de oitenta contos” – o narrador faz questão de frisar que tal montante não se constitui fortuna se comparado às de “um Rothschild ou um Westminster”; ele, que liquidou seus empreendimentos em 1855 e se recolheu à vida privada, faz apenas alguns negócios eventuais. A mais nova “operação econômica” desejada por Antônio é casar seu filho Luís, um rapaz desajeitado, com jovem viúva Helena, neta de um coronel reformado; “resultava-lhe daí nada menos de quinhentos contos em boa moeda e excelentes prédios”.

A história lida com temas que serão amplamente explorados pelo autor ao longo de sua carreira literária: lições de pai para filho, disputas que abalam relações sociais, casamentos de interesse. Por ora, nos interessa sublinhar que Antônio, apesar de possuir um patrimônio satisfatório – que lhe renderia anualmente algo próximo ao que ganharia um alto funcionário público no mesmo período – entende que o filho deve ampliar a fortuna da família através de um casamento, restando claro que se trata ali de garantir um patrimônio que o permitiria se engajar como homem de Estado (o desejo do pai): “Amas a moça; ela é bonita e rica; casa-te. Um

moço, como tu, não pode deixar ir por água abaixo uma destas fortunas. Os nossos capitais reunidos farão uma conta redonda”.

Quando a moça estabelece que apenas se casaria após celebrar uma escritura que não comunicasse seu patrimônio com o do futuro marido, Alves e o filho desistem do “negócio”, deixando o caminho livre para que ela se case com o pobre dr. Máximo (de quem realmente gostava), que cedo perdera os pais e não tinha patrimônio algum – era inclusive devedor de Antônio.

Antônio é um dos exemplos machadianos de homem que enriqueceu por meio do comércio; ele já tem patrimônio para levar uma vida boa, fazendo apenas negócios eventuais, mas deseja ver o filho casado com a detentora de uma grande fortuna, não apenas porque isso agregará patrimônio ao filho, mas também porque o livrará do que chama de “uma dessas alianças disparatadas e desonrosas”, isto é, um casamento com uma moça pobre, o que significaria não a ampliação, mas a diminuição da fortuna.

Camilo (*A Parasita azul*, 1872) é um jovem médico, filho de um rico fazendeiro de Goiás; passou oito anos na França, onde se tornou um *bon vivant*, bancado pela fortuna familiar. Ele retorna a Santa Luzia, sua cidade natal, a contragosto (trata-se de uma ordem do pai), e é lá que se passa a maior parte da história. O pai sugere que ele se envolva com a política, mas Camilo não se interessa; ele, aliás, se mostra avesso a qualquer tipo de trabalho, sentindo falta da vida de ócio que levava em Paris.

- Política! exclamou Camilo, quando o pai lhe falou nesse assunto. De que me serve a política, meu pai?
- De muito. Serás primeiro deputado provincial; podes ir depois para a câmara no Rio de Janeiro. Um dia interpelas o ministério e se ele cair, podes subir ao governo. Nunca tiveste ambição de ser ministro?
- Nunca.
- É pena!
- Por que?
- Porque é bom ser ministro.
- Governar os homens, não é? disse Camilo rindo; é um sexo ingovernável; prefiro o outro.

A história, que, como tantas outras de Machado, explora um triângulo amoroso, termina na união de Camilo com Isabel, por quem seu amigo Soares se interessava. Ao final, como forma de compensação, Camilo convence o pai a ajudar Soares a se eleger deputado provincial em seu lugar.

Chama atenção nos contos examinados a figura da carreira política – em especial sua figura mais relevante e emblemática, o *ministro* – como símbolo de riqueza, tal como almejada pelo pai de Camilo, ou por João Cândido (*Um ambicioso*, 1877), que, apesar de detestar o trabalho no comércio e viver do que o pai lhe dava, almeja se lançar deputado provincial.

Como ministro, por exemplo, Romualdo poderia facilmente tornar o amigo Fernandes um inspetor de alfândega (e posteriormente, *bispo do tesouro!*), tal como o ministro a quem o tio de Clemente recorre para incorporá-lo ao serviço público. A oferta de emprego de Vaz Nunes a Custódio (*O empréstimo*, 1882) se concretizaria por intermédio do seu compadrio com o Ministro da Justiça; Nicolau (*Verba Testamentária*, 1882) consegue um encontro com o Ministro do Exterior, em busca de ocupação, graças a uma carta de apresentação. Caminho possivelmente parecido é o que Antônio das Antas deseja para o filho, querendo vê-lo ingressar na política; também não é por outra razão que Vieira, marido da protagonista Carlota em *O caso do Romualdo* (1884), deseja a todo custo ingressar na política – num primeiro momento, tornando-se deputado pelo Ceará – com vistas a, futuramente, ocupar o posto de ministro.

— (...) porque, eu na Câmara, tu ficas sendo mulher de deputado, e pode ser... quem sabe? Pode ser até que de ministro, um dia. Desta massa é que eles se fazem. Vieira gastou uns dez minutos em sacudir diante da mulher as pompas de um grande cargo, uma pasta, ordenanças, fardão ministerial, correios do paço, e as audiências, e os pretendentes, e as cerimônias...

A figura do alto funcionário público, portanto, é o signo das providências que o patrimonialismo pode oferecer àqueles que se envolvem na vida política, permitindo nomear amigos para cargos relevantes e agregá-los num círculo de influência onde esses favores serão devidamente recompensados. Seu grau máximo, o *ministro*, através da administração personalista dos bens públicos, beneficia amigos, prejudica inimigos, e enriquece no caminho.

Os exemplos são muitos: Proença (*D. Benedita*, 1882), nomeado desembargador pelo ministério Gonzaga; Diogo Vilares (*Galeria Póstuma*, 1883) devia ao falecido Joaquim Fidélis o posto de repartição “que exercia desde 1857”; em *Sereníssima República* (1882), as aranhas escolhidas, por aclamação, para tecer a urna eleitoral “receberam o título de mães da república, além de outros privilégios e foros”; em *O Espelho* (1882), o protagonista que muda de posição social ao ser

nomeado alferes; em *Verba Testamentária* (1882) um comerciante consegue, junto ao Vice-Rei, a nomeação de seu filho de sete anos como alferes, a troco de uma contribuição pecuniária ao tesouro público

Os contos examinados até aqui nos dão um panorama da percepção de riqueza exagerada, aquela que garante aos seus detentores a prerrogativa de viver de renda, isto é, de não trabalhar; em inúmeros outros contos, essa condição é almejada pelos personagens que os integram, mesmo quando o enredo central da história não gira em torno desse tema.

Diogo (*Linha Reta e Linha Curva*, 1865), é descrito pelos amigos, de imediato, por suas posses (tem cinquenta contos de réis); Vaz Nunes (*O empréstimo*, 1882), “roía muito caladinho os seus duzentos contos de réis”, enquanto ocupava o cargo de tabelião; a avó de Andrade (*O caso de Romualdo*, 1884) possui a significativa soma de oitocentos contos de réis, o que o tornava um grande partido para as amigas Carlota e Maria Soares; Falcão (*Anedota pecuniária*, 1884) mensura o mundo à sua volta a partir de cifras, a ponto de mencionar, após um enterro, as fortunas dos homens que seguravam o falecido (“Pegavam no caixão três mil contos!”); de forma semelhante age o avarento Gil Gomes (*Conversão de um avaro*, 1878), que resiste ao casamento por entender que lhe custará o “bom pecúlio” que acumulou; Correia (*Maria Cora*, 1906) ganha quatrocentos contos de réis “por jogo de praça”, e passa a viver de renda.

Mas os contos de Machado não retratam apenas a vida opulenta e ociosa da riqueza; há inúmeras caracterizações da vida que levam os trabalhadores, sejam eles de atividades mais ou menos prestigiosas, que vão desde advogados e servidores públicos intermediários até pequenos comerciantes, operários e mesmo desempregados.

As bodas de Luís Duarte (1873) ilumina de forma significativa a vida de um estrato intermediário de pessoas; envolve inúmeras personagens que, a teor do título do conto, comparecem a uma festa de casamento na casa de José Lemos, pai da noiva, cuja atividade profissional não é revelada na história. O que se sabe de José Lemos, contudo, é que adornou a sala da casa, para o casório, com duas gravuras “compradas na véspera em casa do Bernasconi”: uma representava a Morte de Sardanapalo; outra, a Execução de Maria Stuart. Lemos, “que tinha sido membro

de uma sociedade literária, quando era rapaz”, não entende nada de arte, mas quer transmitir pretensa erudição aos convidados.

Durante os preparativos, D. Beatriz, mulher de Lemos, “andava literalmente da sala para a cozinha, dando ordens, apressando as escravas, tirando toalhas e guardanapos lavados e mandando fazer compras”. O casal tem quatro filhos, sendo o casamento da mais velha, Carlota, moça de vinte anos.

Foram convidados para o casório os Vilelas, “família composta de Justiniano Vilela, chefe de seção aposentado, D. Margarida, sua esposa, e D. Augusta, sobrinha de ambos”.

Além do ordenado com que foi aposentado, tinha Justiniano Vilela uma casa e dois molecotes, e com isto ia vivendo menos mal. Não gostava de política; mas tinha opiniões assentadas a respeito dos negócios públicos. Jogava o solo e o gamão todos os dias, alternadamente; gabava as coisas do seu tempo, e tomava rapé com o dedo polegar e o dedo médio.

Também se apresentaram ao casamento a madrinha, a viúva D. Virgínia, e o padrinho, seu irmão Dr. Valença.

Era ele homem de seus cinqüenta anos, nem gordo nem magro, mas dotado de um largo peito e um largo abdômen que lhe davam maior gravidade ao rosto e às maneiras. O abdômen é a expressão mais positiva da gravidade humana; um homem magro tem necessariamente os movimentos rápidos; ao passo que para ser completamente grave precisa ter os movimentos tardos e medidos. Um homem verdadeiramente grave não pode gastar menos de dois minutos em tirar o lenço e assoar-se. O Dr. Valença gastava três quando estava com defluxo e quatro no estado normal. Era um homem gravíssimo.

Insisto neste ponto porque é a maior prova de inteligência do Dr. Valença. Compreendeu este advogado, logo que saiu da academia, que a primeira condição para merecer a consideração dos outros era ser grave; e indagando o que era gravidade, pareceu-lhe que não era nem o peso da reflexão, nem a seriedade do espírito, mas unicamente certo mistério do corpo, como se lhe chama La Rochefoucauld; o qual mistério, acrescentará o leitor, é como a bandeira dos neutros em tempo de guerra: salva do exame a carga que cobre. Podia-se dar uma boa gratificação a quem descobrisse uma ruga na casaca do Dr. Valença. O colete tinha apenas três botões e abria-se até ao pescoço em forma de coração. Um elegante claque completava a toilette do Dr. Valença. Não era ele bonito de feições no sentido afeminado que alguns dão à beleza masculina; mas não deixava de ter certa correção nas linhas do rosto, o qual se cobria de um véu de serenidade que lhe ficava a matar.

O narrador da história sublinha a luva apertada “de três mil e quinhentos” réis do Dr. Valença quando este exalta a noiva, que entra em cena “com o seu vestido branco, e a sua grinalda de flores de laranjeira, e o seu finíssimo véu, sem outra jóia mais que os seus olhos negros, verdadeiros diamantes da melhor água”. Chegam também à festa os irmãos Calisto e Eduardo Valadares, ambos empregados

numa Companhia. “Eduardo cultivava a poesia quando as cifras lho permitiam, ao passo que o irmão era inimigo de tudo o que cheirava a literatura”.

Quando noivos, pais e padrinhos saem para a igreja, permanecem na casa os convidados, passando o tempo junto ao piano, ou com conversações frívolas (sobre a magnitude das gravuras na parede, que Calisto em verdade achava detestáveis, ou a respeito dos maus serviços dos escravos). Quando a comitiva retorna, “as escravas da casa, que espreitavam do corredor a entrada dos noivos, causaram uma verdadeira surpresa à sinhá moça, deitando-lhe sobre a cabeça um dilúvio de folhas de rosa”.

Finalmente chega Porfírio, que “tinha sido tenente do exército, e dera baixa, com o que andou perfeitamente, porque entrou no comércio de trastes e já possuía algum pecúlio”; o ex-militar (que curiosamente conserva a patente como se fosse um título) é conhecido por ser grande “orador de sobremesa”, o que usualmente lhe conferia convites para ocasiões sociais (“a posse de tão belos talentos proporcionava ao tenente Porfírio alguns lucros de valor; raro domingo ou dia de festa jantava em casa”).

O jantar do casamento retrata o comportamento cerimonial das personagens: escusas pomposas pelos atrasos, elogios vistosos à ceia, brindes e discursos vazios (“o único homem que percebeu a nulidade do discurso de José Lemos foi o Dr. Valença, que aliás não era águia. Por isso mesmo levantou-se e fez um brinde aos talentos oratórios do anfitrião”). Os presentes se comportam com excessiva cortesia, condensada no discurso do Tenente Porfírio, que articula linguagem erudita numa palestra de conteúdo bastante insosso e, no entanto, muito bem recebida pela plateia (“Fala muito bem! Parece um dicionário!”, diz D. Beatriz ao marido). A festa se encerra com manifestações cerimoniosas e generalistas dos convidados.

Ora, como os licores iam ajudando as musas, travou-se especial combate entre o tenente Porfírio e Justiniano Vilela, que, só depois de animado, pode entrar na arena. Esgotados os assuntos, fez Porfírio um brinde ao exército e aos seus generais, e Vilela outro à união das províncias do império. Neste terreno os assuntos não podiam escassear. Quando todos se levantaram da mesa, lá ficaram os dois brindando calorosamente todas as idéias práticas e úteis deste mundo, e do outro.

O último brinde de Vilela foi ao progresso do mundo por meio do café e do algodão, e o de Porfírio ao estabelecimento da paz universal.

As bodas de Luís Duarte rendem um belo retrato de um segmento médio carioca do séc. XIX – numa circunstância particularmente relevante (casamento), posto que ritual – e de alguns de seus valores chave, como, por exemplo, a excessiva formalidade de tratamento, principal expressão da fidalguia que todos acreditam derivar de suas posições; ou o beletrismo vazio, que se revela, sobretudo, por meio das intervenções de pessoas que ocupam postos relevantes ou daqueles que tiveram educação superior formal (bacharéis).

Os modos são, de fato, um particular quanto se trata desse segmento social: o comportamento é chave para adentrar no território da elite, ou se passar por ela. *Ernesto de Tal* (1873), que ocupa “um emprego somenos no Arsenal de Guerra”, deixa de comparecer a uma festa porque não possui casaca, o que seria indispensável dada a presença de um subdelegado e de um comendador; a falta de polidez do bacharel Leandrino no jantar de *D. Benedita* (1882) causa desconforto entre os presentes; Gonçalves, amigo do protagonista de *Último capítulo* (1884), “não aturava dez minutos a conversa do salão, esgueirava-se, descia à copa e ia palestrar com os criados”, compensando essa “qualidade inferior” com outros atributos.

Mas a aplicação de rigorosa e excessiva polidez no trato social não se orienta apenas para uma “navegação” no território dos papéis sociais elevados: ela escancara a prevalência do caráter relacional no sistema, em que discordâncias são “amaciadas” para minimizar seu impacto numa organização social cujos elementos são absolutamente pessoalizados.

Em *O caso da vara*, por exemplo, João Carneiro é colocado diante do dilema de frustrar os planos de Sinhá Rita ou de seu compadre, pai de Damião. Assumir uma posição manifestamente contrária à de uma pessoa de seu círculo íntimo é tão custoso, que ele passa a aspirar por soluções externas, incontornáveis e mesmo mórbidas (“Ah! Se o rapaz caísse ali, de repente, apoplético, morto! Era uma solução – cruel, é certo, mas definitiva”) ou absurdas (“Deus do céu! Um decreto do papa dissolvendo a Igreja, ou, pelo menos, extinguindo os seminários, faria acabar tudo em bem”), que extinguissem o conflito antes que precisasse tomar partido.

Evidência semelhante aparece em *A Chinela Turca* (1875), quando Duarte, um jovem advogado, recebe em sua casa, inesperadamente (“é de noite, e passa de

nove horas”), a visita de “velho amigo da família, companheiro de seu finado pai no exército” que “tinha jus (...) a todos os respeitos”, pelo que era “impossível despedi-lo ou tratá-lo com frieza”. O jovem não consegue recusar a visita, mesmo sabendo que o Major, abusando de sua intimidade, deseja lhe narrar integralmente o drama que acaba de escrever, o que impedirá Duarte de encontrar sua bela namorada num baile.

A peça teatral é descrita como mera repetição de temas usuais do teatro romântico, nada tendo de inovador (“nada havia de novo naquelas cento e oitenta páginas, senão a letra do autor. O mais eram os lances, os caracteres, as *ficelles*, e até o estilo dos mais acabados tipos do romantismo desganhado”), embora o autor acredite na sua originalidade. O Major pede que Duarte seja franco (“franqueza rude”, diz ele, numa sugestiva associação de palavras) a respeito de sua opinião sobre a obra, ao que o bacharel responde “excelente!”, contrariando sua verdadeira opinião.

Ademais, os títulos universitários denotam que se trata de uma pessoa que possui meios, descendendo de uma família abastada, ou pelo menos que reúne as condições para obtê-los: É o caso de Azevedo (*Linha reta e linha curva*, 1865):

Deu-lhe a fortuna um emprego suave: não fazer nada. Possui um diploma de bacharel em direito; mas esse diploma nunca lhe serviu; existe guardado no fundo da lata clássica em que o trouxe da Faculdade de São Paulo. De quando em quando Azevedo faz uma visita ao diploma, aliás ganho legitimamente, mas é para não o ver mais senão daí a longo tempo. Não é um diploma, é uma relíquia.

Há inúmeros outros exemplos: Emílio, o sobrinho médico de D. Venância em *A herança* (1878) é tido por ela como candidato preferencial ao casamento com sua outra sobrinha, Eugênia (e mesmo sem se casar com ela, ele acaba sendo privilegiado no testamento da velha tia); os pretendentes de Laura em *O contrato* (1884) são justamente um bacharel e um funcionário público; o Dr. Máximo acaba ganhando a mão da jovem Helena em *Quinhentos contos* (1868), apesar de não ter patrimônio, pois se trata de sujeito formalmente educado e de algum capital social.

A vida dos pequenos empresários e profissionais liberais que compõem esse segmento é restrita e, por vezes, bastante insegura, exigindo moderação. O advogado Gonçalves (*Pílades e Orestes*, 1903) dependeria exclusivamente da “constância do seu trabalho”, do “zelo que ele punha na defesa das demandas”, se não fosse também amparado pela fortuna de seu amigo Quintanilha (que lhe rendia

trinta contos de réis anuais). Mateus (*Um ambicioso*, 1877) é um pequeno comerciante; avarento, conseguiu acumular trinta contos. Rodrigo, personagem de *Miloca* (1874), “não era tão remediado como parecia (...), e além disso não tinha meios nem tino para fazer crescer os poucos cabedais que ajuntara durante longos anos no negócio de armarinho”.

O estabelecimento de Rodrigo, excelente e afreguesado em outros tempos, não podia competir com os muitos estabelecimentos modernos que outros comerciantes abriram no mesmo bairro. Rodrigo vendia de vez em quando algum rapé, lenços de chita, agulhas e linhas, e outras coisas assim; sem poder oferecer ao freguês outros gêneros que aquele ramo de negócio havia adotado. Quem lá ia procurar um corte de vestido, uma camisa feita, uma bolsa, um sabonete, uns brincos de vidrilho, tinha o desgosto de voltar com as mãos vazias. Rodrigo estava atrás do seu tempo; a roda começou a desandar-lhe.

Ao longo da história, Rodrigo acaba perdendo o pouco que tinha; “reduzido à extrema pobreza e achacado de moléstias, Rodrigo viveu ainda alguns meses atribulado e aborrecido da vida”.

Os tipos que compõem uma camada média-baixa nos contos machadianos dependem do trabalho para viver, e são frequentemente insatisfeitos com seu estilo de vida: Honório, o advogado de *A carteira* (1884), possui dívidas porque mantém gastos supérfluos para agradar a esposa; o protagonista de *O escrivão Coimbra* (1906), um já idoso servidor público que leva, ao que tudo indica, uma vida modesta, sonha em ganhar um grande prêmio de quinhentos contos na loteria, e tornar-se rico da noite para o dia; situação semelhante vive Camilo (*Jogo do Bicho*, 1904), funcionário do arsenal que, com um emprego de escrita, ganhava duzentos mil-réis por mês: aguardando indefinidamente uma reforma administrativa que culminará na sua promoção (que não ocorre, mas se converte num aumento de vencimentos da ordem de sessenta mil-réis mensais), passa os dias a apostar no jogo do bicho, sonhando com um grande prêmio.

Terpsícore (1886), por sua vez, retrata de forma bem detalhada a rotina e condições de uma família pobre, figurando como fonte de caracterização da camada de baixo tal como *As bodas de Luís Duarte* para a camada média. O conto nos apresenta Porfírio, trabalhador em uma oficina, e sua esposa Glória; se conheceram num baile, quando ele a viu dançar de forma exuberante. Com o namoro começado, Porfírio “tirou dez mil-réis mensais à fêria do ofício” e entrou para um curso de dança, para impressionar a namorada; também assumiu gastos dispensáveis no casamento, incompatíveis com seus recursos (“quem lhe emprestou dinheiro para

isso tudo foi o padrinho do casamento, dívida que nunca lhe pediu depois, e lhe perdoou à hora da morte”).

Tratou das bodas. A futura sogra propôs-lhe que fossem a pé para a igreja, que ficava perto; ele rejeitou a proposta com seriedade, mas em particular com a noiva e os amigos riu da extravagância da velha: uma coisa que nunca se viu, noivos, padrinhos, convidados, tudo a pé, à laia de procissão; era caso de levar assobio. Glória explicou-lhe que a intenção da mãe era poupar despesas. Que poupar despesas? Mas se num dia grande como esse não se gastava alguma coisa, quando é que se havia de gastar? Nada; era moço, era forte, trabalho não lhe metia medo. Contasse ela com um bonito coupé, cavalos brancos, cocheiros de farda até abaixo e galão no chapéu.

E assim se cumpriu tudo; foram bodas de estrondo, muitos carros, baile até de manhã. Nenhum convidado queria acabar de sair; todos forcejavam por fixar esse raio de ouro, como um hiato esplêndido na velha noite do trabalho sem tréguas.

Porfírio assume despesas supérfluas, mas não tem dinheiro para o essencial: precisa regatear o valor do aluguel com o proprietário, apenas para ao final ceder ao pedido inicial. Após o casamento, Porfírio enfrenta um amargo retorno à realidade: trabalha numa loja, mas o salário não cobre as despesas, e as dívidas começam a se acumular; finalmente, o senhorio lhe concede prazo curto para pagamento dos seis meses de aluguel vencido, “ou metia-lhe os trastes no Depósito”. Glória sugere buscarem ajuda do padrinho para quitar a dívida, mas Porfírio está incrédulo.

Você sabe o que é melhor? O melhor é arranjar casa por estes dias, até sábado; mudamo-nos, e depois então veremos se se pode pagar. Seu padrinho o que podia era dar uma carta de fiança... Diabo! Tanta despesa! Conta em toda a parte! É a venda! é a padaria! é o diabo que os carregue. Não posso mais. Gasto todo o santo dia manejando a ferramenta, e o dinheiro nunca chega. Não posso, Glória, não posso mais... Porfírio deu um salto da cama, e foi preparar-se para sair, enquanto a mulher, lavada a cara às pressas, e despenteada, cuidou de fazer-lhe o almoço. O almoço era sumário: café e pão.

Porfírio se dá conta que o trabalho apenas perpetua sua pobreza: não é sequer capaz de lhe oferecer meios de sobrevivência, quiçá melhorar de vida. A ele resta apenas ter esperança (que é “a apólice do pobre”, nos diz o autor) de que encontrará uma maneira de aliviar sua miséria.

Vida dos diabos! tudo caro! tudo pela hora da morte! E os ganhos eram sempre os mesmos. Não sabia onde iria parar, se as coisas não tomassem outro pé; assim é que não podia continuar. E soma as dívidas: tanto aqui, tanto ali, tanto acolá, mas perde-se na conta ou deixa-se perder de propósito, para não encarar todo o mal. De caminho, vai olhando para as casas grandes, sem ódio — ainda não tem ódio às riquezas — mas com saudade, uma saudade de coisas que não conhece, de uma vida lustrosa e fácil, toda alagada de gozos infinitos...

Porfírio passa a ansiar por uma solução milagrosa para sua pobreza, quando lhe aparece um vendedor de bilhetes de loteria; hesitante, ele gasta dois mil e quatrocentos réis em bilhetes que correm dali a dois dias. No caminho para casa já se imagina ganhador de grande prêmio; lá chegando, sugere que Glória merecia um vestido de seda (“Glória levantou os ombros. Seda não era para eles”), e depois desconversa, já contando com um auspicioso momento de fortuna.

A fortuna de fato chega: um dos bilhetes é premiado, e Porfírio ganha quinhentos mil-réis, o suficiente para quitar as dívidas e ainda conservar cerca de duzentos mil-réis. Ele conta a Glória, que lhe recomenda que guardem o dinheiro restante “para alguma necessidade”. O marido não concorda: além de comprar um vestido para a esposa, ele insiste que devem fazer uma festa.

Glória opôs-se logo, instou, rogou, zangou-se; mas o marido tinha argumentos para tudo. Contavam eles com esse dinheiro? Não; podiam estar como dantes, devendo os cabelos da cabeça, ao passo que assim ficava tudo pago, e divertiam-se. Era até um modo de agradecer o benefício a Nosso Senhor. Que é que se levava da vida? Todos se divertiam; os mais reles sujeitos achavam um dia de festa; eles é que haviam de gastar os anos como se fossem escravos? E ainda ele, Porfírio, espirecia um pouco, via na rua uma coisa ou outra; ela, porém, o que é que via? Nada, não via nada; era só trabalho e mais trabalho. E depois, como é que ela havia de estrear o vestido de seda?

O conto termina com um grande pagode, fazendo jus ao título, uma referência à musa grega da dança. Porfírio e Glória são reverenciados pelos convidados, e todo o dinheiro restante empregado em seus preparativos. O desfecho do conto evidencia o dilema de pobres como os protagonistas: diante de uma realidade de trabalho que não lhes permite qualquer mobilidade social ou incremento permanente de qualidade de vida, seria legítimo esbanjar recursos com itens considerados supérfluos? As eventuais economias lhes ajudariam numa situação inesperada, mas não lhes permitiriam superar sua condição social.

A vida miserável do casal de *Terpsícore* lembra aquela que Candinho e Clara experimentam em *Pai contra mãe*; ali, a Tia Mônica assume o papel de oráculo da dureza da vida pobre: “vocês, se tiverem um filho, morrem de fome”, dizia à sobrinha. “Vocês verão a triste vida, suspirava ela”, enquanto denunciava a instável condição profissional de Cândido; “não digo que você seja vadio, mas a ocupação que escolheu é vaga”, diz ela.

(...) as dívidas de Cândido Neves começaram de subir, sem aqueles pagamentos prontos ou quase prontos dos primeiros tempos. A vida fez-se difícil e dura. Comia-se fiado e mal; comia-se tarde. O senhorio mandava pelo alugueis.

Clara não tinha sequer tempo de remendar a roupa ao marido, tanta era a necessidade de coser para fora. Tia Mônica ajudava a sobrinha, naturalmente. Quando ele chegava à tarde, via-se-lhe pela cara que não trazia vintém. Jantava e saía outra vez, à cata de algum fugido.

A miséria da família os convence a levar a criança recém-nascida à Roda dos enjeitados, o que só não acontece diante do desfecho fortuito do conto.

Em *Uma Carta* (1884), Celestina é uma solteirona de quase quarenta anos, pobre, que vive com a mãe e a irmã mais nova. O falecido pai era um comerciante empobrecido que deixou apenas um pequeno pecúlio para a família, que complementa seu sustento com serviços de costura; ainda assim, possuem uma escrava. Certo dia, Celestina encontra uma carta de amor em sua caixa de costura e passa a imaginar, por um curto período, quem será seu admirador secreto – acaba descobrindo no dia seguinte que a carta era para a irmã, e foi deixada pela escrava na caixa. O ponto interessante do conto está na dramatização do sonho de casamento de Celestina, que reúne a um só tempo fortuna, prestígio social e vestígios de nobreza:

Sonhou que ele tornara a passar, recebera a resposta e escrevera de novo. No fim de alguns dias, pediu-lhe autorização para solicitar a sua mão. Viu-se logo casada. Foi uma festa brilhante, concorrida, à qual todas as pessoas amigas foram, cerca de dezoito carros. Nada mais lindo que o vestido dela, de cetim branco, um ramalhete de flores de laranjeira, ao peito, algumas outras nos apanhados da saia. A grinalda era lindíssima. Toda a vizinhança nas janelas. Na rua gente, na igreja muita gente, e ela entrando por meio de alas, ao lado da madrinha... Quem seria a madrinha? D. Mariana Pinto ou a baronesa? A baronesa... A mãe talvez quisesse D. Mariana, mas a baronesa... Em sonhos mesmo discutiu isso, interrompendo a entrada triunfal no templo.

O padrinho do noivo era o próprio Ministro da Justiça, que ia ao lado dele fardado, condecorado, brilhante, e que, no fim da cerimônia, veio cumprimentá-la com grande atenção. Celestina estava cheia de si, a mãe também, a irmã também, e ela prometia a esta um casamento igual.

– Daqui a três meses, você está também casada, dizia-lhe ao receber dela os parabéns.

Muitas rosas desfolhadas sobre ela. Eram caídas da tribuna. O noivo deu-lhe o braço, e ela saiu como se fosse entrando no céu. Os curiosos eram agora em maior número. Gente e mais gente. Chegam os carros; lacaios aprumados abrem as portinholas. Lá vai depois o cortejo devagar e brilhante, todos aqueles cavalos brancos pisando o chão com uma gravidade fidalga. E ela, ela, tão feliz! ao lado do noivo!

A fada branca dos sonhos continuou assim a fazer surdir do nada uma porção de coisas belas. Celestina descobriu, no fim de uma semana de casada, que o marido era príncipe. Celestina princesa! A prova é que aqui está um palácio, e todas as portas, louça, cadeiras, coches, tudo tem armas principescas, no escudo, uma águia ou leão, um animal qualquer, mas soberano.

Um ponto interessante comungado por *Terpsícore* e *Uma carta* é a concepção da riqueza que apresentam a partir da perspectiva do pobre: Porfírio

admira as casas grandes e sente “saude de coisas que não conhece, de uma vida lustrosa e fácil, toda alagada de gozos infinitos”; ao passo que o sonho de Clementina guarda notável semelhança com os desfechos de contos de fadas: o casamento é pomposo, os padrinhos são nobres e ministros, e muitos empregados ou criados sustentam a realização da fantasia.

João Maria (*Habilidoso*, 1885) é um pequeno comerciante de trinta e seis anos; tem uma loja de trastes, e divide seu tempo entre o comércio e a pintura. A esposa cuida da casa, do filho, e cozinha (“a fisionomia mostra a unhada do trabalho e da miséria; a figura é magra e cansada”), e o casal não tem criados. Vivem há pouco tempo num imóvel de beco – que também é a loja – onde não aparecem muitos fregueses.

Demais, não teve tempo de escolher; mudou-se às pressas, por intimidação do antigo proprietário. Ao menos, aqui o aluguel é módico. Até agora, porém, não vendeu mais que um aparador e uma gaiola de arame. Não importa; os primeiros tempos são mais difíceis. João Maria espera, pintando.

João pinta desde pequeno, mas nunca teve interesse em desenvolver sua habilidade. “Toda arte tem uma técnica; ele aborrecia a técnica, era avesso à aprendizagem, aos rudimentos das coisas”. Assim, João jamais aceitou ir para a academia; “andou por ofícios diversos, sem acabar nenhum”, onde se observa a semelhança com a história do Candinho de *Pai contra mãe*, outro nítido retrato machadiano das vãs tentativas de resistência das personagens à obrigatoriedade do trabalho que caracteriza a vida pobre.

João sonha vender seus quadros (que se limitam a cópias de outras obras que vê), mas sem sucesso; pessoas próximas até o consideram “um moço muito habilidoso”, mas a ocupação não lhe rende nada financeiramente. O conto se encerra com João passando o tempo a copiar e recopiar a mesma obra, de forma algo obsessiva e alheio ao redor, observado pelas crianças da rua: “que este é o derradeiro horizonte das suas ambições: um beco e quatro meninos”.

Em *Folha Rota* (1878), Luísa é uma jovem que vive com a tia, D. Ana Custódia; as duas vivem da renda que obtém costurando.

Infelizmente, não tinha adornos nem os vestidos eram bem cortados. Pobres, já se vê que deveriam ser. Que outras coisas seriam os vestidos de uma filha de operário, órfã de pai e mãe, condenada a coser para ajudar a sustentar a casa da tia! Era um vestido de chita grossa, cortado por ela mesma, sem arte nem inspiração.

Luísa tem um namoro com Caetaninho, seu primo, cujo pai, um correeiro, não se dá com a tia, mas nenhum dos dois sabe o motivo. A intransigência de ambos impede que os namorados se casem, algo que poderia melhorar um pouco a situação de Luísa; ela permanece vivendo com a tia, que falece alguns anos depois. Luísa “aceitou a proteção de uma vizinha e foi para a casa dela, onde trabalhava dia e noite”.

No fim de catorze meses, adoeceu de tubérculos pulmonares; arrastou uma vida aparente de dois anos. Tinha quase trinta quando morreu; enterrou-se por esmolas. Caetaninho viveu; aos trinta e cinco era casado, pai de um filho, negociante de fazendas, jogava o voltarete e engordava. Morreu juiz de uma irmandade e comendador.

João Fernandes (1894) é um desempregado recém-despejado, que vaga pela madrugada refletindo sobre sua vida e imaginando como buscará recursos para sobreviver.

Na cabeça deste pobre diabo de vinte e seis anos não arde imaginação alguma, que forceje por falar e verso ou prosa. Filosofia, menos. Certo, a roupa que o veste é descuidada, como os cabelos e a barba; mas não é por filosofia que os traz assim. Convém firmar bem um ponto; a nota de cinco tostões que ele deu pelo chá e pelo charuto foi a última que trazia. Não possuía agora nada mais, salvo uns dois vinténs, perdidos no bolso do colete. Vede a triste carteira velha que ele tirou agora, à luz do lampião, para ver se acha algum papel, naturalmente, ou outra coisa; está cheia de nada. Um lápis sem ponta, uma carta, um anúncio do *Jornal do Commercio*, em que se diz precisar alguém de um homem para cobrança. O anúncio era da véspera. Quando João Fernandes foi ter com o anunciante (era mais de meio-dia) achou o lugar ocupado.

João entende que precisa trabalhar, não deseja ser confundido com vagabundo pela patrulha; reflete sobre a desigualdade.

João Fernandes suspirou; uns tinham carro, outros nem cama... A sociedade é madrastra, rugiu ele. A vista dos teatros azedou-lhe mais o espírito. Passara por eles, horas antes, vira-os cheios e iluminados, gente que se divertia, mulheres no saguão, sedas, flores, luvas, homens com relógio no colete e charuto na boca. E toda essa gente dormia agora, sonhando com a peça ou com os seus amores. João Fernandes pensou em fazer-se ator; não teria talento, nem era preciso muito para dizer o que estivesse no papel. Uma vez que o papel fosse bom, engraçado, ele faria rir. Ninguém faz rir com papéis tristes. A vida de artista era independente; bastava agradar ao público. E recordava as peças vistas, os atores conhecidos, as grandes barrigadas de riso que tivera. Também podia escrever uma comédia. Chegou a imaginar um enredo, sem advertir que eram reminiscências de várias outras composições.

Amanhece e João consegue um café num botequim conhecido, onde também lhe prometem um almoço fiado.

Enfiou pela rua abaixo, com os olhos no futuro cor de rosa: a certeza do almoço. Não se lembrara de procurar algum anúncio no *Jornal*; viu, porém, a notícia de que

o ministério ia ser interpelado nesse dia. Uma interpelação ao ministério! Almoçaria às dez horas; às onze estaria na galeria da câmara. Aí tinha com que suprir o jantar.

João sequer procura os anúncios de trabalho, lhe parecendo mais adequado tentar garantir apenas a próxima refeição; sua vida incerta lembra aquela de Custódio (*O empréstimo*) – que parece sempre estar a serviço do próximo trocado que lhe garantirá sustento até o dia seguinte, sem buscar um trabalho que lhe renda uma vida mais estável – ou a de Leandro (*Singular ocorrência*, 1883), o “sujeito reles e vadio”, antigo empregado de um amigo de Andrade, que tem o costume de explorar os amigos do antigo patrão por alguns milhares de réis.

O Empréstimo (1882) retrata um encontro entre Vaz Nunes, um discreto e perspicaz tabelião, e Custódio, um homem com aspirações de grandeza que vem lhe pedir um empréstimo para que participe de uma sociedade empresarial. Custódio é ambicioso e orgulhoso, e acredita – de forma ingênua, até – ser capaz de obter grandes vantagens com pouco esforço.

Era um homem de quarenta anos. Vestia pobrementemente, mas escovado, apertado, correto. Usava unhas longas, curadas com esmero, e tinha as mãos muito bem talhadas, macias, ao contrário da pele do rosto, que era agreste. Notícias mínimas, e aliás necessárias ao complemento de um certo ar duplo que distinguia este homem, um ar de pedinte e general. Na rua, andando, sem almoço, sem vintém, parecia levar após si um exército. A causa não era outra mais do que o contraste entre a natureza e a situação, entre a alma e a vida. Esse Custódio nascera com a vocação da riqueza, sem a vocação do trabalho. Tinha o instinto das elegâncias, o amor do supérfluo, da boa chira, das belas damas, dos tapetes finos, dos móveis raros, um voluptuoso, e, até certo ponto, um artista, capaz de reger a vila Torloni ou a galeria Hamilton. Mas não tinha dinheiro; nem dinheiro, nem aptidão ou pachorra de o ganhar; por outro lado, precisava viver. *Il faut bien que je vive*, dizia um pretendente ao ministro *Talleyrand*. *Je n'en vois pas la nécessité*, redarguiu friamente o ministro. Ninguém dava essa resposta ao Custódio; davam-lhe dinheiro, um dez, outro cinco, outro vinte mil-réis, e de tais espórtulas é que ele principalmente tirava o albergue e a comida.

Digo que principalmente vivia delas, porque o Custódio não recusava meter-se em alguns negócios, com a condição de os escolher, e escolhia sempre os que não prestavam para nada. Tinha o faro das catástrofes. Entre vinte empresas, adivinhava logo a insensata, e metia ombros a ela, com resolução. O caiporismo, que o perseguia, fazia com que as dezenove prosperassem, e a vigésima lhe estourasse nas mãos. Não importa; aparelhava-se para outra.

Custódio enxerga no enriquecimento um caminho para o alcance de prestígio social: porta-se com pompas aristocráticas, mas não exerce qualquer atividade que lhe remunere; ao revés, vive de gratificações de terceiros e busca negócios que, desafiando a lógica cartesiana do mercado, exijam pouco esforço e produzam retorno rápido e abundante – a exemplo da miraculosa oportunidade de

participação societária numa fábrica de agulhas: o interesse de Custódio no empreendimento é risível, pois exige um investimento inicial muito superior ao seu patrimônio.

Vaz Nunes, por outro lado, é um burocrata que, amparado pela estabilidade, leva uma vida confortável, sendo certo que se trata de um homem rico (“tinha cinqüenta anos, era viúvo, sem filhos, e, para falar como alguns outros serventuários, roía muito caladinho os seus duzentos contos de réis”). Não parece se tratar de alguém particularmente ganancioso, embora sua postura na história seja algo mesquinha.

O encontro entre os dois se desenrola num divertido xadrez de cortesias, com ambos recorrendo a seus repertórios de gentilezas e pretextos para atingirem seus objetivos; Custódio tenta obter algum dinheiro (reduzindo, a cada investida, o valor do pedido), enquanto Vaz Nunes se esquivava, repetidamente. Durante o embate, Vaz Nunes relativiza sua condição de proprietário, e chega a acenar com a possibilidade de conseguir um emprego público para Custódio:

– Olhe; dou-lhe coisa melhor do que quinhentos mil-réis; falarei ao Ministro da Justiça, tenho relações com ele, e...

Custódio interrompeu-o, batendo uma palmada no joelho. Se foi um movimento natural, ou uma diversão astuciosa para não conversar do emprego, é o que totalmente ignoro; nem parece que seja essencial ao caso. O essencial é que ele teimou na súplica.

Ao final, Vaz Nunes brinda Custódio com uma nota de cinco mil réis (o correspondente a uma pequena fração do pedido inicial), mantendo outra para si; ambos terminam satisfeitos, o primeiro por evitar um vultoso empréstimo sem abdicar da delicadeza e o segundo, por garantir o jantar.

As personagens d’*O Empréstimo* ocupam posições bastante diferentes: Vaz Nunes é um funcionário público que, detentor de uma outorga estatal, goza de um patrimônio considerável e leva uma vida, ao que tudo indica, frugal. Custódio, por outro lado, não tem emprego formal, vive de gorjetas mas sonha com uma vida opulenta e sofisticada.

Ambos, em certo sentido, vivem de “dinheiro fácil”: um é pedinte, ao passo que o outro lucra prestando um serviço público, atividade típica do conjunto de práticas que Hélio Jaguaribe (1950) classificou como “Estado cartorial”. Mais do

que isso: um tem um emprego, e o outro não trabalha; ambos os papéis sustentam, à sua maneira, o caráter hierárquico do sistema.

Teoria do medalhão (1881), que aliás foi objeto de pioneira interpretação antropológica por Roberto DaMatta (1997a: Cap. IV), é um caso à parte pois, em que pese retratar uma “receita” de ascensão social, se situa para além da oposição entre riqueza e pobreza. O conto traz os ensinamentos de um pai ao seu filho para que ele se torne um medalhão, categoria que será examinada a seguir; assim o pai introduz ao filho o tema em questão:

– (...) Senta-te e conversemos. Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. Há infinitas carreiras diante de ti. (...) Mas, qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum. A vida, Janjão, é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros, e com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra.

Desde o princípio, está claro que o Janjão é um jovem com recursos financeiros e educação formal, e que tem carreiras atrativas ao seu alcance; mais adiante, o pai elabora a distinção entre ter um ofício e ser um medalhão.

– Entretanto, assim como é de boa economia guardar um pão para a velhice, assim também é de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição. É isto o que te aconselho hoje, dia da tua maioridade.

– Creia que lhe agradeço; mas que ofício, não me dirá?

– Nenhum me parece mais útil e cabido que o de medalhão.

Segundo o pai, portanto, o prestígio do medalhão não está associado a nenhum ofício específico, mas a um conjunto de práticas – essa premissa é reafirmada mais adiante na história. Por outro lado, supõe-se um número restrito de ocupações que permitem ao candidato a medalhão se colocar na posição adequada de reconhecimento social; e que, ainda que o pai afirme não afastar nenhuma profissão, aponta de início ao filho apenas um punhado de atividades exclusivas (e que não incluem, em nenhuma hipótese, serviços braçais), que só podem figurar na trajetória de alguém que reúne as mesmas condições de Janjão.

– E parece-lhe que todo esse ofício é apenas um sobressalente para os deficits da vida?

– Decerto; não fica excluída nenhuma outra atividade.

– Nem política?

– Nem política. Toda a questão é não infringir as regras e obrigações capitais. Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano,

com a cláusula única de não ligar nenhuma idéia especial a esses vocábulos, e reconhecer-lhe somente a utilidade do *scibboleth* bíblico.

É dizer: o filho poderá escolher qualquer daquelas trajetórias profissionais, mas será prudente se, além da carreira, souber se revestir da qualidade de medalhão; e nesse ponto destaca sua primeira regra de ouro, que é não defender causa alguma (isto é, abster-se de qualquer manifestação de exercício de consciência). E prossegue, detalhando ao filho como tornar-se um autêntico medalhão.

– Venhamos ao principal. Uma vez entrado na carreira, debes pôr todo o cuidado nas idéias que houverses de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente (...) Tu, meu filho, se me não engano, pareces dotado da perfeita inófia mental, conveniente ao uso deste nobre ofício. (...) No entanto, podendo acontecer que, com a idade, venhas a ser afligido de algumas idéias próprias, urge aparelhar fortemente o espírito. escrito. (...) De resto, o mesmo ofício te irá ensinando os elementos dessa arte difícil de pensar o pensado.

(...)

– Digo-lhe que o que vosmecê me ensina não é nada fácil.

– Nem eu te digo outra coisa. É difícil, come tempo, muito tempo, leva anos, paciência, trabalho, e felizes os que chegam a entrar na terra prometida! Os que lá não penetram, engole-os a obscuridade. Mas os que triunfam! E tu triunfarás, crê-me.

Mesmo que as tarefas contidas nas orientações do patriarca exijam esforço, não envolvem labor braçal, nem tampouco aplicação intelectual; trata-se, ao revés, de se empenhar em mobilizar obviedades e evitar, a todo custo, qualquer ímpeto de liberdade de pensamento ou de criatividade, de que possam resultar inovação ou debate. O conto revela então uma primazia das soluções prontas – as receitas tradicionais, os lugares-comuns – como método indicado para obtenção de prestígio social, em detrimento dos recursos inovadores, das soluções criativas e originais, da quebra disruptiva de paradigmas.

Essa mesma ideia é explorada na personagem de Benedito (*Evolução*, 1884), o ordinário aspirante a político (tinha gosto pelos “anexins políticos e fórmulas parlamentares”) que ao longo da história atribui a si próprio a autoria da frase de efeito formulada por um amigo numa viagem de trem, finalmente a incorporando num discurso político.

A respeito da discussão de ideias, é emblemática a descrição do protagonista d’*O Espelho*: “não discutia nunca (...) dizendo que a discussão é a forma polida do instinto batalhador, que jaz no homem, como uma herança bestial; e acrescentava que os serafins e os querubins não controvertiam nada, e, aliás, eram a perfeição espiritual e eterna”.

O enredo de *Teoria do medalhão* retrata uma preocupação quase que exclusiva no atingimento de um reconhecimento social específico, consubstanciado na categoria nativa de medalhão, que podemos descrever, provisoriamente, como um tipo específico e relativamente autônomo de condição social cujo reconhecimento, em teoria, independe da posse de títulos ou da disposição de recursos financeiros; no conto há poucas referências ao *trabalho* como meio de obtenção de riqueza, prestígio ou posição: trata-se ali das formas de representar um papel social que tem importância em si mesmo.

Por outro lado, e a teor do que já se viu nos contos anteriores, há uma relação estreita entre riqueza e posição social, afinal, o notável que almeja se tornar medalhão depende de alguma riqueza para trilhar aquele caminho. Machado de Assis já havia antecipado em parte esse tema: quando Antônio Alves orienta o filho Luís sobre o casamento que deve buscar em *Quinhentos Contos* (1868), ele sumariza as qualidades e expedientes a que deve o próprio sucesso:

Ouve; que te falta? Tens tudo: fortuna, liberdade, reputação, boa casa, boa cama, boa mesa. (...) Nada precisas, nada ambicionas, continuou o pai. Ora, que tinha eu na época do meu casamento? Tudo carecia, ambicionava tudo. Era-me preciso encetar então, lá no fundo da minha província, a vida política que mais tarde interrompi, e que pretendo começar agora de novo. Apareceu-me um amigo que possuía três qualidades preciosas: era rico, professava as minhas idéias e tinha uma filha formosíssima. Levantei os olhos para a filha; a ambição ajudou o amor, ou amor a ambição, e eis aí como me uni à tua mãe. (...) Que hás de fazer? disse o pai tomando um tom de augure. Insistir e resistir. Até porque podem algumas ilusões da juventude levar-te a contrair uma dessas alianças disparatadas e desonrosas (...) Demais, não queres tentar a vida política? Eu sempre te achei vocação para homem de Estado; vocação e fortuna, é quanto basta para fazer tremer o governo.

Mesmo nas ocupações privadas, percebe-se que não se trata propriamente de trabalhar, mas de “ser patrão”, ocupar uma posição proeminente que garante não apenas rendimento, mas também notoriedade. Quando o pai de Janjão lhe aponta os caminhos possíveis (“podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes”), está claro que a profissão na lavoura ou na indústria não envolve trabalhos braçais no campo ou no chão de fábrica, mas sim uma chefia, uma posição de comando.

A estrada do enriquecimento, da ascensão na sociedade de mercado, exigia escrutínio menos severo das qualidades pessoais. (...) **Enriquecer, na obra de Machado de Assis, significa, normalmente, pôr-se ao abrigo do trabalho, ganhar o emprego suave de não fazer nada, nas serenas funções de capitalista. (...) Os meios comuns para alcançar esse glorioso estado são a herança e o casamento com herdeiro ou herdeira rica.** Há, todavia, as grandes carreiras, dos homens que vieram do nada e construíram grossos cabedais, a cuja sombra um

deles cultivou a baronia. **Não é o trabalho o responsável por esse salto**, o trabalho de todos os dias, suado e fatigante, com a poupança de real a real. A chave da existência dourada é a especulação afortunada, o faro astuto, que se exercita nas crises comerciais que abalaram o Segundo Reinado.” (Faoro, 2001: 28)

Machado de Assis estabelece, portanto, uma relação sutil entre riqueza e papel social, em que a primeira não exprime necessariamente o segundo, mas em que o segundo depende do primeiro para se concretizar. É nesse sentido que Faoro novamente anota que

o caminho da ascensão é o golpe da fortuna, honesto ou ilícito – aí não há valores. **O caminho não está aberto a todos os humildes**, todos os que dispõem de habilidade, ambição ou esperteza. Enquanto os especuladores o percorrem, em toda a distância, **está ele fechado aos operários, empregados, mecânicos ou artesãos (artistas), às mulheres pobres e aos escravos**. Diga-se apenas por ora que, embora não rigidamente fechada a sociedade, **para a escalada era necessária uma base, base que a pobreza impedia**. Seria necessário, em primeiro esforço, ter alguma coisa para ter muito – **crédito e reputação, experiência e relações no comércio. No nível do estrato sem esperança, à míngua de heranças, casamentos ricos, proteções, está a sorte do tipógrafo (...) da mulher sem profissão, (...) do empregado no arsenal**. Para estes, a estrada está cercada de barreiras e armadilhas, que agravam a miséria e tornam o destino apagado. (Faoro, 2001: 32)

Há, aliás, forte relação de complementaridade entre *Teoria do medalhão* e o conto *O anel de Polícrates* (1882): ali se descreve passagens da vida de Xavier, considerado um homem pródigo de ideias, mas financeiramente humilde. Xavier passa sua vida “esbanjando” ideias, sem nunca, aparentemente, se valer delas para obter vantagens para si. Quando finalmente cessa sua capacidade de ter novas ideias, vê-se desprezado.

O Xavier não só perdeu as idéias que tinha, mas até exauriu a faculdade de as criar; ficou o que sabemos. Que moeda rara se lhe vê hoje nas mãos? Que sestércio de Horácio? que drama de Péricles? Nada. Gasta o seu lugar-comum, rafado das mãos dos outros, come à mesa redonda, fez-se trivial, chocho...

O protagonista do conto é o inverso do medalhão: um homem criativo e ousado, mas que não procura prestígio social (objetivo em que, segundo aquela teoria, seria supostamente mais bem sucedido se adotasse postura conservadora, convencional), nem emprega suas ideias no ambiente de mercado, em troca de enriquecimento. Ao final, é desdenhado pelas personagens que o observam na rua.

A figura do talento desperdiçado, da inspiração não concretizada, que caracteriza Xavier e que parece exprimir a reflexão do autor sobre um certo tipo de aridez cultural brasileira, que provoca um distanciamento entre visão e realização, reaparece também nos personagens de *Sales* (1887) e *Um erradio* (1894).

Sales tem ideias mirabolantes (“concepções vastas, brilhantes, inopináveis ou só complicadas”), mas não as concretiza: tem um projeto para revolucionar a produção do engenho de açúcar do sogro, mas sua demora faz os parceiros desistirem do negócio; em seguida imagina um negócio original de comércio, mas a empreitada é tão ousada, e seus custos tão inflados, que a abertura da empresa é indeferida, e ele desiste do negócio, que lhe rende grande prejuízo.

Também Elisiário (*Um erradio*) padece da falta de foco, de objetivos. Vive como professor e tem alguma erudição – já passou por inúmeros cursos superiores, e não concluiu nenhum – mas carece de objetivo, porque deixa de concretizar suas ideias para substituí-las por outras mais novas.

Assim se passaram anos. D. Jacinta começou a pensar em um ato de pura dedicação. Conhecia a vida de Elisiário, os dias perdidos, as noites, a incoerência e o desarranjo de uma existência que ameaçava acabar na inutilidade. Nenhum estímulo, nenhuma ambição de futuro. D. Jacinta acreditava no gênio de Elisiário. Muitos eram os admiradores; nenhum tinha a fé viva, a devoção calada e profunda daquela moça. O projeto era desposá-lo. Uma vez casados, ela lhe daria a ambição que não tinha, o estímulo, o hábito do trabalho regular, metódico, e naturalmente abundante. Em vez de perder o tempo e a inspiração em coisas fúteis ou conversas ociosas, comporia obras de fôlego, nas boas horas e para ele quase todas as horas eram excelentes. O grande poeta afirmar-se-ia perante o mundo.

Mas Elisiário não muda nunca, e jamais desponta como um grande e reconhecido poeta ou orador.

(...) era também um talento de pouca dura; tinha de acabar, ainda que não casasse. Não foi a ordem que lhe tirou a inspiração. Certamente, a desordem ia mais com ele que tanto tinha de agitado, como de solitário; mas a quietação e o método não dariam cabo do poeta, se a poesia nele não fosse uma grande febre da mocidade...

2.3 A caracterização do trabalho em Machado de Assis

É possível, portanto, identificar um expressivo conjunto de *percepções típicas*, expressado por princípios e conceitos que caracterizam o *trabalho* nos contos de Machado de Assis e, por conseguinte, no Brasil do séc. XIX.

O primeiro e mais relevante deles repousa na o elo entre *trabalho* e *pobreza*, onde a *escravidão* aparece como claro elemento de ligação, pois além do escravo concentrar uma parte específica e simbolicamente significativa do trabalho manual, ele ainda funciona como unidade de referência para caracterizar a pobreza que coexiste com o trabalho, mesmo quando ele é desempenhado pelo trabalhador livre.

Quanto a esse último ponto, aliás, é significativo que Machado tenha escrito, após a abolição, contos paradigmáticos sobre a condição do escravo; não me parece exagerado especular que, com eles, Machado provocava o leitor – integrante da elite intelectual da então capital – quanto aos efeitos duradouros da escravidão na nova ordem republicana, expressos nas condições deploráveis de trabalho, na miséria, no desamparo e na dependência do trabalhador.

De maneira geral, o escravo aparece nos contos machadianos de forma bastante marginal e pulverizada, o que também é muito sugestivo, pois reforça sua condição de máquina privada de identidade, de *morto social* como afirma Patterson. Nos contos, o escravo sempre assume as tarefas da casa, como a cozinha e a costura – vale lembrar que o cenário preferencial dos contos examinados é urbano e, frequentemente, doméstico –, e surge também como extensão da casa no ambiente da rua, como vendedor ou mensageiro (isto é, sempre ocupações físicas, braçais).

De resto, o trabalho manual aparece com força na retratação do trabalhador livre (negro ou branco), que é desvalido, vive em condições miseráveis e não tem perspectivas de modificar sua posição social. As personagens nessa situação são frequentemente equiparadas a escravos, de forma explícita – quando, por exemplo, Porfírio (*Terpsícore*) indaga a Glória se “havam de gastar os anos como se fossem escravos”) – ou implícita, por meio da descrição das condições de vida das personagens, como as famílias de Candinho (*Pai contra mãe*) e João Maria (*Habilidoso*), ou o protagonista de *João Fernandes*.

Sob mais de um aspecto, portanto, a escravidão se coloca nos contos como princípio fundamental do sistema: a figura do escravo captura o trabalho, sobretudo aquele que chamamos braçal, e o vincula de forma profunda a uma condição humilhante e subalterna, mas que mantinha com a posição senhorial uma relação extremamente próxima e complexa, com uma intensidade que variava, entre outras coisas, conforme a ocupação do escravo e sua trajetória na família, e a posição ocupada por esta no conjunto social.

Por outro lado, os contos oferecem raras percepções positivas do trabalho, em que pese as personagens que, nas histórias, se vinculam às ocupações da época que poderíamos chamar *liberais*. O trabalho livre não implica, para as personagens de Machado, experiências edificantes de superação pessoal, reconhecimento ou mobilidade social; essas situações, quando retratadas, derivam da bem-aventurança (as fortunas adquiridas pela herança, os prêmios que parecem movidos pelo destino) ou da perícia no manejo das relações sociais certas (as nomeações para cargos, os casamentos proveitosos).

Sem o gosto pré-capitalista pela particularidade dos ofícios e pela ordem corporativa (posto em xeque pelas realidades do trabalho abstrato), e sem a valorização burguesa desse mesmo trabalho (desmentida pelo cativo), resta uma noção radicalmente desideologizada do esforço, o qual é despido de mérito intrínseco. (Schwarz, 1983: 49).

Com sua marcante vinculação ao escravo, o trabalho definitivamente se estabelece nos contos como um marcador social, afirmando simbolicamente que a riqueza se expressa pela prescindibilidade do trabalho. Por conseguinte, aqueles que trabalham são pobres – condição da qual não conseguirão se livrar, num contexto em que a mobilidade social não depende exclusivamente do trabalho.

Em suma, a vida honesta e independente não está ao alcance do pobre, mesmo estóico, que aos olhos dos abastados é presunçoso quando a pretende, e desprezível quando cede, o que aliás é uma das fórmulas do abjeto humor de classe de Brás Cubas, formalizado e exposto por Machado de Assis. (Schwarz, 1983: 48).

A propósito desse caráter classificatório do trabalho, merecem melhor definição as ideias de *hierarquia e igualdade*. Quando examinou o sistema de castas na Índia sob uma perspectiva antropológica, Louis Dumont (2008) definiu aquela sociedade como holística justamente por se pautar por uma forte noção de hierarquia, pois identificou ali uma estrutura social que atribui o significado social das suas partes a partir da sua relação com o todo.

Numa cosmologia hierárquica como aquela, a ordem resulta do emprego de valor para estabelecer relações de superioridade e inferioridade entre o todo e suas partes, bem como das partes entre si. Em sociedades assim caracterizadas, o indivíduo empiricamente dado (*i.e.*, a fração indivisível da espécie humana) existe, mas não possui valor moral em si, pois a ideologia englobante é aquela que extrai o seu significado a partir do papel que representa na coletividade.

É a partir da comparação desse tipo de ordem social com aquela das sociedades ocidentais modernas que Dumont (2000) desenvolve sua tese sobre o individualismo como ideologia moderna, fundada na valorização do indivíduo como unidade social fundamental, à qual se subordina a totalidade social.

... as castas nos ensinam um princípio social fundamental, a hierarquia, cujo oposto foi apropriado por nós, modernos, mas que é interessante para se compreender a natureza, os limites e as condições de realização do igualitarismo moral e político ao qual estamos vinculados (Dumont, 2000: 50)

Segundo Dumont, foi em oposição a uma ideologia holística ou hierárquica que o individualismo se impôs historicamente, a partir do que se entende, nas sociedades ocidentais, por modernidade. Se as sociedades holísticas apresentam uma cosmologia hierarquizada, as sociedades individualistas, por sua vez, segregaram o valor – ou os valores – do todo, privando-o de hierarquia.

Na ideologia holística, a hierarquia representa uma ordem natural das coisas, ao passo que o individualismo moderno “atomizou” esses valores na qualidade de valores morais, de maneira a excluir a ordem hierárquica da cosmologia, pois, se não destruiu completamente a concepção de “todo”, ao menos implicou que o todo deixasse de ser o fornecedor de valor do sistema (Dumont, 2000).

Desse modo, segundo Dumont, a ideologia moderna das sociedades ocidentais tem por estatuto o individualismo e, por implicação, a igualdade, pois

a partir do momento em que não mais o grupo mas o indivíduo é concebido como o ser real, a hierarquia desaparece e, com ela, a atribuição imediata da autoridade a um agente de governo. Nada mais nos resta senão uma coleção de indivíduos, e a construção de um poder acima deles só pode ser justificada supondo-se o consentimento comum dos membros da associação. (Dumont, 2000: 92)

De toda forma, me parece que as sociedades holísticas e individualistas concebidas por Dumont são polos extremos – ou *tipos ideais* – das categorias apresentadas em sua obra, e que podem, em situações concretas, englobar

ideologicamente as práticas sociais. Assim, o advento da modernidade e a introdução do individualismo como ideologia hegemônica no ocidente, observada por ele, não deve ser compreendida de maneira totalizante, nem encarada como uma transformação instantânea: cabe ao intérprete buscar, nos processos sociais, as formas como uma dada sociedade lidou (e lida) com os resíduos dessas transformações, e como promove sua integração, sua compatibilização nas práticas sociais. É o que nos lembra Gilberto Velho (1981) ao demonstrar que estes tipos “puros” de Dumont podem, seguramente, se problematizados a partir de uma série de exemplos históricos concretos.

Nesse sentido, creio que a noção de hierarquia utilizada por Dumont se aplica ao Brasil – sobretudo aquele descrito por Machado de Assis – por se tratar de uma sociedade profundamente relacional, que também opera, em larga medida, atribuindo valor às suas partes a partir das relações que elas mantêm entre si; parte importante dessa classificação, nos mostra Machado de Assis, é feita na dimensão social do *trabalho*.

É diante da incapacidade de encontrar mobilidade social a partir do trabalho que as personagens dos contos machadianos recorrem a casamentos hipergâmicos – não apenas como forma de escapar da pobreza, mas também de acessar a camada de cima da estrutura social – ou à esperança na viravolta da fortuna, que pode figurar como uma herança inesperada ou um bilhete premiado da loteria.

A herança, como vimos, aparece de forma diferente para cada segmento de personagens nos contos de Machado: no caso dos pobres, ela se expressa frequentemente através do pecúlio duramente economizado ao longo dos anos de trabalho – a exemplo de Julião (*Virginius*), Gil Gomes (*Conversão de um avaro*) ou do falecido pai de Celestina (*Uma carta*) – que não corresponde à riqueza, mas à esquiva, precária, da penúria extrema.

Por outro lado, no caso dos ricos, a herança funciona justamente – a propósito da ordem hierárquica descrita por Dumont – como expressão da conformação aristocrática do sistema; é o espólio legado pelos parentes que perpetua as posições sociais das famílias e seus integrantes, garantindo a concentração das fortunas e das posições sociais de prestígio.

Nesse sentido, tanto a herança como o casamento arranjado se manifestam, nos contos de Machado, como variações do caráter hierarquizante do sistema, pois atuam para manter as coisas em seus lugares de origem ou, se muito, para admitir uma mobilidade *relativa e condicionada*, isto é, que legitima e reforça as regras estruturais de subordinação no sistema, e que por isso é admitida.

São situações, portanto, que indicam inequivocamente o reflexo do todo sobre a parte, funcionando como instrumentos *aristocratizantes*, de manutenção da hierarquia do sistema: nos casamentos arranjados, as entidades morais que compõem o ajuste não são os noivos (indivíduos), mas sim as famílias (como referência da coletividade, do todo); de forma ainda mais categórica, nas heranças, a condição primordial do legatário é justamente o pertencimento à família, o laço de parentesco.

Para além desses dois fenômenos, emerge também das percepções machadianas o papel do *favor* como instrumento de navegação social que, na dimensão do trabalho, ganha destaque como mecanismo de acesso às oportunidades de emprego. Essa categoria, aliás, ocupa lugar central na reflexão do crítico literário Roberto Schwarz. Influenciado por Antônio Cândido, Schwarz teceu sua crítica à obra machadiana sem perder de vista um esforço de compreensão dos processos sociais que tomavam forma ao seu tempo⁵.

Em “As ideias fora do lugar” (Schwarz, 2000a [1977]: Cap. I) – esforço posteriormente ampliado em outros trabalhos, dentre os quais se destaca “Um mestre na periferia do capitalismo” (Schwarz, 2000b) – Schwarz esboça uma original tentativa de teorização sobre as implicações da coexistência entre costumes arcaicos e princípios liberais na ordem sociocultural oitocentista brasileira, focalizando, sobretudo, o mecanismo do *favor* como elemento paradoxalmente incompatível com aqueles últimos e, ao mesmo tempo, mediador daquela incongruência.

Esquematizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu

⁵ Em que pese sua clara predileção por referências teóricas de inspiração marxista, o estudo de Schwarz se desenvolve com relativa liberdade de eventuais dogmas ideológicos – enfrentando de forma mais *sociológica* a complexidade dessa contradição – pelo que foi, inclusive, objeto de críticas de determinados segmentos acadêmicos (cf., por exemplo, Carvalho Franco, 1976).

acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O favor é a nossa mediação quase universal- e sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção.

(...)

Aí a novidade: *adotadas as idéias e razões européias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente "objetiva": para o momento de arbítrio que é da natureza do favor.* (Schwarz, 2000a: 15 e ss.)

A interpretação de Schwarz, portanto, se concentra no reconhecimento de que a “modernidade” do Brasil oitocentista não poderia se limitar à verificação de aplicabilidade, ou não, das ideias liberais europeias. Segundo o que ele compreende como um descompasso entre essas e os valores hierarquizantes de uma sociedade escravocrata, o mecanismo do favor é capaz não apenas de moldar-se nas práticas com notável maleabilidade, mas também de ocupar lugar de destaque na ponderação entre os dois fatores.

O que escapa a Schwarz, me parece, é justamente a noção de que a experiência liberal no Brasil, mesmo no séc. XIX, já não obedecia, rigorosamente, à mesma *démarche* de sua disseminação na Europa, mas expressava uma forma peculiar e aculturada do liberalismo burguês europeu.

O *favor*, nesse contexto, atuava de fato como mediador, mas, a meu ver, do processo de composição ou internalização desses dois eixos num sistema próprio e específico, e não entre as tradições e ideias “fora do lugar”, porque tal oposição seria precária, ou relativa: ideais associados ao individualismo moderno – a igualdade, a impessoalidade, o anonimato – foram, seguramente, absorvidos no conjunto de práticas sociais brasileiras, mas não da mesma forma que na Europa.

Conforme detalharei no próximo capítulo, assim como o sistema patriarcal e escravista brasileiro operava de maneira própria, em que a hierarquia entre senhores e escravos era ponderada por complexas relações de dependência – basta ver que essa relação era concebida de maneira absolutamente distinta pelo regime escravista norte-americano, em que pese ter sido tão estrutural como o brasileiro – um estatuto liberal também foi assimilado no Brasil de forma singular, própria.

Se falamos, então, na coexistência de um sistema patriarcal e escravista com outro, liberal e individualizante, partimos do princípio que as formas concretas de ambos são expressões particulares da nossa experiência, são produtos característicos da conformação que nossas práticas sociais limitaram e definiram. Em outras palavras, o quadro descrito por Schwarz sugere que a ideologia liberal se limitava ao campo das ideias (que estariam irremediavelmente fora do lugar); me parece, no entanto, que ela era de fato praticada, mas à brasileira (e o mesmo se pode dizer do modelo hierárquico e escravista que com ela coexistia).

Esta cumplicidade sempre renovada tem continuidades sociais mais profundas, que lhe dão peso de classe: no contexto brasileiro, o favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, **de que nenhuma é escrava**. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma. Lastreado pelo infinito de dureza e degradação que esconjurava - ou seja a escravidão, de que as duas partes beneficiam e timbram em se diferenciar - este reconhecimento é de uma convivência sem fundo, multiplicada, ainda, pela adoção do vocabulário burguês da igualdade, do mérito, do trabalho, da razão. Machado de Assis será mestre nestes meandros. (Schwarz, 2000a: 20).

De mais a mais, quando Schwarz focaliza a prática do favor – sobretudo entre o que ele denomina “classes dominantes” e a multidão de “homens livres” – como mecanismo que assegura às partes do arranjo certa dignidade social (*i.e.*, que uma não está absolutamente submetida à outra), reafirma, em outros termos, a distinção já formulada entre hierarquia e individualismo, pois os atores do favor não são, para usar os termos de Dumont, “indivíduos-no-mundo” (*i.e.*, unidades fundamentais do sistema); a dignidade que o favor reconhece e em função da qual é ajustado não deriva de uma unidade moral individual, mas do papel que desempenham no amplo quadro de relações.

A partir daquela oposição ideológica fundamental formulada por Dumont, Roberto DaMatta (1997a: Cap. IV; 1997b: Cap. II) desenvolveu, em relação ao caso brasileiro, das noções de *pessoa* e *indivíduo*, protagonistas paradigmáticos das

dimensões da *casa* e da *rua*, respectivamente. Enquanto a pessoa se define pela singularidade, pelos laços de amizade e parentesco, e que tem na dimensão privada da casa sua referência, o indivíduo é representado pela universalidade (da regra), pelo anonimato e pela igualdade de condições (isonomia), e figura como tipo exemplar da dimensão da rua, pública e impessoal.

O *favor*, que se concretiza a partir do reconhecimento da reciprocidade entre duas partes, *pessoaliza* as relações, afirmando seus praticantes como *pessoas* do sistema social – isto é, entidades singularizadas no grande quadro hierárquico vigente (cujo representante mais aviltado é o escravo) –, que não estão, naquela circunstância, submetidas aos princípios individualizantes que existem nesse mesmo sistema. Trata-se, portanto, de uma afirmação do valor moral daqueles que se envolvem na reciprocidade do favor.

Há, portanto, na sociedade descrita por Machado, um conjunto de dados que aponta para um sistema moderno, racional, liberal e igualitário – no sentido de prevalência do individualismo, da universalidade da lei e da impessoalidade perante ela –, ao passo que outro conjunto indica um sistema tradicional, relacional e hierarquizante, mediado pelo favor, pela consideração e pelo compadrio. É nesse cenário que se destaca a figura do *medalhão*, categoria que expressa uma forma peculiar e suprema de prestígio social, inteiramente avessa à ideia de mérito.

A teoria do medalhão é, pois, a fórmula indicada para a obtenção do sucesso num mundo social dominado pelo convencionalismo, pela ortodoxia das teorias e doutrinas, pela rigidez das práticas jurídicas, pelo modismo e conformismo que impedem as soluções originais e profundas; numa palavra, pelo sistema hierarquizado que coloca tudo em seus lugares, sempre acha o lugar de todas as inovações, detesta examinar-se e, por meio de suas próprias forças e dinamismo, mudar o lugar das coisas que nele já existem. (DaMatta, 1997a: 203)

A maior parte dos contos examinados nesse estudo retrata um país que sequer havia se estabelecido formalmente como república, em que elite econômica e política se confundem, e onde são as relações sociais que garantem as posições de emprego, sobretudo no serviço público. Nesse cenário, as oportunidades se tornam acessíveis apenas para aqueles que reúnem certas condições sociais (que o trabalho livre, por si só, não é capaz de oferecer).

Os casos relacionados desvendam ainda uma sociedade em que há uma separação entre as ideias de *trabalho* e *emprego*, implicando ainda numa considerável distância semântica entre ambas: nos contos examinados, *trabalho*,

como atividade que exige esforço (físico e/ou intelectual) e que se relaciona com a brutalidade e impessoalidade do mercado, raramente aparece associada à ideia de emprego.

A noção de *emprego*, por sua vez, nas raras situações em que aparece associada ao trabalho – p. ex., os empregos de que Candinho (*Pai contra mãe*) desiste –, manifesta-se como tarefa entediante, submissa e degradante; tomada isoladamente, indica uma função remunerada que não demanda, necessariamente, grande esforço (ou seja, *trabalho*), e paradigmaticamente representada por empregos públicos – o posto que Luís Soares consegue por meio do tio, ou aquele que Vaz Nunes oferece a Custódio (*O empréstimo*) –, oportunidades de obter remuneração (e, por tabela, um papel social de distinção) sem a necessidade de empenho ou conhecimento especializado, e sempre por indicação pessoal.

As noções de *trabalho* e *emprego*, a meu ver, se manifestam com alguma frequência na literatura machadiana – esta última representada quase exclusivamente pelo *emprego público* –, mas em evidente dissociação. E isso, de fato, não aparece como surpresa: a percepção de emprego, que tem como premissa fundamental o *trabalho livre*, perde relevância numa sociedade em que havia escravos para desempenhar a maior parte das ocupações!

Em célebre ensaio, Max Weber (2003 [1921]) distingue os tipos “puros” ou “ideais” da dominação legal e tradicional (além da carismática) como formas legítimas de exercício de poder: enquanto a dominação legal se define pela prevalência da razão como fator de legitimação do poder, consubstanciada na existência da lei (regra estatuída) e de uma burocracia impessoal e anônima (como, de resto, a sociedade em que ela se insere), a dominação tradicional se expressa pelo reconhecimento coletivo de uma ordem pré-existente (papéis sociais), consagrada pela tradição. Nesse contexto, o Estado patrimonial descrito por Weber (2003: 133) – fenômeno associado à forma exemplar de dominação tradicional – é aquele cujo aparato administrativo se compõe a partir dos vínculos sociais, isto é, seus funcionários são definidos a partir de sua posição na estrutura estamental.

Parece evidente que, também num plano político-administrativo, a sociedade descrita por Machado de Assis tem, a um só tempo, elementos do Estado patrimonial – particularmente, as nomeações para cargos públicos pela via do compadrio e da indicação – e de um Estado burocrático-legal, expresso pela

existência de uma ordem constitucional formal. Esse hibridismo se reflete, por exemplo, no sistema de representação política que, a despeito de se tratar de uma monarquia, inclui eleições e rotatividade dos partidos na composição do Gabinete imperial.

O caráter patrimonialista do Estado brasileiro no séc. XIX, que os contos de Machado reafirmam, transformava o acesso aos cargos públicos num sistema personalíssimo de nomeações – que inevitavelmente afastava do serviço público valores de vocação e civismo –, reafirmando ainda mais a imobilidade social como regra do mundo do trabalho, e criando uma distorção enorme entre *trabalho* e *emprego*: os nomeados para cargos públicos lá estão para atender interesses pessoais – seus e de seus padrinhos na burocracia.

Em outras palavras, resta manifesta nos contos a distinção entre *trabalho* e *emprego* e, por conseguinte, a emergência da figura do emprego burocrático e de chefia (em especial o emprego público) como objeto de cobiça, por representar um papel em que se ganha remuneração e posição social sem esforço. Esse traço, que parece ubíquo nos contos de Machado, afirma mais uma vez o caráter hierárquico da sociedade brasileira da época, retratando um Estado que, de tão poroso à influência oligárquica, com ela se confunde.

Quando estive nos Estados Unidos da América no início da década de 1830, o francês Alexis de Tocqueville – cuja obra é fundamental para se entender as práticas igualitárias e democráticas – relatou o estado de profunda igualdade que observava entre os cidadãos norte-americanos. Segundo Tocqueville (2005 [1835], 2000 [1840]), tratava-se de um “estado social” resultante da conjunção de variados fatores – a situação original dos primeiros colonos ingleses (entre os quais não havia relação de superioridade/inferioridade), a manutenção de instituições democráticas que perpetuavam tal condição (como o direito sucessório e a administração da justiça), etc. – que implicavam efeitos peculiares à sociedade americana da época, dos quais o mais relevante, creio, era a inexistência de aristocracia.

Entre os novos objetos que me chamaram a atenção durante minha permanência nos Estados Unidos **nenhum me impressionou mais do que a igualdade de condições**. Descobri sem custo a influência prodigiosa que exerce esse primeiro fato sobre o andamento da sociedade; ele proporciona ao espírito público certa direção, certo aspecto às leis; aos governantes, novas máximas e hábitos particulares aos governados.

Não tardei a reconhecer que esse mesmo fato estende sua influência muito além dos costumes políticos e das leis, e tem império sobre a sociedade tanto quanto sobre o governo: cria opiniões, faz nascer sentimentos, sugere usos e modifica tudo o que ele não produz.

Assim, pois, à medida que eu estudava a sociedade americana, via cada vez mais, na igualdade de condições, o fato gerador de que cada fato particular parecia decorrer e deparava incessantemente com ele como um ponto central a que todas as minhas observações confluíam. (Tocqueville, 2005: 7)

Um dos fatos que chamou a atenção do autor francês foi a relação dos norte-americanos com o trabalho e com o Estado, que lhe parecia profundamente distinta daquela que observava na França pós revolucionária.

Nos Estados Unidos, quando um cidadão tem algumas luzes e alguns recursos, procura enriquecer-se no comércio e na indústria, ou então compra uma terra coberta de florestas e se faz pioneiro. Tudo o que pede ao Estado é não vir perturbá-lo em seus labores e garantir-lhe o fruto destes.

Na maioria dos povos europeus, quando um homem começa a sentir suas forças e a ampliar seus desejos, a primeira ideia que se apresenta a ele é conseguir um emprego público.

(...) Pôr-se mais à vontade a expensas do tesouro público parece-lhes ser, se não o único caminho de que dispõem, pelo menos o caminho mais cômodo e mais aberto a todos para sair de uma condição que não lhes basta mais: **a busca de posições se torna a mais seguida de todas as indústrias.** (Tocqueville, 2000: 311)

Chamam atenção a semelhança da busca incessante de cargos públicos no Brasil (descrita por Machado) com aquela que, segundo Tocqueville, ocorria na Europa, bem como a profunda diferença para o caso dos Estados Unidos. Em relação a esse país, Tocqueville anota que

Os funcionários públicos, nos Estados Unidos, permanecem confundidos no meio da multidão dos cidadãos; **não têm nem palácios, nem guardas, nem uniformes aparatosos. Essa simplicidade dos governantes não é produto apenas de uma feição particular do espírito americano, mas dos princípios fundamentais da sociedade.**

Aos olhos da democracia, o governo não é um bem, mas um mal necessário. É preciso conceder aos funcionários um certo poder, porque, sem esse poder, de que serviriam? Mas as aparências exteriores do poder não são indispensáveis à marcha dos negócios; elas ferem inutilmente a vista do público.

(...) Não notei que na América o funcionário, no exercício de seu poder, fosse acolhido com menos consideração e respeito, por estar reduzido apenas a seu mérito.

(...)

Nenhum funcionário público dos Estados Unidos tem uniforme, mas todos recebem um salário. (...) estabelecer funções gratuitas é criar uma classe de funcionários ricos e independentes, é formar o núcleo de uma aristocracia. (Tocqueville, 2005: 238-239)

Não à toa, a dependência de ocupações no Poder Público no Brasil causou estranheza do viajante norte-americano Thomas Ewbank, que esteve no Rio de Janeiro na década de 1840, justamente porque em seu país de origem o Estado não

desempenhava o mesmo papel. Aquele viajante assinala o seguinte sobre a sociedade brasileira daquele período:

Vivem do poder público, sempre que podem. No entanto, o interior do país é pobre e os salários, com exceção dos pagos pelo imperador, são muito baixos. Além disso, o governo está cercado por candidatos para toda espécie de emprego que possa render algumas centenas de mil-réis por ano. Todas as repartições transbordam de pessoas. (...) Enxames de candidatos solicitam comissões no Exército, motivo por que se fala que dentro de pouco tempo o número de oficiais será maior que o de soldados. A igreja vem logo em seguida entre os lugares procurados como meio de elevar-se nobremente acima das classes inferiores, mas já raspolu mais coroas do que pode abrigar. (...) São felizes os que acumulam o suficiente para comprar um ou dois negros, com cujos salários asseguram seu conforto. O direito e a medicina são outras saídas por onde multidões de famintos procuram garantir a subsistência. Mas essas profissões já estão saturadas e resta pouco espaço para que entrem os recém-chegados. A grande massa afasta-se desapontada (...) [É] lamentável ver tantos jovens talentosos sem terem à sua frente qualquer plano estabelecido ou qualquer objetivo definido, incapacitados por sua educação para uma carreira independente nas profissões industriais ou comerciais; vadiando durante os anos do apogeu de sua vida, na expectativa vaga de um emprego público, vivendo do auxílio de amigos pouco capazes de auxiliá-los, contraindo dívidas. (Ewbank, 1976 [1856]: 146)

Ademais, como a estrutura que informa as condições socialmente valorizadas é marcadamente aristocrática (isto é, hierarquizante) e tradicionalista, valores de competência técnica, concorrência e inovação também são alijados das relações sociais vinculadas ao trabalho, onde imperam o convencionalismo e a repetição de fórmulas tradicionais como meios para sucesso pessoal (e, em especial, profissional), expressos pelo intelectualismo de fachada e o bacharelismo, que Machado denuncia sutil e implicitamente.

Aliás, a forma como Machado caracteriza os cursos superiores no Brasil da época, destacadamente a medicina e o direito, aponta, de forma categórica, que tais instâncias não funcionavam efetivamente como centros de formação de profissões liberais – cujos profissionais, a propósito do termo, se orientassem para o exercício profissional num ambiente competitivo de livre-iniciativa – mas sim como espécies de “escolas de governo” que habilitam seus egressos a concorrer pelas posições sociais acessíveis pelo serviço público e pela política.

Diante da inexorabilidade da associação entre trabalho e pobreza, também vemos surgir na literatura machadiana a figura do malandro – a exemplo dos já mencionados Custódio (*O empréstimo*, 1882), Leandro (*Singular ocorrência*, 1883), João Fernandes (1894), e Candinho (*Pai contra mãe*, 1906) – tal como

estudada por Roberto DaMatta em seu ensaio *Pedro Malasartes e os paradoxos da malandragem*.

Desse modo, o mito de Malasartes também pode ser tomado como o mito do trabalhador brasileiro, como a saga daquele que tem de estar sempre buscando algo que não possui; sempre – como eles mesmos dizem – em busca do trabalho e do patrão, sobretudo do “bom patrão” que os ancore definitivamente na estrutura social. E para tanto têm de realizar uma caminhada em direção ao mundo e à “dura realidade da vida”, deixando para trás suas famílias e lares, o local geográfico familiar. Numa palavra, que é pobre precisa “ganhar a vida”, expressão usada no conto e na vida diária, que denota a necessidade de buscar um meio de viver: o trabalho e o patrão (sempre associado ao trabalho). Quem tem de ganhar a vida é pobre e precisa engajar-se em alguma forma de atividade, donde: pobreza = atividade, trabalho, mudança. Ao passo que quem está rico já não precisa de movimentação alguma, pois o estado de riqueza é igual à inatividade, que por sua vez é uma função da satisfação plena. Ganhar a vida assim, é equivalente a “ter de se mexer”, o que significa ter de sair de casa na busca do trabalho, do “pão de cada dia”, na “luta” que, afinal, permite a grande e digna complementaridade com o mundo como um todo. (DaMatta, 1997a: 282).

Custódio, Leandro e João Fernandes incorporam o mito de Malasartes na medida em que evitam o trabalho a todo custo e vivem de gorjetas ou esmolas, operando, portanto, ao largo do marcador social que é o trabalho; isso não impede, entretanto, que sua forma de converter desvantagem em vantagem seja “lida” socialmente como vadiagem, trazendo-os novamente para o alcance do sistema classificatório do trabalho.

Candinho, por outro lado, representa a face efetivamente malandra do mito: como os outros, rejeita o trabalho convencional, já tendo desempenhado muitas atividades e não se fixado em nenhuma. Contudo, o que de fato lhe sustenta é o ofício – se é que se pode chamar assim – de captor de escravos em fuga, que é a marca decisiva da sua esperteza diante do sistema: não se trata de um emprego – afinal, ele só sai em busca de escravos quando há anúncios, e mesmo assim, apenas se o desejar –, mas ele recebe remuneração justamente das pessoas para as quais supõe-se que *deveria* trabalhar (em outros ofícios, tradicionais), naquele modelo social.

E mais: sua atividade, absolutamente excepcional, consiste justamente em impor as duras regras que orientam a forma mais vil de trabalho do sistema, a escravidão. Candinho opera dentro do sistema, mas sem se submeter a muitas de suas regras básicas.

Na linguagem moderna do Brasil, Pedro Malasartes, acima de ser um herói sem caráter, é um subversivo, perseguidor dos poderosos, para quem sempre leva a dose

de vingança e destruição que denuncia a falta de um relacionamento social mais justo entre o rico e o pobre, além de revelar o código moral que deve pautar o relacionamento entre fortes e fracos, fundado sobretudo no envolvimento e respeito moral entre ricos e pobres. (DaMatta, 1997a: 274).

Podemos sugerir, ainda, que os valores vinculados à malandragem se manifestam também nos expedientes de Clemente (*Um homem superior*, 1873), por meio dos quais assegura não apenas um emprego de contador, mas, acima de tudo, o casamento com a jovem Carlotinha, rica viúva do falecido comendador Brito.

Clemente se passa por grande amigo do fazendeiro, ganhando sua estima, e faz até mesmo Carlotinha reavaliar a má reputação que lhe atribuíra no passado; ao fim da história, casa-se com ela com a bênção do comendador, dada quando convalescia. A malandragem de que Clemente faz uso para desviar da obrigatoriedade do trabalho não surte efeito nos casos de *Luís Soares* (1869) e Matias Deodato (*Último capítulo*, 1884); ambos se suicidam.

A propósito do que escrevi sobre o equilíbrio monetário do período retratado nos contos, é possível sugerir, considerando as caracterizações de Machado examinadas até aqui, que tal estabilidade se estende, a rigor, a toda referência de riqueza que, para além da moeda, se expressava também na propriedade (terra e escravos), nos elos pessoais (de sangue ou de amizade), na etiqueta (ainda que apenas aparente) e na educação (ainda que meramente formal) como traços pessoais. Os enredos descritos a partir da combinação desses conceitos desvelam uma sociedade onde o valor social do *trabalho* é ponderado segundo suas relações com outros elementos do sistema, vinculados à sua vocação hierarquizante.

Nesse sentido, compartilham uma noção de prevalência da aparência sobre a realidade, em que o *trabalho* só ganha importância se produz não apenas vasto enriquecimento, mas também distinção aristocrática, ganhando assim um sentido duplo, e funcionando como um elemento classificatório daquele sistema: quando corresponde a uma ocupação respeitável, pública ou privada, e à possibilidade de enriquecimento sem esforço, tem valor positivo; do contrário, se representa esforço mecânico, comum, e sem recompensa financeira significativa, passa a ter valor negativo.

Não é por acaso que as personagens são sempre prontamente retratadas a partir dos títulos e ocupações de que se revestem, para cima ou para baixo: o *ministro*, o *desembargador*, o *chefe de polícia*, o *major*, o *tabelião*, o *bacharel*, o

alferes, e também o *moleque*, o *pajem*, o *criado* e o *escravo*; pois são essas credenciais que situam imediatamente o leitor para qual extremo do sistema as personagens se orientam, qual é o seu lugar nas relações que se desenrolam na narrativa. Tais extremos são, naturalmente, arquetípicos; na prática, as descrições revelam diferentes gradações intermediárias que aperfeiçoam o método de classificação social, como se captura nas entrelinhas d’*O empréstimo*:

Vede este rapaz: entra no mundo com uma grande ambição, uma pasta de ministro, um banco, uma coroa de visconde, um báculo pastoral. Aos cinquenta anos, vamos achá-lo simples apontador de alfândega, ou sacristão da roça.

A esse respeito, espero que reste evidente, após o exame dos contos, que os pontos incluídos nos aspectos propostos acima possuem, entre si, diversas interseções e descontinuidades; frequentemente, avançam sobre outros e se confundem, ou complementam. Busquei, com a síntese desenvolvida nesse subcapítulo, demarcar fronteiras e “suspender” as superposições entre esses principais aspectos, de maneira a abordá-los isoladamente no próximo capítulo.

Podemos sintetizar, a partir da caracterização extraída de Machado de Assis, uma questão fundamental: a ligação entre *escravidão*, *trabalho* e *pobreza*, que me parece constituir o ponto central do estudo, pois de alguma forma permeia toda a interpretação do *trabalho* no Brasil. Ademais, emerge também a sensível distinção entre *trabalho* e *emprego*, marcada estruturalmente pela oposição entre esforço e não-esforço, que afirma uma realidade em que ninguém quer trabalhar, mas todos querem um bom emprego; nesse cenário, o emprego público aparece no imaginário popular como ideal, pois conjuga a menor exigência de esforço com a maior garantia de estabilidade e posição social.

3. Comparações possíveis

3.1 O trabalho no Brasil de ontem...

Como resta evidenciado pelos contos, é impossível falar de trabalho no Brasil do séc. XIX – aliás, conforme minha hipótese, até hoje – sem tratar diretamente da escravidão, uma instituição que – promovendo a completa submissão de um grupo sobre outro, traduzida no trabalho forçado, gratuito (*i.e.*, sem remuneração) e, no mais das vezes, insalubre e exaustivo – convivia prática e juridicamente⁶ com um estatuto liberal que incluía um estado de direito formalmente constituído (com direitos fundamentais constitucionalmente garantidos), práticas mercantis, imprensa livre e padrões modernos compartilhados por meio das diversas expressões artísticas.

Em sua mais conhecida obra, o sociólogo jamaicano radicado nos Estados Unidos Orlando Patterson (1982: 1-2) estipula que a escravidão, como uma das mais extremas formas de relação de dominação, possui três dimensões: social (que envolve o uso ou ameaça de violência no controle de uma pessoa por outra); psicológica (refletida na capacidade de persuadir outra pessoa a modificar a forma como ela percebe seus interesses e circunstâncias); e cultural, que corresponde aos meios de transformar força em direito, e obediência em dever.

No âmbito desta tese, meu interesse recai particularmente sobre os instrumentos simbólicos articulados na dimensão cultural da escravidão, porque acredito que neles se encontram chaves para decifrar os valores associados ao trabalho no Brasil do séc. XIX.

Quando apresentei o problema fundamental da tese, descrevi o objeto de pesquisa como *trabalho livre, remunerado e competitivo* justamente para sublinhar um fato cuja importância não quero perder de vista: o Brasil não apenas era uma sociedade formalmente escravista até pouco mais de um século atrás, mas sobretudo uma sociedade em que a escravidão atuava como fundamento do sistema social.

⁶ Para um exame mais detalhado dos suportes jurídicos da escravidão no Brasil, ver Perdigão Malheiro, 1976 [1866].

Como a abolição legal da escravidão no Brasil foi um fato notório – tem data e valor emblemático reconhecidos, tal como aprendemos em sala de aula – corremos o risco de assumir que, a partir de 1888, o trabalho escravo no Brasil foi imediata e sumariamente substituído pelo trabalho livre e remunerado não apenas num plano econômico das relações sociais, mas também numa dimensão simbólica e axiológica, o que não ocorreu; a escravidão deixou reflexos evidentes em nosso quadro sociocultural, por meio da manutenção de valores a que se vinculava.

A dimensão racial das relações sociais no Brasil talvez seja seu exemplo mais manifesto: como sabemos, ela ainda é inexoravelmente influenciada pela escravidão, em que pese sua já centenária extinção jurídica. De forma semelhante, entendo que a dimensão do trabalho no código social brasileiro ainda é vivenciada em larga medida a partir de valores que subsistem desde o regime patriarcal escravista, premissa que sustenta a indagação central da tese.

No prefácio de seu já citado livro, Patterson (1982: vii) afirma que “não há nada notavelmente peculiar sobre a instituição da escravidão”, pois ela “existiu desde antes do alvorecer da História humana até o século XX, nas sociedades humanas mais primitivas e nas mais civilizadas”. Assim, mesmo num quadro mais amplo, nos confrontamos com o fato de que os valores que lastreiam a moderna noção – originalmente ocidental, e que hoje podemos supor universal – de *trabalho* (livre, remunerado e competitivo), se formaram em contraposição a outros que, desde tempos remotos e nas mais diversas civilizações, tinham a escravidão como um de seus dados básicos.

Significa dizer: mesmo na sociedade europeia ocidental, os valores sociais associados ao trabalho já tiveram a escravidão como um de seus elementos informadores, que restou superado (ou absorvido) no processo de formação da moderna concepção de trabalho livre.

O fato que destaco aqui, embora manifesto, está longe de ser explícito em nosso senso comum acerca do trabalho. Muito antes do advento do liberalismo (e suas práticas igualitárias), o *trabalho* e suas características (*em que se trabalha, onde e quando se trabalha, para quem se trabalha*) representavam parâmetro inequívoco de estratificação social – ocupações manuais presumiam-se infames e reservadas aos inferiores estruturais – e, sobretudo, de hierarquização (regras de subordinação social).

De acordo com Aristóteles (*Política*, I), na Grécia antiga o *trabalho* estava categoricamente vinculado à escravidão, de forma que a abstenção de atividades manuais – aquelas físicas, em que se utiliza o corpo – era critério constitutivo de dignidade moral e política e, por conseguinte, da condição de cidadão; segundo ele, não se “requer que o senhor saiba desempenhá-las [as atividades domésticas], mas que saiba comandar outros para que a executem; a outra capacidade (quero dizer, a capacidade de executar aqueles tais **trabalhos domésticos**) é a do escravo”.

Em outro trecho, ele afirma que os trabalhos manuais “são talentos ou ciências de escravos”, de modo que “os que estão em posição de delegar (...) a tarefa, desvencilham-se dela para se ocupar do governo da Cidade ou do estudo da filosofia”. Ao sublinhar tal distinção, ele alega que “há várias espécies de tarefas, as quais são executadas pelas várias espécies de escravos, como, por exemplo, os trabalhadores manuais, aqueles que vivem pelo labor de suas mãos”, para concluir, em seguida, que o “o estadista e o bom cidadão não devem aprender o ofício dos inferiores, exceto para seu uso ocasional”, pois se praticassem habitualmente essas tarefas, “**cessaria a distinção entre senhor e escravo**”.

Na reflexão aristotélica, os tipos de trabalho configuram claro e decisivo elemento de classificação social, de forma que as atividades mais vis “são as que deterioram o corpo; as mais servis, aquelas que exigem exclusivamente o emprego da força corporal; e finalmente as mais ignóbeis, que são aquelas que não requerem nenhum tipo de virtude”, de maneira que “aqueles que não têm nada melhor a oferecer que a sua força corporal são destinados, por natureza, à escravidão”.

Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, historiadores da antiguidade que privilegiaram, sobretudo, o estudo da Grécia antiga, elaboram da seguinte forma a condição do escravo na sociedade helênica:

Aristóteles considera o escravo um instrumento animado. É porque aos olhos do grego a humanidade do homem não é separada de seu caráter social; e o homem é social enquanto ser político, como cidadão. Porque fora da cidade, o escravo está fora da sociedade, fora do humano. Não tem outra existência senão a de instrumento produtivo. (Vernant & Naquet, 1989: 83-84)

A representação aristotélica sumarizada aqui é tomada apenas como noção exemplar e polar de como sociedades ocidentais antigas lidavam com a ideia de trabalho. O que nos importa reforçar, de forma mais ampla, é que as diferentes

espécies de trabalho já eram utilizadas desde a antiguidade como marcadores da posição social dos indivíduos, como frisam novamente Vernant e Naquet:

O homem igualmente não tem o sentimento de criar com seu esforço um valor social para a sua tarefa ou seu ofício, qualquer que ele seja. Às diversas profissões correspondem qualidades humanas diferentes que situam cada qual em seu lugar na hierarquia da cidade. (Vernant & Naquet, 1989: 33)

Aqueles historiadores sustentam, assim, a necessidade de ultrapassar uma interpretação “econômica” do trabalho na Grécia antiga, examinando a dimensão simbólica – dos mitos e das artes – como forma de compreender a efetiva distinção social entre os diversos tipos de trabalhadores:

Nos canteiros do Erectéion, escravos, metecos (estrangeiros residentes) e cidadãos trabalhavam juntos. Seus salários eram em princípio os mesmos e mal é possível se notar que a qualificação dos cidadãos e dos metecos era levemente superior. Os escravos viam-se diante das tarefas mais humildes e, principalmente, do duro trabalho das minas do Laurion. Existiam, porém, escravos extremamente qualificados. O plano político, no entanto, separa o que o plano técnico aproxima. (Vernant & Naquet, 1989: 8)

CrITÉRIOS semelhantes de classificação a partir do trabalho se mantiveram por longo período no ocidente, de tal forma que ainda desempenharam papel central na Suma Teológica de São Tomás de Aquino, dezesseis séculos depois.

É certo que, ao longo desse período, na Europa, a figura do escravo foi substituída pela de servo da gleba – condição precária que, apesar de se caracterizar por miséria e imobilidade social, era provavelmente uma forma menos aviltante de desigualdade – de forma que, no final do séc. XVIII, encontramos a seguinte descrição de Alexis de Tocqueville (2009 [1856]: 29-30) a respeito da condição de servo e da conservação de obrigações de origem feudal – como a corveia, o trabalho mandatório nas terras do senhor – na Europa:

Em 1788, na maioria dos Estados da Alemanha, o camponês não pode deixar a senhoria; se a deixar, é perseguido onde quer que esteja e levado de volta à força. Está subordinado à justiça dominial, que fiscaliza a sua vida privada e pune a intemperança e a preguiça. Não pode melhorar sua situação, mudar de profissão nem casar se não for do agrado do senhor. Grande parte de seu tempo deve ser dedicada ao serviço dele. Vários anos de sua juventude decorrem na domesticidade do castelo. A corvéia senhorial está em plena atividade e em alguns lugares pode chegar a três dias por semana. É o camponês que repara e mantém em bom estado as propriedades do senhor, leva seus gêneros alimentícios ao mercado, transporta sua pessoa e é encarregado de levar suas mensagens.

Veja-se, comparativamente, que a sociedade indiana estudada pelo antropólogo francês Louis Dumont em *Homo Hierarchicus* também mantinha uma estrita conexão entre a ordem hierárquica de castas e uma divisão do trabalho.

Naquela sociedade, embora as castas constituam categoria que obviamente extrapola a dimensão profissional, existe uma relação direta entre profissão e casta, sugerindo uma razoável proximidade com a configuração grega exposta por Aristóteles (que também era uma sociedade profundamente hierarquizada).

Como nos aponta Dumont (2008: 145), “o sistema de castas compreende uma especialização e uma interdependência dos grupos que ele constitui”, que se orienta para “as necessidades do conjunto”, aproximando a divisão do trabalho da hierarquia. Assim, as noções de pureza e impureza, que são mediadas fundamentalmente num plano religioso, se aplicam também à divisão das ocupações possíveis, ainda que, como aponta Dumont, haja “profissões religiosamente neutras que são exercidas por inúmeras castas diferentes”.

De toda maneira, o ponto que quero destacar nesse trecho específico da obra de Dumont não se refere a uma estrita correlação entre o tipo de atividade e o segmento social correspondente, mas ao reconhecimento de que, num sistema hierárquico, a posição relativa de todos os papéis sociais se orienta para as relações de interdependência que sustentam o todo, e que a divisão do trabalho é inevitavelmente englobada por esse princípio, de maneiras mais ou menos rígidas.

Na Europa – nossa principal matriz cultural, intermediada por Portugal – apenas poucos séculos atrás esse quadro começa a se modificar, no bojo da ilustração e de seus desdobramentos, de forma a livrar o *trabalho* de seu estigma social inferior, vinculado às ideias de castigo, maldição e pecado.

Os valores vinculados ao trabalho passam a ser, então, aqueles emanados a partir da emergência do indivíduo como unidade englobante da vida social, da adoção de regimes políticos liberais, e da afirmação do capitalismo como sistema econômico hegemônico, com a emancipação do mercado e a materialização da revolução industrial. Seu corolário ecoa na célebre afirmação de Adam Smith (1981 [1776]: 54) de que o trabalho é a única medida precisa e universal de valor.

É possível sugerir que o quadro social do Brasil do início do séc. XIX era provavelmente mais parecido com aquele descrito pelo filósofo grego do que o proposto pelo economista britânico: uma sociedade pesadamente escravocrata, constituída por uma fortíssima hierarquia social, e onde o trabalho – sobretudo

aquele que nos acostumamos a chamar de trabalho duro, pesado, braçal ou manual – era quase exclusivamente realizado por escravos.

Mas embora o regime escravocrata no Brasil fosse estruturalmente sustentado a partir da relação de dominação a que já nos referimos, é certo também que aqui – por nos tratarmos do que Patterson (1982) denominou “sociedade de escravidão em larga escala” ou, seguindo a definição de Moses Finley (1991), “sociedade escravocrata genuína” – a escravidão ocupava espaços em todas as dimensões da vida social, formando, ao redor da relação básica de sujeição, um esquema complexo de relações de interdependência que transparece nos contos de Machado, com destaque para *Mariana* (1871) e *O caso da vara* (1891).

Em outras palavras, a presença da escravidão em todas as atividades e dimensões da vida pública e privada, tanto no meio rural como urbano, fez com que as relações entre senhor e escravo transbordassem os limites estritamente laborais para atravessar ou abranger praticamente todos os aspectos da vida.

Nesse sentido, a escravidão se revestia das características daquilo que o antropólogo francês Marcel Mauss (1974 [1923-1924]: 187) denominou um *fato social total*, na medida em que nele se exprimem “de uma só vez, as mais diversas instituições” (religiosas, jurídicas, morais, econômicas, etc.) de uma determinada sociedade. A escravidão consistia, portanto, numa pedra angular do sistema social, da qual ele dependia para preservar seus demais fundamentos; sensível a esse traço, Joaquim Nabuco afirmou, profeticamente, em célebre passagem, que

a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o, como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte. Quanto a mim, absorvi-a no leite preto que me amamentou; ela envolveu-me como uma carícia muda toda a minha infância; aspirei-a na dedicação de velhos servidores que me reputavam o herdeiro presuntivo do pequeno domínio de que faziam parte... Entre mim e eles deve ter-se dado uma troca contínua de simpatia, de que resultou a terna e reconhecida admiração que vim mais tarde a sentir pelo seu papel. (Nabuco, 1998 [1900]: 183)

A complexidade da relação entre senhor e escravo, apontada por Nabuco, também desempenha papel central na reflexão de Gilberto Freyre sobre a formação do regime patriarcal e escravocrata brasileiro:

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos (...) Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo.

É verdade que agindo sempre, entre tantos antagonismos contundentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil: a miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e frequente mudança de profissão e de residência, o fácil e frequente acesso a cargos e elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais, o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade a estrangeiros, a intercomunicação entre diferentes zonas do país. (Freyre, 2006 [1933]: 116-117)

Ainda a respeito da complexidade que a relação entre senhor e escravo assume nesse contexto, Freyre (2004a [1936]: 530, nota 23) observa que “o patriarcado no Brasil não só tornou o senhor dependente do escravo e o escravo dependente do senhor”, como também criou entre ambos “sentimentos de solidariedade mais de uma vez superiores aos de classe ou de raça”⁷, defendendo que “tais elementos nem sempre foram antagônicos mas, sob mais de um aspecto, simbióticos”.

Escrevendo especificamente sobre a sociedade carioca da primeira metade do séc. XIX, a historiadora norte-americana Mary Karasch (2000: 111) afirma que uma das primeiras coisas que um escravo novo na cidade deveria aprender era que ela era constituída por uma sociedade profundamente *estratificada*: “na maioria dos casos, o nascimento determinava o lugar que alguém ocuparia na estrutura social, mas não era nunca um sistema completamente fechado e a mobilidade era possível para uns poucos afortunados”.

Já sabemos que, como regra, os trabalhos braçais eram realizados por escravos: cronistas e viajantes capturaram expressões dessa realidade sob inúmeras formas, a exemplo de Wilhelm von Eschwege, engenheiro alemão que percebeu que todas as ocupações manuais, no campo e na cidade, eram desempenhadas por escravos.

Até agora o escravo tem sido pau de toda obra: lavrador, fabricante de açúcar e de aguardente, animal de transporte, máquina de britagem e de pulverização, cozinheiro, pajem, palafrenero, sapateiro, alfaiate, correio e carregador.

É o único bem do homem livre, a cujas necessidades ele provê. Sem seu auxílio o branco poderia considerar-se pobre, mesmo que suas arcas regorgitassem de ouro. Com efeito, as terras permaneceriam incultas e a mineração desapareceria, caso não existisse o escravo que fizesse todos esses serviços. É ele quem cuida da própria alimentação do senhor que, se assim não fosse, teria de viver

⁷ O conceito de classe é complexo e envolveria análise que foge aos objetivos desta tese; assim, a categoria “classe” não foi utilizada, exceto quando aplicada pelos autores citados.

miseravelmente, ou de emigrar para outras terras, onde seu ouro tivesse alguma serventia.

(...)

Dessa população, qual é a classe dos trabalhadores? Propriamente, apenas a classe servil. O branco, mesmo quando pobre, não move uma palha, pois até na vadiagem encontra com que viver. A mais das vezes, limita-se a possuir um escravo, que se encarrega de sustentá-lo.

Também o mulato livre possui escravos. Vive de braços cruzados e considera o trabalho uma cousa indigna. Nos lugares mais povoados, entretanto, faz parte propriamente da classe operária, embora seja o modelo da mandriagem imoral, raramente se encarregando de algum trabalho para o qual possuía aptidão. (Eschwege, 1944 [1833]: 445-447)

John Luccock, inglês que viveu no Brasil por dez anos a partir de 1808, também observou que o trabalho manual era quase somente desempenhado por escravos, e que constituía tabu para a população livre (pois denotava inferioridade social), pelo que não era desejável desempenhá-lo em público, nem sequer momentaneamente:

(...) os mecânicos brancos (...) **consideravam-se todos êles fidalgos demais para trabalhar em público, e que ficariam degradados se vistos carregando a menor coisa, pelas ruas, ainda que fôssem as ferramentas do seu ofício.** O orgulho tolo e a presunção formalizada, que dominava em tôdas as classes da sociedade brasileira, atingiam nessa categoria de homens um absurdo singular e ridículo.

(...) Tornou-se necessário abrir uma fechadura de que se perdera a chave, e tão rara era a habilidade necessária para tanto, que o gerente e o copeiro do hotel, onde eu morava, ficaram grandemente perplexos quando perguntei em que sítio se a poderia encontrar. Afinal aconselharam-me a que me dirigisse a um carpinteiro inglês que se achava estabelecido no Rio fazia perto de dois anos e que tinha muitos empregados, dos quais um foi mandado ir comigo (porque nesse tempo os mestres não se atreviam a executar trabalhos fora), com a garantia de que haveria de me contentar. Fêz-se esperar por largo tempo, mas, afinal, para compensar a demora, apareceu-me vestido de grande gala, de tricórnio, fivelas nos sapatos e abaixo dos joelhos e outras quejandas magnificências. **À porta de casa tornou a estacar, na intenção de alugar algum preto para que lhe carregasse o martelo, a talhadeira e uma outra ferramenta pequena. Lembrei-lhe que sendo leves, eu me encarregaria de uma parte ou do todo, mas isso constituiria solecismo tão grande como o de usar êle próprio suas mãos. O cavalheiro esperou pacientemente até que aparecesse um negro, tratou com êle e então prosseguiu em devida forma, seguido pelo seu criado temporário.** Em pouco tempo deu cabo da tarefa, quebrando a fechadura em vez de abrí-la com gazua, após o que, o homem importante, puxando uma profunda reverência, retirou-se com seu laçaio.

(...) Achava-se uma dama sentada sobre uma esteira (numa manhã em que a fui visitar), cercada de muitas escravas ocupadas em trabalhos de agulha; junto dela e ao alcance de sua mão estava pousado um cangirão d'água. Em certo momento, interrompeu a conversa para gritar por uma outra escrava que estava em local diferente da casa. Quando a negra entrou no quarto, a senhora lhe disse: "dê-me o cangirão". Assim o fêz ela, sua senhora bebeu e devolveu-lho; a escrava recolocou o vaso onde estava e retirou-se sem que parecesse ter dado pela estranheza da ordem, estando talvez a repetir o que já fizera milhares de vezes antes. (Luccock, 1975 [1820]: 73-77)

Ademais, os registros de Luccock detalham como as atividades braçais, desempenhadas exclusivamente por escravos negros, também constituíam fonte de renda aos senhores de escravos:

Tôda a casa que se prezava era provida de escravos aos quais se haviam ensinado algumas ou mais artes comuns da vida e que não somente trabalhavam nessas especialidades para a família a que pertenciam, como eram também alugados pelos seus senhores a pessoas não tão bem providas quanto aqueles. (...) Mas o afluxo de estrangeiros e a multiplicação das necessidades, dentro em pouco, elevaram o valor do trabalho, e em grau extravagante. Deu isso motivo a que surgisse uma nova classe social, composta de pessoas que compravam escravos para o fim especial de instruí-los nalguma arte útil ou ofício, vendendo-os em seguida por preço elevado, ou alugando seus talentos e trabalho. (Luccock, 1975: 72)

O “monopólio” dos escravos sobre o trabalho físico também é objeto do registro de Thomas Ewbank:

A tendência inevitável da escravidão por toda parte é tornar o trabalho desonroso, resultado superlativamente mau, pois inverte a ordem natural e destrói a harmonia da civilização. **No Brasil predomina a escravidão negra e os brasileiros recuam com algo semelhante ao horror diante dos serviços manuais. Com o mesmo espírito que as classes privilegiadas de outras terras, dizem que não nasceram para trabalhar, mas para dirigir.** Interrogando-se um jovem nacional de família respeitável e em má situação financeira por que não aprende uma profissão e não ganha sua vida de maneira independente, há dez probabilidades contra uma de ele perguntar, tremendo de indignação, se o interlocutor está querendo insultá-lo! **‘Trabalhar! Trabalhar’ – gritou um deles. ‘Para isso temos os negros’.** Sim, centenas de famílias têm um ou dois escravos, vivendo do que os mesmos ganham. (Ewbank, 1976: 145)

Assim, o esforço físico do escravo supria de forma rudimentar necessidades que, alhures, já eram sanadas por meios técnicos, como o transporte de pessoas e cargas e o esgotamento sanitário; em outras situações, os escravos eram instruídos em algum ofício, para que pudessem desempenhar tais atividades tanto para a família como para terceiros, mediante remuneração paga ao senhor. Freyre registra que:

(...) na então segunda capital do Império carpinteiros, calceteiros, sapateiros, catraieiros, ferradores, cabeleireiros, jardineiros eram “quase todos escravos por seus senhores postos no ganho”. Que passado o meado do século XIX, raras eram ainda, na capital da Bahia, as carroças destinadas a conduzir fardos, tal o número de escravos pretos disponíveis para esses serviços, sendo os volumes de peso regular conduzidos na cabeça e os grandes transportados por meio do chamado pau-e-corda. (...) O meio de transporte dos abastados prolongou-se na capital da Bahia sob a forma das cadeirinhas de armar, em que eram escravos que faziam as vezes de cavalos. E não havendo encanamento de águas para o interior das casas nem fábrica de gás de iluminação, nem, tampouco, esgotos, continuaram os escravos (...) a transportar água, a iluminar as ruas para seus senhores, a carregar de suas casas para as praias o excremento e o lixo, a fazer, por conseguinte, as

vezes de carros de água, de carros de esgotos, de lampiões de gás. (Freyre, 2004b [1959]: 560-561)

As oportunidades de progresso tecnológico eram, assim, frustradas por aspectos do próprio sistema personalista, aristocrático e avesso à valorização do trabalhador, pois a “facilidade de pretos para suprirem os sobrados burgueses ou patriarcais de água e de alimentos, e de os aliviarem de excremento e de lixo, retardou a instalação de serviços de canalização e de esgotos nas casas ou nos sobrados”, como nos ensina Gilberto Freyre (2004a: 633), salientando que “foi uma das admirações de Schaeffer quando visitou o Brasil já quase no meado do século XIX: ‘hydrants and pipes’ eram ‘unknown to the brazilians’”.

De modo geral, portanto, o desempenho de trabalho braçal era indicativo de posição social inferior (onde o escravo ocupava o estrato mais baixo), que por sua vez se articulava diretamente com pobreza, pois, naquele sistema, quem fazia trabalhos manuais dificilmente poderia alcançar prosperidade financeira para além da mera sobrevivência, bem como ascender socialmente. Havia, então, uma ligação moral entre *trabalho* e *pobreza*, pois o trabalho era usado para classificar socialmente a pobreza, isto é, quem trabalhava porque precisava, era pobre; quem tinha escravos, delegava a eles a atividade e vivia do esforço alheio.

Enquanto ao escravo, objeto da mais absoluta desigualdade e representante do estrato social mais inferior, cabiam os mais variados tipos de trabalho manual, os indivíduos livres do sistema, mesmo os relativamente pobres, buscavam ao máximo se desvencilhar do trabalho braçal, como forma de escapar da associação a esse arquétipo de inferioridade estrutural e de pobreza, de preferência possuindo escravos para incumbi-los dos trabalhos mais duros e vivendo das rendas obtidas com a venda da sua força de trabalho.

Se os papéis sociais de senhor e escravo (convertidos posteriormente em patrão e trabalhador) constituíam os polos morais orientadores do *trabalho*, dentro de cada um havia subdivisões que refletiam distinções pessoais, reforçando o *ethos* hierarquizante do sistema.

Gilberto Freyre (2004a: 643) registra a distinção que se fazia entre escravos segundo a tarefa desempenhada, havendo uma clara gradação, no meio urbano, entre o “negro doméstico (mucama, pajem, malungo)”, o “negro de oito” e o “preto de ganho”, assim como, no campo, o mesmo se dava entre “escravo de estância” e

“escravo de mina”, “escravo de engenho grande, de açúcar, em Pernambuco ou no Rio de Janeiro” e “escravo de engenhoca de mandioca em Santa Catarina ou de rapadura, no Piauí”.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1985: 22) por sua vez, ressalta que os negros eram classificados, entre outros critérios, por “sua condição legal: se haviam sido libertados ou alforriados, ou se eram ‘ingênuos’, isto é, se haviam nascido livres”.

Mas os escravos de então se inseriam numa classificação hierárquica que não se esgotava na sua ocupação ou, mais propriamente, na natureza de sua atividade principal. A ocupação como critério de categorização social, aliás, era precedida, segundo Karasch, por família/ancestralidade, cor e propriedade de bens e escravos, cuja ponderação, caso a caso, formava um complexo esquema classificatório:

(...) o fator mais determinante do status de um escravo na sociedade mais ampla era a família em que nascia ou que o comprava, uma vez que sua posição estava intimamente ligada à de seu senhor. Um escravo no fim da hierarquia de uma residência abastada tinha mais prestígio que o primeiro de um imigrante pobre. Se uma escrava fosse comprada por uma família e tivesse um filho de seu senhor, a criança, embora escrava, compartilharia um pouco da posição social atribuída à família. Graças a suas conexões, as crianças escravas pardas de uma família de elite tinham certas formas de mobilidade social abertas a elas que eram interditadas a negros livres e brancos pobres (...). O nacionalismo brasileiro, combinado com conexões familiares, dava aos pardos acesso à educação e permitia-lhes entrar em todas as ocupações de elite, exceto o direito. Ancestralidade e família eram tudo, ainda mais importantes do que cor e status civil. (Karasch, 2000: 113-114)

Dessa forma, escravos de famílias abastadas poderiam ter mais acesso a mobilidade que grupos de renda média, formados por imigrantes com ocupações manuais, e sobretudo indivíduos de ocupações de baixo prestígio, mesmo livres, restrições que se estendiam a seus respectivos escravos, na medida em que gozavam de prerrogativas sempre associadas à sua família/residência.

A complexidade de tal sistema classificatório crescia na medida em que o status⁸ civil “não excluía ninguém da propriedade de escravos, uma vez que todos, livres, libertos e escravizados, os possuíam, e o status de um escravo podia ser influenciado pelo seu dono”, conforme nos aponta novamente Karasch (2000: 115).

⁸ O termo latino “status” só foi mencionado quando empregado pelos autores citados; como regra, dei preferência às expressões “posição social” ou “papel social”, conforme o caso.

Disso resultava uma sociedade em que o trabalho operava como um formidável marcador social, agindo tanto sobre os escravos – que ocupavam funções diversas de acordo com sua posição e da família a que pertenciam – como sobre a camada livre/liberta da população: quanto mais se aproximava de uma natureza exclusivamente braçal/manual, menos prestígio possuía uma determinada ocupação profissional.

Assim, como aponta Karasch (2000: Cap. 7), entre as ocupações, havia atividades de baixo prestígio (carregadores, almocreves, barqueiros, marinheiros, operários e trabalhadores de pedreiras), de médio prestígio (acendedores de lampião, varredores de rua, profissionais especializados, artesãos, vendedores, criados) e aquelas de maior prestígio (supervisores, donos de propriedade).

O trabalho como elemento de classificação, vale lembrar, não apenas coexistia, mas se combinava e era reforçado por um sistema formalmente aristocrático, que se consubstanciava em títulos nobiliárquicos adquiridos por hereditariedade ou por concessão real (nobreza civil). Se por um lado aqueles formalmente nobres estavam no topo ou, de certa forma, isentos do sistema classificatório do trabalho – sua posição não apenas presumia se portar como nobre (não trabalhar), mas também, em alguma medida, garantia isso, pois recebiam verba do Tesouro Real (cf. Alencastro, 1997: 12) –, é preciso sublinhar que os não-nobres recorriam às distinções de nobreza civil como meio de afirmação social.

A propósito, a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva (2005) observa que, no final do séc. XVIII, e como resultado da escravidão, os plebeus se dividiam em duas camadas de pessoas livres no Brasil colônia: os mecânicos – cujas ocupações exigiam que se valessem do trabalho de suas próprias mãos – e uma camada intermediária, que embora não fosse nobre, podia prescindir da realização de tarefas tipicamente braçais porque possuía escravos para desempenhá-las.

Nesse último grupo se encontrariam ocupações estimadas, como pintores, ourives e cirurgiões (que não eram médicos com formação universitária). Luís da Silva Pereira Oliveira (1806 *apud* Nizza da Silva, 2005: Cap. 1) formulou, no início do séc. XIX, lista de atividades cujos ocupantes não poderiam ser considerados nem nobres, nem mecânicos, e que incluía, entre outros, *professores* de certas áreas (quando não possuísem grau acadêmico), *tabeliães*, *escrivães*, *pilotos*, *mestres* e *capitães* de naus, *tesoureiros* e *soldados*.

O dado que quero sublinhar, de toda forma, diz respeito ao que me parece ser o ponto central do estudo de Nizza da Silva (2005): como a sociedade brasileira colonial já funcionava, mesmo antes da transferência da Corte – o que viria, a meu ver, a acentuar esse modo de operar – segundo um sistema que, para além do escravo como seu modelo negativo, tem no nobre seu padrão positivo e desejável. Nessa estrutura, todo plebeu quer se tornar nobre, em especial aqueles que não têm, em suas atividades profissionais, elementos incompatíveis com a qualidade aristocrática.

Vinculados a essa intrincada forma de classificação do trabalho, aliás, podemos sugerir dois aspectos bastante significativos dos hábitos brasileiros, que não passaram despercebidos a Gilberto Freyre: a excessiva preocupação com a limpeza do corpo, e com a forma de apresentação e manipulação de mãos e pés.

Freyre faz algumas referências aos hábitos de asseio pessoal, tanto de escravos como dos senhores; ele destaca (2004a: 312-313) que o banho, sobretudo o de rio – uma vez que as praias urbanas eram imundas por serem os locais de despejo de dejetos –, mas também o de gamela e de assento (no caso dos sobrados), era prática comum e frequente entre todos os segmentos sociais, algo que associa à influência moura em Portugal.

Ele notou (2004a: 342), ainda, que era comum nos sobrados lavar-se os pés antes de deitar, e as mãos antes e depois do jantar, permitindo-nos especular se o objetivo de tamanha preocupação com a limpeza, em especial das extremidades corporais, fosse, não apenas no caso do segmento senhorial, mas sobretudo dele, eliminar qualquer possibilidade de associação com tarefas manuais, que naturalmente sujam e marcam pés e mãos de quem os realiza.

De fato, como brasileiro, tenho bastante consciência de que mesmo hoje o cuidado com a apresentação dos pés e das mãos, incluindo-se aí a limpeza e cuidado com as unhas, que no caso da maioria das mulheres – e de muitos homens – inclui visitas semanais ao salão de beleza; o zelo com essa apresentação e a necessidade de manutenção frequente me parecem claros marcadores de que a pessoa em questão não se envolve em uma ocupação manual, que tornaria tal cuidado difícil, senão impossível.

Freyre também registra – e aqui o faz relacionando diretamente tais hábitos ao seu simbolismo através do trabalho – o intenso “culto de pé pequeno, delicado e bonito de mulher e mesmo de homem, como evidência de sua superioridade ou de sua situação social”.

A verdade é que o culto do pé pequeno e bonito e do sapato elegantemente protetor desse pé fidalgo surpreende ao estudioso da história íntima do brasileiro como um dos traços mais expressivos de formação de personalidade pelo status ou pela situação social do indivíduo: a personalidade do aristocrata de casa-grande e, principalmente, de sobrado, em oposição ao taverneiro de pé grande e metido em tamanco ou ao negro de senzala, obrigado, como o de mucambo, pela natureza do seu trabalho rude de rua ou de eito, a andar descalço ou apenas de alpercata, inteira ou quase inteiramente exposto aos bichos, à lama e à imundície. E dada essa importância do culto do pé, esse resguardo do pé nobre, esse afã de proteger-se no fidalgo o pé, tanto quanto as mãos, dos esforços ou trabalhos rudes, próprios só de escravo ou de animal, compreende-se que o aristocrata brasileiro tenha sido, na era colonial e nos começos da imperial, homem exímio na arte de cavalgar e, ao mesmo tempo, volutuosamente inclinado, tanto quanto o rico ou o poderoso do Oriente, a fazer se transportar, nas cidades, em palanquins, redes ou cadeiras, no interior, em bangüês ou liteiras, por escravos e animais de boa figura e de bons músculos. (Freyre, 2004a: 649-650)

É curioso que, até recentemente, era possível observar, ao menos no Rio de Janeiro, cobradores de ônibus que mantinham ao menos uma unha do dedo (geralmente a do mindinho) cuidadosamente maior que as demais, sugerindo se tratar de uma demonstração simbólica, e pública, de que não desempenha um trabalho essencialmente braçal, a propósito do comentário de Freyre:

(...) por evidente influência oriental, desenvolveu-se no Brasil dos dias coloniais o costume, que veio até à época do Segundo Reinado, de usarem as pessoas superiores, dentro da hierarquia patriarcal, unhas excepcionalmente compridas nos dedos principais das mãos. Por elas e pelo uso, também oriental, de anéis de diamantes, esmeraldas, rubis — alguns importados da Índia — exprimia-se, como já salientamos noutro dos nossos ensaios sobre a formação brasileira, a condição senhoril e aristocrática do indivíduo: indivíduo que não precisava de trabalhar ou de lidar com instrumentos plebeus ou servis de trabalho. Ou que podiam ostentar sua qualidade de ociosos, como observou Lindley “The singular custom” — escreveu Lindley, que conheceu a sociedade colonial do Brasil ainda quase intacta nos seus modos e costumes do século XVIII — “of permitting the nail of the thumb, or fore-finger (sometimes both) to grow to a hideous length, and then paring it to a sharp point, is common to both sexes”. E acrescentava que a estranha excrescência, além de anunciar nos seus portadores a qualidade de pessoas de ócio, ou lazer, tinha sua utilidade, em relação com outros costumes brasileiros: servia para os homens dividirem as fibras da folha de tabaco e cortarem-na na forma necessária à preparação de charutos, por eles tão estimados — substitutos, no ritual da sobremesa, dos palitos de dentes, feitos também pelos próprios senhores — e servia para o manejo de violas e violões, instrumentos então aristocráticos, embora, com surpreendente rapidez, substituídos pelos pianos ingleses, quando não pelas primeiras caixas de música. (Freyre, 2004a: 576-577)

No cenário descrito, as práticas liberais encontravam no Brasil do séc. XIX uma estrutura assentada numa lógica aristocratizante, que operava para colocar tudo e todos nos seus devidos lugares (o que, no caso do *trabalho*, se refletia na “regra de ouro” do senhor dirigindo e do escravo trabalhando); um quadro, portanto, que não se reduzia a uma dimensão econômica ou política, onde a compatibilização de elementos de matrizes distintas se resolveria, como num passe de mágica, por uma nova lei ou decreto.

Tanto é que o Brasil, tendo testemunhado a abolição da escravidão ainda no séc. XIX, viu a categoria dos trabalhadores (isto é, a nova condição dos antigos escravos, mas que também reunia outros indivíduos livres), se conservar como símbolo maior do **trabalho braçal degradante e socialmente imobilizante**, passando a ser sinônimo de pobreza, dependência pessoal e objeto de assistencialismo, do patrão e do Estado.

(...) a liberdade não era bastante para dar melhor sabor, pelo menos físico, à vida dos negros fugidos que simplesmente conseguiam passar por livres nas cidades. Dissolvendo-se no proletariado de mucambo e de cortiço, seus padrões de vida e de alimentação muitas vezes baixaram. Seus meios de subsistência tornaram-se irregulares e precários. Os de habitação às vezes degradaram-se. Muito ex-escravo, assim degradado pela liberdade e pelas condições de vida no meio urbano, tornou-se malandro de cais, capoeira, ladrão, prostituta e até assassino. O terror da burguesia dos sobrados. (FREYRE, 2004a: 297)

Aliás, como nos aponta o historiador Eduardo Silva, este é o retrato das categorias profissionais que se observa na passagem do séc. XIX para o XX, através da comparação entre os censos de 1890 e 1906:

A categoria profissional mais importante na Capital da República, em termos quantitativos, continua sendo a dos empregados domésticos, com 74.784 indivíduos em 1890 e 117.904, em 1906. Seguem, bem de perto, os sem profissão declarada que, em 1906, somavam 109.556 pessoas maiores de 15 anos.

(...) O *funcionalismo público*, civil e militar, simplesmente dobrou de 6.637 para 13.090; e de 11.352 para 21.831 pessoas, respectivamente.

O maior crescimento relativo fica com os *profissionais liberais*, que saltam de 1.589 para 12.050 pessoas; **seguidos dos “sem profissão”, que passam de 48.100 em 1890 para a impressionante cifra de 292.202 pessoas em 1906.** (Silva, 1988: 99-100)

Já mencionei no capítulo anterior como as práticas e valores associados ao trabalho nos Estados Unidos da primeira metade do sec. XIX chamaram a atenção do arguto Alexis de Tocqueville; em *Democracia na América*, ele afirma que

Na América, acontece algumas vezes que o mesmo homem lavra seu campo, constrói sua casa, fabrica suas ferramentas, faz seus sapatos e tece com suas mãos o pano grosseiro que o deve cobrir. (...) Não há nada que tenda mais do que a grande

divisão do trabalho a materializar o homem e a tirar de suas obras até mesmo o vestígio da alma. Num país como a América (...) não se poderia exigir um longo aprendizado de cada um dos que abraçam uma profissão. **Os americanos têm pois grande facilidade de mudar de situação, e tiram proveito disso, de acordo com as necessidades de cada momento.** Há homens que foram sucessivamente advogados, agricultores, comerciantes, ministros evangélicos, médicos. (...) **não há praticamente nenhuma [indústria] que lhe seja estranha.** Sua capacidade é mais geral, o âmbito da sua inteligência mais extenso. **Portanto, o habitante dos Estados Unidos nunca é detido por nenhum axioma de categoria social; ele escapa de todos os preconceitos profissionais; não se apega mais a um sistema operacional que a outro; não se sente mais ligado a um método antigo do que a um novo;** não contraiu nenhum hábito e furta-se facilmente ao império que os hábitos estrangeiros poderiam exercer em seu espírito, pois sabe que seu país não se parece com nenhum outro e que sua situação é nova no mundo.

O americano tomado ao acaso deve ser pois um homem ardente em seus desejos, empreendedor, aventureiro, sobretudo inovador. De fato, esse espírito se encontra em todas as suas obras; ele o introduz em suas leis políticas, em suas doutrinas religiosas, em suas teorias economia social, em sua indústria privada; leva-o a toda a parte consigo, no fundo dos bosques como no seio das cidades. É esse mesmo espírito que, aplicado ao comércio marítimo, faz o americano navegar mais depressa e mais barato do que todos os comerciantes do mundo. (Tocqueville, 2005: 464-465)

A passagem transcrita da obra de Tocqueville é muito significativa, pois demonstra no pensador francês a percepção de valores vinculados ao trabalho que Max Weber (2004 [1904-1905]) associaria, décadas depois, à ética protestante. Compreendemos, a teor da tese de Weber, que a reforma protestante contribuiu decisivamente, nos países em que ocorreu, para a criação das condições ideológicas em que se desenvolveu o capitalismo como expressão da racionalidade (que teve, justamente na experiência norte-americana, sua manifestação mais paradigmática).

Esse processo de reforma não correu, como sabemos, em Portugal, que nos serviu, para além de metrópole, de matriz cultural⁹: a contrarreforma que se operou na Europa ocidental, em profunda sintonia com os regimes monárquicos e aristocráticos daqueles países, e imposta por instrumentos autoritários como a Inquisição, perpetuou a hegemonia do catolicismo na península ibérica e nas suas colônias americanas. A propósito disso, vale lembrar que a sociedade patriarcal

⁹ Aliás, vale uma singela provocação – coloco dessa forma porque tal esforço ultrapassaria consideravelmente o escopo da tese – sobre a extensão das implicações culturais de nossa independência política e administrativa de Portugal, ocorrida em 1822. Num plano sociocultural, essa separação parece não ter ocorrido completamente, para dizer o mínimo, quando se examina a sociedade brasileira do séc. XIX; as considerações de John Gledson (2006) sobre o conto *O espelho* (1882), que destaquei no Cap. 2, parecem corroborar essa sugestão, indicando essa ambiguidade como um elemento que torna mais complexa a configuração – ou talvez a tradução – de uma identidade nacional brasileira.

brasileira do séc. XIX era profundamente aristocrática e clerical, embora este último traço não seja, sugestivamente, tão marcante nos contos de Machado.

A doutrina católica de que somos legatários nunca atribuiu grande importância ao trabalho: se por um lado ele era desejável na medida de sua contribuição para uma noção cristã de resignação e de disciplina dos fiéis, por outro não era, em absoluto, valorizado como oportunidade de superação pessoal e realização da vontade divina através da razão concedida, tal como se observou no protestantismo e sua concepção de predestinação.

Não é difícil imaginar, portanto, como nossa herança católica atuou não apenas para reforçar os elementos do sistema patriarcal escravista, profundamente hierarquizante, que encontramos refletido nos contos de Machado, mas também para neutralizar ou envergar os princípios de um sistema liberal e igualitário que também se acomodava no Brasil do séc. XIX e que, a duras penas, encontrava seu lugar num universo social que comportava a escravidão como pedra angular do trabalho.

3.1 ... e o trabalho no Brasil de hoje.

De um ponto de vista empírico, hoje as circunstâncias do país são profundamente distintas daquelas do Brasil de Machado. Em primeiro lugar, a abolição da escravidão afirmou o trabalho livre e remunerado como regra formal; da mesma maneira, foi formalmente extinta a existência de uma aristocracia baseada em títulos. Ademais, o país passou por um processo substantivo de industrialização; diversificamos nossa matriz produtiva (embora continuemos largamente dependentes da exportação de produtos primários) e nos urbanizamos, tornando a cidade o palco mais comum do mundo do trabalho.

Nessa trajetória, houve processos de mecanização e especialização na indústria, e desenvolvimento do setor de serviços, o que alteraram significativamente o perfil dos profissionais, tanto na cidade como no campo. Observamos ainda um enorme salto na alfabetização (educação básica) e no ensino superior, necessários para capacitar os profissionais demandados pelo crescimento econômico. No serviço público, o concurso público passou a constituir regra quase universal de acesso a cargos, que também foram reconfigurados em face das necessidades contemporâneas.

Está claro, portanto, que as aplicações do trabalho e as ocupações profissionais se modernizaram, de forma que as relações sociais do trabalho ganharam novas dimensões práticas. E quanto aos valores associados ao trabalho?

Conforme antecipei no capítulo anterior, o exercício de interpretação dos contos nos apontou algumas questões elementares a serem focalizadas: o elo entre *escravidão*, *trabalho* e *pobreza*, que me parece permear toda a interpretação do *trabalho* no Brasil; a utilização do *trabalho* na construção das concepções sociais de *pobreza* e *riqueza*; e a sensível distinção entre *trabalho* e *emprego*, marcada estruturalmente pela oposição entre esforço e não-esforço, que afirma uma realidade em que ninguém quer trabalhar, mas todos querem um bom emprego – cenário em que o emprego público parece como ideal, pois conjuga a menor exigência de esforço com a maior garantia de estabilidade e prestígio social.

Como investigar a permanência dessas questões no Brasil contemporâneo? Comecei por examinar os resultados de um questionário aplicado a cento e doze

peessoas – homens e mulheres, entre 17 e 67 anos de idade, situadas em variadas faixas de renda –, como forma de sugerir pontos-chave para o esforço comparativo.

O inquérito em questão, vale dizer, não se propôs a gerar dados com expressão ou pertinência quantitativa; ao contrário, seu objetivo foi produzir evidências qualitativas sobre o *trabalho* no Brasil, isto é, definir conceitos, percepções e opiniões vinculados, por um conjunto de pessoas, à ideia de trabalho.

O questionário se estruturou a partir das seguintes perguntas: (a) a que ideias ou sentimentos o *trabalho* imediatamente se associa; (b) quais são os tipos de *trabalho* existentes; (c) o que se poderia definir como *trabalho* bom e ruim; e (d) quais foram o melhor e o pior *trabalho* que a pessoa já teve.

O tópico “a” foi explorado por duas questões: por meio da pergunta “o que vem à sua cabeça quando pensa ou ouve a palavra ‘trabalho’?”, e através da seleção, pelo informante, de um ou mais termos, num conjunto de palavras pré-definidas, que considerasse relacionados ao trabalho.

Em relação à primeira questão, a maioria dos informantes citou ao menos uma das seguintes expressões: *obrigação, responsabilidade, necessidade, necessário, compromisso, tarefas, dever, imposição, acordar cedo, sobrevivência, subsistência, sustento, viver, ganhar a vida, se bancar, pão nosso de cada dia*, bem como as conotações impositivas dos termos *emprego, ocupação, dinheiro, salário, renda, remuneração e recompensa*. Em alguns casos a palavra *remuneração* foi negativamente adjetivada (*má remuneração*).

Por outro lado, cerca de um terço dos informantes baseou sua resposta em ao menos uma das seguintes expressões: *realização pessoal, satisfação pessoal, prazer, diversão, sucesso, dignidade, carreira, crescimento, prosperidade, amor pelo que faço, fazer algo em que se acredita e que se ama e construir o que se deseja*.

Ou seja, a quase totalidade das respostas se situam inequivocamente em torno de dois eixos fundamentais, ***obrigação*** e ***realização pessoal***, o que é significativo, pois se o conjunto de respostas ainda não nos autoriza a concluir pela existência de um antagonismo entre ambos, é certo que dizem respeito a domínios perceptivos distintos: enquanto *realização pessoal* se refere a noções que estão evidentemente numa dimensão individual, *obrigação* – apesar de se caracterizar por

expressões que criam reflexo sobre o indivíduo – se define por sua relação com outras pessoas e, em último caso, com o todo, isto é, com a vida social; afinal, se o trabalho é uma imposição, seu sujeito é a sociedade. Trata-se, portanto, de uma determinação externa, que sujeita o indivíduo por meio das relações que mantém.

Ademais, muitas respostas se situam em um campo entre o individual e o coletivo: termos como *valor*, *valorização*, *reconhecimento*, *dignidade* e mesmo *sucesso* são noções que supõem um reflexo da sociedade sobre o esforço individual; também foram mencionadas expressões como *construção de uma sociedade melhor*, *convivência*, *contribuição* e *trabalho em equipe*, que manifestam expressamente alguma característica do trabalho relacionada à coletividade.

Temos, então, que a imensa maioria dos informantes fez prevalecer em sua resposta percepções ora de ordem individual, ora de ordem social, mostrando não apenas que há mais de uma forma de responder à mesma questão, mas também que estes dois focos, individual e social, são estruturantes na forma como refletimos sobre a questão proposta no questionário. Não pretendo, como já disse, quantificar as respostas que deram preferência a um eixo e a outro, mas estabelecer que ambos se afiguram como critérios fundamentais de classificação do trabalho no imaginário brasileiro.

Critérios semelhantes de classificação foram observados quando solicitei aos informantes que selecionassem, num conjunto circunscrito de palavras, aquelas que mais se associam à ideia de trabalho: *dignidade*, *prazer*, *obrigação* e *privilegio* foram as palavras mais citadas, reforçando que esses dois eixos são de fato estruturantes do modelo de classificação do trabalho. Ademais, os termos *sorte* e *habitual* foram lembrados por cerca de metade dos entrevistados; *obediência* e *autoridade*, por cerca de um terço; *suplício* e *extraordinário* apareceram em algumas respostas, e *vergonha*, *azar* e *vulgar* foram mencionados por poucos.

A questão ganhou profundidade quando indaguei as pessoas sobre os tipos de trabalho porventura existentes (tópico “b”): a existência de mais de um tipo de trabalho é aceita por quase todos os informantes, dentre os quais a maioria apontou, sob variadas perspectivas, para a oposição entre ***trabalho remunerado*** e ***trabalho não remunerado***.

Como adiantei, as formas de representá-la foram variadas: muitos informantes definiram a ideia de remuneração em termos como *profissão, salário, renda, ganha pão, pagar contas, recompensa, e retorno financeiro*; inúmeras respostas representaram o polo *não remunerado* pelas ideias de *trabalho doméstico, domiciliar, do lar, e familiar*, bem como por expressões como *cuidar da casa ou família, criação/educação dos filhos e ser dona de casa*; e em muitas respostas a falta de remuneração foi representada por *trabalho voluntário*, expressão que também apareceu algumas vezes com o valor de *trabalho opcional* (isto é, por oposição a *trabalho obrigatório*).

Dois dados muito relevantes se manifestam a partir das respostas a esse tópico: o primeiro deles diz respeito à caracterização da distinção entre trabalho remunerado e não remunerado, pois revela que enquanto o trabalho remunerado é sempre visto como compulsório, o trabalho não remunerado é ora caracterizado como obrigatório (tarefas domésticas, encargos familiares), e ora descrito como voluntário; trata-se de um ponto significativo, porque mostra que o critério mais frequente de ordenação dos tipos de trabalho (de acordo com os informantes) abrange uma área de interseção com outro parâmetro de segmentação (*obrigação/opção*), que é também o segundo critério mais citado de classificação dos diferentes tipos de trabalho. De fato, um conjunto significativo de informantes apontou a distinção entre **obrigatoriedade** e **opção**, usando expressões como *obrigatório, necessário, imposição, moldes e horários que não (são) os nossos, voluntário, desejado, e prazer*.

Vale anotar que o termo *prazer* – ou termos afins, como *agradável, gratificante e divertido* – foram empregados por outros quatro informantes para definir tipos de trabalho numa chave *agradável/desagradável* em que este último polo também pode ser designado por termos afins, como *pouco interessante, degradante e chato*.

O segundo dado significativo deriva do primeiro, e se refere à associação, pelos entrevistados, entre voluntariedade e satisfação pessoal: frequentemente, as respostas que mencionaram noções de *prazer, satisfação e realização pessoal*, o fizeram em oposição ao trabalho obrigatório, associando-o, por sua vez, a *profissão, ganha-pão, sobrevivência e renda*.

Vários informantes ressaltaram a oposição entre *trabalho braçal* e *trabalho intelectual*, sendo o primeiro designado pelos termos *braçal*, *físico*, *corporal*, *manual*, *mecânico*, e *repetitivo*, ao passo que o segundo foi representado pelas palavras *intelectual*, *mental*, *racional*, e *criativo*; ademais, outros destacaram ideias de *formalidade* e *informalidade* do trabalho, e que uma quantidade relevante de entrevistados mencionou o trabalho escravo como uma espécie de trabalho.

Prosseguindo, indaguei os entrevistados se seria possível distinguir trabalhos bons e ruins (tópico “c”); quase todos acreditam que tal distinção existe, e foram capazes de especificar como fazer essa classificação. O mais frequente elemento definidor de um trabalho ruim foi a *falta de prazer ou de realização pessoal*; as ideias de ter a *saúde (física e/ou mental) prejudicada*, *más condições de trabalho* e *falta de lazer* foram muito citadas. Um número significativo de entrevistados definiu trabalho ruim segundo a *falta de remuneração* ou *remuneração ruim*, enquanto outros informantes o associaram às ideias de *obrigação*, *necessidade* e *sobrevivência*; a *falta de reconhecimento ou de valorização* foi bastante mencionada. Outras expressões que foram citadas: ter uma *chefia autoritária*, *intransigente*, *opressora*, *omissa* ou *inexistente*; ter um trabalho *desnecessário* ou *inútil*; trabalhar num *ambiente competitivo*.

Muitos citaram *trabalho escravo*, *trabalho análogo a escravo* ou *trabalho sem amparo de direitos* como tipos de trabalho ruim; *trabalho braçal* ou *mecânico* foi outra classificação bastante citada; a associação de trabalho ruim com a ideia de *exploração* foi lembrada por alguns informantes, assim como *trabalho intenso*, *repetitivo* ou *burocrático*.

Já o trabalho bom é aquele associado ao prazer por uma quantidade significativa dos informantes, que usaram expressões como *prazer*, *prazeroso*, *satisfação*, *gratificante*, *alegria*, *felicidade*, *estar feliz*, *fazer o que se gosta* e *sentir-se bem* para definir um trabalho bom; muitos citaram expressões referentes a *retorno financeiro*, *recompensa* ou *remuneração*, muitas vezes especificada como *boa*, *ótima*, *justa*, *digna* e *satisfatória*; vários outros informantes mencionaram termos ligados à realização pessoal como características de um trabalho bom: *realização pessoal*, *realização profissional*, *desenvolvimento pessoal*; além disso, expressões como *reconhecimento*, *valorização profissional* e *sentir-se valorizado e importante* (e suas variações) também foram bastante citados.

Aspectos relativos às condições de trabalho e à saúde, tais como *ambiente saudável e respeitoso, ambiente com respeito, ambiente em que se tem direitos, onde não há exploração, não ser explorado, não ser intenso (física ou emocionalmente), que faz bem à saúde e que gera equilíbrio físico e psicológico* foram mencionadas por vários informantes, ao passo que outras pessoas descrevem trabalho bom segundo o resultado atingido, como por exemplo *gerar progresso, construir algo proveitoso para si ou para os outros, trabalho útil, trabalhos que geram impacto, resultado útil ou proveitoso, que gera empregos*; características ligadas ao lazer e à vida pessoal apareceram em algumas entrevistas, através de expressões como *ter tempo para viver, ler, pensar, conciliar sua vida pessoal, ter horário flexível para a vida pessoal, ter qualidade de vida e manter seus hábitos e escolhas*; os entrevistados também citaram termos ligados à existência de sentido ou propósito e também associaram trabalho bom à possibilidade de escolha (trabalho opcional); por fim, foram mencionados ainda *sucesso profissional e trabalho intelectual*.

Como interpretar os resultados obtidos? Em primeiro lugar, a maior parte dos entrevistados (senão todos) respondeu espontaneamente aos temas indagados, reconhecendo jamais ter se proposto a refletir metódica e conscientemente sobre eles. Por isso, não parti do princípio que o conjunto de informações prestadas por cada entrevistado tivesse que ser necessariamente sistemático, pois cada pergunta explorou uma dimensão distinta do tema; ainda assim, suas respostas se apresentaram espantosamente consistentes entre si.

Ademais, é preciso considerar que as questões formuladas se apresentam, de certo modo, do mais geral para o mais particular: partem das ideias ou sentimentos básicos que derivam do trabalho, para em seguida investigar possíveis tipos de trabalho e, finalmente, de que forma se poderia classificar os trabalhos segundo noções de “bom” e “ruim”; assim, a própria estrutura do questionário deve ser levada em consideração na interpretação das respostas, pois cada nova pergunta, à sua maneira, exclui parte do universo de respostas da pergunta anterior, para explorar o ponto de vista de cada entrevistado a partir de novas condicionantes.

Enquanto as respostas ao tópico “a” dividem-se manifestamente entre obrigação e realização pessoal, sugerindo dois eixos centrais de classificação do trabalho, as respostas ao tópico “b” não apenas consolidam tal critério de

categorização, mas, sobretudo, revelam uma clara associação entre autorrealização e liberdade de escolha, transformando os eixos em polos antagônicos de um mesmo enquadramento, e detalhando como eles podem ser identificados nas situações reais: o trabalho que gera prazer, bem-estar, diversão, é aquele que se busca e se deseja, sendo, portanto, opcional. Igualmente, o trabalho imposto é aquele associado exclusivamente à sobrevivência; trata-se de um mal necessário, apenas um meio de ganhar dinheiro e pagar as contas.

Finalmente, as respostas ao tópico “c”, quando analisadas em conjunto com as respostas ao tópico “b”, elucidam a segmentação sugerida a partir das respostas do tópico “a”, permitindo-nos propor, a partir dos tipos ideais constituídos segundo as concepções de obrigação e realização, o esboço de uma representação do trabalho no Brasil de hoje. O questionário forneceu, ainda, indícios da persistência do trabalho escravo no léxico brasileiro do trabalho.

Ora, conforme os informantes tiveram oportunidades de elucidar e exemplificar seus pontos de vista, restou evidente que os trabalhos associados a obrigação são aqueles que, por suas características (mandatório, desagradável, que se orientam apenas à sobrevivência, socialmente desvalorizado e que não promove crescimento individual, em regra braçal, extenuante e insalubre, desempenhado em condições indignas e com remuneração ruim ou inexistente) não oferecem as características necessárias à concretização de autorrealização (de livre escolha, agradável, prazeroso, em regra intelectual, que gera valorização, reconhecimento e desenvolvimento pessoal, que não é extenuante e nem provoca danos à saúde, desempenhado em condições dignas e recompensado com boa remuneração).

Tabela 2

Realização	Obrigação
Prazer	Desagradável
Bem estar	Extenuante/insalubre
Diversão	Estresse
Busca pelo que se deseja	Sobrevivência
Opcional	Mandatório
Intelectual	Braçal
Valorização/reconhecimento	Desvalorização
Desenvolvimento pessoal	Condições ruins
Bem remunerado	Mal remunerado

Podemos sugerir, portanto, que quanto mais um determinado trabalho se aproxima das características da coluna da esquerda (tabela 2), mais ele tende a ser “lido” por um viés liberal e individualista: as respostas que se desdobraram a partir de uma percepção de autorrealização nos remetem a uma visão de mundo em que o trabalho é representado como exercício de liberdade individual, onde o trabalhador pode pôr em prática suas qualidades pessoais, fazer o que gosta, destacar-se por seus próprios méritos e ser remunerado e reconhecido por isso, o que pressupõe um ambiente competitivo e, sobretudo, onde se espera ou se deseja igualdade de condições.

Trata-se, então, de um código em que o fenômeno *trabalho* está associado a valores explicitamente consonantes com a liberdade e o individualismo que caracterizam regimes igualitários modernos, tais como a livre iniciativa, a livre concorrência, a dignificação individual, a realização de aspirações pessoais, o aperfeiçoamento constante, a inovação como meio de superar problemas, etc. Nesse contexto, o trabalho possui valor eminentemente positivo, pois é um meio de afirmação individual no mundo, manifestada através de engrandecimento pessoal e reconhecimento e mobilidade sociais.

Em contrapartida, quanto mais adjetivos compartilha com a coluna da direita na tabela 2, mais forte a tendência de que seja associado com castigo ou praga: as respostas que se fundamentam a partir da noção de obrigação concebem o trabalho como um encargo, um fardo penoso e compulsório, orientado exclusivamente à sobrevivência (explicitada em expressões famosas do vocabulário nacional, como, por exemplo, “ganhar o pão de cada dia”) que, ao invés de promover o desenvolvimento pessoal, rebaixa o indivíduo, sugerindo que o trabalho no Brasil também é “lido” (e vivido) por meio de outro código, implícito e, portanto, de mais árdua tradução, em que está associado à degradação individual e a uma concepção hierarquizada da estrutura social, conflitante com as ideias de liberdade e competição; trata-se, portanto, de uma visão de mundo que atribui ao trabalho valor essencialmente negativo, na medida em que o associa a desprestígio, imobilidade social e abjeção¹⁰.

¹⁰ Não por acaso, um conjunto significativo de informantes, quando questionado sobre as associações à ideia de trabalho (tópico “a”), mencionou automaticamente expressões como *cansaço*, *esforço*, *estresse*, *batalha*, *empenho*, *dificuldade* e *sacrifício*.

Os contornos que esse código negativo do trabalho assume a partir das respostas ao questionário apontam com bastante clareza o vínculo que ele ainda mantém com a escravidão, bem como sua associação com a pobreza – tal como depreendemos da obra machadiana – incorporando-se às novas formas que o trabalho assumiu: a desclassificação do trabalho físico – antes reservado ao escravo – e sua associação com a pobreza estão presentes até hoje no imaginário brasileiro, de forma que o trabalho braçal é considerado desagradável, mal remunerado e divorciado do desenvolvimento individual, implicando a noção de que o trabalho não gera riqueza, mas sim sofrimento, subordinação e dependência.

Os exemplos concretos surgidos a partir das respostas aos tópicos “c” e “d”¹¹, consolidados na tabela 3 a seguir, corroboram veementemente o antagonismo descrito nas linhas anteriores: de um lado, trabalhos braçais, fatigantes, sem prestígio social e relativamente mal remunerados; de outro, trabalhos essencialmente intelectuais ou, se considerados fundamentalmente físicos, com relevância social e remunerações, no mais das vezes, invejáveis. Isso sem falar na surpreendente lembrança, por um número significativo de informantes, do *trabalho escravo* como tipo de trabalho.

Tabela 3

Trabalhos bons		Trabalhos ruins
Lecionar / Professor	Servidor Público	Doméstico / Faxina
Fotografar / Fotógrafo	Gerente jurídico	Cortador de cana / Colheita
Escrever / Escritor	Negócio próprio	Panfleteiro
Pintor	Médico	Lavador de carro
Cantor	Pesquisador	Operário de estrada
Cozinheiro	Reportagem de TV	Ascensorista
Jogador de futebol	DJ	Policial
Consultor	Analista	Atendente de telemarketing
		Digitador (bancário)
		Carregador de pedras
		Taxista

¹¹ Nas respostas aos itens “c” e “d”, os trabalhos de *vendedor (comércio)* e de *enfermeiro* foram lembrados tanto como trabalhos bons como trabalhos ruins pelos informantes.

Conforme noticiado pela Folha de São Paulo em 24/10/2017, naquele ano foi divulgada pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, denominada “Pesquisa Nacional de Valores 2017”, que submeteu a cerca de 2.400 informantes um questionário com extensa lista de valores (cerca de noventa para cada eixo), que deveriam ser associados a três eixos distintos: “valores pessoais”, “cultura nacional atual” e “cultura desejada para o país”. Em que pese não ter conseguido acesso à lista integral de valores submetidos aos entrevistados – o que seria ideal, para conhecer o universo de opções oferecido aos informantes –, creio que os resultados divulgados são, de toda maneira, significativos.

Entre as dez opções mais citadas no eixo de “valores pessoais” daquela pesquisa – em ordem decrescente, *amizade, alegria, honestidade, humildade, família, respeito, confiança, paciência, aprender sempre, e coragem* – não aparece nenhum valor manifesta ou exclusivamente relacionado com o trabalho. Noções possivelmente relacionadas com trabalho – *competência, comprometimento, bem estar (físico, emocional, mental e espiritual) e criatividade* – só figuram entre as dez opções seguintes. De toda forma, ainda assim são todos eles vinculados – a teor do que demonstra o questionário que eu mesmo apliquei – a um quadro de percepções associadas ao **trabalho bom** (tabela 2).

Retrato igualmente relevante se encontra no eixo de “cultura nacional atual” da pesquisa Datafolha: dos valores que se pode associar ao trabalho, temos *pobreza* em terceiro lugar, e *incerteza sobre o futuro* em nono, isto é, percepções que se vinculam a aspectos citados para **trabalho ruim** (tabela 2), tais como *sobrevivência, má remuneração e desvalorização*. Significa dizer: numa dimensão individual ou pessoal, os valores relacionados ao trabalho são positivos, mas num plano coletivo, o trabalho aparece associado a percepções negativas.

Por fim, no eixo de “cultura nacional desejada” daquela pesquisa, aparecem entre as vinte opções mais citadas algumas bastante sugestivas: *oportunidades de emprego, qualidade de vida, cuidado com pessoas menos favorecidas, justiça social, e igualdade de oportunidades*.

A expressão *oportunidades de emprego* me parece relevante porque figura entre as opções mais citadas apesar de definir, em sua origem (isto é, já é assim oferecida pelo questionário), uma preferência pela palavra *emprego* em lugar de *trabalho*, excluindo, num plano semântico (e inconsciente) a ideia de

empreendedorismo ou *self-employment*, e fazendo presumir que todo trabalho corresponde necessariamente a um cargo ou posto (*i.e.*, *trabalhar para alguém*).

A sugestão de que sejam as oportunidades de emprego, e não as de trabalho, as mais valorizadas pelo brasileiro, chama atenção, mais uma vez, para a já formulada distinção entre trabalho e emprego, com preferência pelo segundo, que reflete uma relação permanente de reciprocidade e que no mais das vezes, no Brasil, está contida numa relação maior (ou estruturante) que a antecede. Esse fenômeno se reflete no que Anthony Leeds (1965) descreveu, numa original análise antropológica das carreiras no Brasil em meados do séc. XX, como *cabide emprego* – situação em que o sujeito possui vários empregos, mas não trabalha efetivamente em todos eles –, posição que se sustenta pelas relações estabelecidas através de uma *panelinha*.

A expressão *igualdade de oportunidades* também chama a atenção, pois se associa a valores citados por informantes do meu próprio questionário (*desenvolvimento pessoal, reconhecimento, valorização*) dos quais emerge uma noção de *mérito*, mas sob um prisma de igualdade que não foi citado por eles, o que me sugere questionar em que medida ela se relaciona com outros dois valores citados na pesquisa Datafolha: *justiça social* e *cuidado com as pessoas menos favorecidas*.

Em outras palavras, a questão que proponho diz respeito a que tipo de igualdade a expressão se relaciona, e sua relação complementar com a ideia de *mérito*, esse elemento indissociável da posição ontológica que o *trabalho* ocupa nas sociedades igualitárias. Segundo a antropóloga Livia Barbosa, a

(...) concepção do papel do indivíduo na moldagem do seu destino está patente no caráter de nossos heróis e na falta de uma ideologia do trabalho como valor positivo e como mecanismo efetivo de ascensão social. Enquanto na sociedade norte-americana um dos temas centrais é a **dramatização da superioridade ontológica do indivíduo sobre o grupo social**, como bem demonstram os heróis de seu imaginário e sua filosofia política, no Brasil poderíamos dizer que ocorre justamente o inverso. Entre nós, duvida-se da capacidade do indivíduo de moldar a realidade de acordo com sua visão de mundo, por sua determinação e esforço. **Vitória, nesse contexto, é sobrevivência, e não dominação.** Nosso herói é “antes de tudo um forte”. Entretanto, essa força não advém da submissão do mundo ao redor à sua vontade, lógica e desejo, em consequência de uma decisão voluntarista e de uma atitude proativa e transformadora, mas de sua resistência. Resistência passiva daquele que sobrevive. Resistência que nasce de uma acomodação fatalista ou astuciosa às circunstâncias. Resistência calada e triste, como a do sertanejo e do Jeca tatu, ou alegre e irreverente, como a do malandro e de Macunaíma. **Qualquer**

que seja a fórmula, ela exclui a ideia de esforço consciente, determinado, lento e cumulativo, como aquele que está associado à concepção do trabalho nas sociedades que fizeram uma reforma protestante. (Barbosa, 1999: 66)

A comparação formulada por Barbosa (1999: 68) dá conta da dificuldade que uma ética positiva do trabalho teve para se estabelecer no Brasil, em que “trabalho e enriquecimento estão mais associados a exploração, malogro, (...) sorte e corrupção do que a determinação, acumulação, recompensa e investimento de longo prazo”.

É nesse sentido que ela observa distintos significados para o trabalho, a depender do segmento social. Para a categoria dos trabalhadores, ele “representa mais uma opção moral do que um mecanismo de mobilidade social vertical e de expressão da individualidade”, ao passo que para as posições mais altas da hierarquia social, bem como segmentos intelectuais, ele representa prazer, fruição. No imaginário dos segmentos médios, por sua vez, “gera desconfiança todo aquele que tenho uma ascensão rápida ou mostre sinais exteriores de um bom padrão de vida”.

Num contexto de igualdade que privilegia seu caráter substantivo – posto que acomodado numa estrutura com forte viés hierarquizante – e não formal (a exemplo da igualdade perante a lei, ou de condições, norte-americana), Barbosa afirma que a ideia de desempenho é “muito mais o resultado do ambiente e das circunstâncias em que se atua que dos talentos e forças intrínsecos ao indivíduo”, e que podem ser sintetizadas na posição social de cada um, nas deficiências estruturais do sistema e nas idiossincrasias subjetivas.

Devido a essa concepção de desempenho, aqui esperamos sempre que nossas produções individuais sejam avaliadas no contexto em que produzimos e atuamos (...) do “eu e minhas circunstâncias”. (...) Se na sociedade norte-americana as circunstâncias são invocadas apenas para valorizar o desempenho individual, **na sociedade brasileira elas são sempre lembradas para justificar a qualidade do que cada um foi e é capaz de produzir.** (...) Pela mesma lógica, a competição se torna um mecanismo social negativo, pois as pessoas estarão competindo em desigualdade de condições. **Por isso é que ou todos são avaliados positivamente, ou ninguém é avaliado.** Daí o sentimento de injustiça que domina todos aqueles que não têm uma boa avaliação de seu superior e a reação geral, no caso do funcionalismo, à avaliação. (...) **A melhor forma de sintetizar nossa concepção do desempenho é dizer: no Brasil, desempenho não se avalia, se justifica.** (Barbosa, 1999: 69)

Segundo Barbosa, portanto, a concepção de igualdade de oportunidades com a qual trabalhamos parece muito mais próxima de uma igualdade substantiva,

em que oportunidade significa o ponto de chegada, e não de partida. Nesse sentido, está profundamente vinculada à ideia de justiça social que salientei, e numa posição de relativização – senão de incompatibilidade – com as noções de mérito e de desempenho pessoal, que desequilibram o jogo após uma situação de partida igualitária (igualdade de condições).

As respostas ao questionário que apliquei afirmam, portanto, não apenas a coexistência de interpretações distintas sobre o trabalho no Brasil – vislumbrada nas reflexões de Livia Barbosa (1999) e Roberto DaMatta (2003) –, mas também que, em uma delas, há uma clara vinculação com a ideia de pobreza. Apenas os trabalhos considerados *positivos* afastam da pobreza quem os desempenha; os trabalhos negativos, por sua vez, a perpetuam, pois em regra não é possível escapar da pobreza por meio deles. Nesse sentido, quanto mais intelectual, prazeroso e deslocado de noções de obrigação e rotina for o trabalho – veja-se as características apontadas na tabela 2 e, sobretudo, os exemplos de ocupações da tabela 3 –, mais capaz de gerar uma remuneração que o situe em oposição à pobreza.

Vale destacar que não tive a oportunidade de aplicar o questionário aos muito ricos, aqueles que corresponderiam, nos contos de Machado, aos que não trabalham; de toda forma, o atual campo simbólico da riqueza parece abranger também, para além do ócio (não-trabalho), as concepções de trabalho exclusivamente intelectual e bem remunerado (e que, portanto, mais se aproximam do não-trabalho), que é capaz de oferecer um nível de qualidade de vida muito superior ao do trabalhador braçal.

Esse estatuto depreciativo parece emergir não apenas quando se trata do tema sob o ponto de vista de ocupação profissional: no uso corrente da língua, utilizamos variadas expressões nele lastreadas para atribuir características negativas a alguns fenômenos. O termo *trabalho*, por exemplo, dá origem tanto aos substantivos *trabalhão* e *trabalheira* como ao adjetivo *trabalhoso*, cujos significados, bastante próximos, dão conta de algo que, como sabemos, exige ou envolve muita fadiga ou dificuldade; para o mesmo sentido também se orienta a corriqueira expressão “dar trabalho”: tratam-se de situações em que o esforço é visto como algo penoso, complicado e que queremos evitar, se possível.

Vale lembrar que as expressões “pegar no batente”, “ir à labuta”, “arregaçar as mangas” e “botar a mão na massa” incluem, manifestamente, referências ao

trabalho manual e, sem qualquer surpresa, indicativas de dificuldade e esforço. Não por acaso, *trabalho* também é associado, no uso corrente da língua portuguesa, a *luta* ou *batalha*, e seu sujeito, ao *batalhador*; na conhecida expressão “enfrentar um dia de trabalho”, *trabalho* aparece como algo negativo, a ser enfrentado¹² – e que, ironicamente, supõe-se que nunca será vencido, pois se refere a uma rotina que se repete por longuíssimo período. Assim, *trabalho* assume o sentido de uma batalha que não se pode vencer (pois é mandatório e não pode ser evitado), dando a entender que a única forma de “vencer” o trabalho é nunca o enfrentar (isto é, não trabalhar).

De todas as expressões linguísticas que se originam da palavra *trabalho*, creio que a mais significativa, entretanto, é *trabalhador*. Em sua acepção mais objetiva, o termo designa aquele que trabalha; contudo, sabemos que a amplitude dos significados da palavra é consideravelmente maior, pois representa, em verdade, “aqueles que dependem do trabalho para viver”. Assim como destaquei o papel do trabalho como elemento de classificação social, restará claro que a palavra *trabalhador* condensa os múltiplos sentidos que decorrem dessa ideia.

Porque nesse contexto, *trabalhador* se torna o resultado da classificação, o marcador que designa que alguém precisa trabalhar para sobreviver, ou seja, o pobre. Não é à toa que a expressão não apenas é indiscriminadamente usada nos mais variados contextos para definir os pobres (jornalismo e política são certamente dois meios em que ela aparece com frequência), mas também articulada pelos próprios pobres para se autodefinirem, a exemplo da descrição da antropóloga Alba Zaluar em seu estudo sobre pobreza na comunidade “Cidade de Deus”, no Rio de Janeiro.

Quando cheguei ao conjunto habitacional de Cidade de Deus para estudar as formas de organização das classes populares, deparei com uma população bastante heterogênea. Porém, afora um pequeno núcleo de classe média – pessoas de nível educacional alto e que exerciam ocupações não-manuais, tais como empregados em escritório, laboratoristas ou técnicos, além de estudantes que estavam na universidade pretendiam para lá se encaminhar – os moradores de Cidade de Deus, em sua grande maioria, usavam como categoria de auto-referência ora a de “pobre”, ora a de “trabalhador”. E entre eles se encontravam tanto operários semi ou não especializados e empregados do terciário com pouca qualificação quanto autônomos do setor de serviços, contínuos, guarda-livros e uns poucos pequenos funcionários públicos. (Zaluar, 1985: 33)

¹² Tal como ocorre com a fila de espera (cf. DaMatta & Junqueira, 2017).

Mas se no contexto daquele estudo a categoria *trabalhador* era, sob a perspectiva dos informantes, relativamente intercambiável com a de *pobre*, a sobreposição das duas não é exata: a palavra *trabalhador* é usada frequentemente como marcador do indivíduo obediente aos aspectos individualizantes da vida, dos quais destaco os dois que me parecem mais relevantes: a lei – particularmente representada, nesse contexto, pelo pagamento de tributos – e o contrato de trabalho, que inclui o cumprimento de uma rotina horária, subordinação, etc.

Trata-se, a rigor, de uma categoria nativa, compreendida universalmente e utilizada por todos os segmentos sociais, para se referir ao pobre honesto, que não recorre à malandragem ou ao banditismo para sobreviver, ou mesmo tentar enriquecer. Por isso mesmo, é instrumento frequentemente mobilizado para acessar ou ver reconhecida a *cidadania*¹³ do pobre: não apenas porque é elemento constitutivo de inúmeras formas de qualificação burocrática (desde a emissão de documentos até o efetivo acesso a serviços e benefícios públicos), mas sobretudo porque é lido socialmente como confirmação razoável da virtuosidade do pobre, quando colocada à prova.

Em seu sentido mais objetivo, portanto, trabalhador poderia designar aquele que desempenha qualquer das atividades descritas nas respostas ao questionário que apliquei, na medida em que todas são trabalho; contudo, num sentido sociologicamente mais estrito, o trabalhador é aquele que desempenha funções braçais ou, se parcialmente intelectuais, de baixa ou nenhuma especialização. São, portanto, os herdeiros da posição dos escravos nesse código moral “paralelo” do trabalho a que me refiro.

Como brasileiro, desde a primeira vez que viajei a um país estrangeiro dito *desenvolvido* – no caso, os Estados Unidos –, me surpreendi quanto à ausência de porteiros nos prédios das grandes cidades americanas e europeias; mais tarde percebi também – e isso é sensível na cultura de massa que consumimos, por meio de filmes e seriados de televisão – a ausência de empregadas domésticas nos lares daquelas sociedades. Não é que eles não existam ali, mas seus serviços estão ao alcance apenas daqueles muito ricos, que têm meios de custear a relativamente alta

¹³ Cf. Wanderley Guilherme dos Santos (1979) e seu conceito de cidadania regulada.

remuneração desses profissionais, algo impraticável mesmo para as famílias da camada alta das respectivas sociedades.

No Brasil, por outro lado, esse tipo de trabalhador, além de uma presença quase ubíqua, assume ainda gama de tarefas que invariavelmente excede a tradução objetiva de suas ocupações: o “porteiro”, no mais das vezes, acumula ainda as funções de zelador, faxineiro, vigia e mensageiro; a empregada doméstica – esse termo já é mais amplo, sutilmente compatível com a miríade de tarefas que essas profissionais concentram – congrega numa só pessoa as funções de cozinhar, limpar a casa, as roupas, cuidar das crianças, fazer compras.

Meu estranhamento, nesses casos em que a comparação mostra realidades muito distintas, teve clara função ritual, dando foco a uma determinada parte da estrutura social em que eu me inseria (a brasileira). A respeito disso, vale retomar algumas noções desenvolvidas no âmbito de uma teoria dos rituais, sobretudo a partir da obra de Arnold van Gennep e Victor Turner.

Van Gennep (1978 [1909]) dedicou grande parte de seus esforços ao estudo sistemático dos ritos, em especial aqueles referidos por ele como mediadores da transição entre papéis sociais, denominados por ele *ritos de passagem*, e que se observavam também nas sociedades modernas e ocidentais. Mas seu mérito não se esgota no reconhecimento da relevância dos rituais na vida moderna: sua percepção de ideias como a de deslocamento do sagrado e de dramatização de narrativas se somam ao modelo de interpretação dos ritos de passagem, e à importância conferida ao seu estágio intermediário, para dar brilho à sua obra (*cf.* Belmont, 1979).

Ao longo do processo de marcação de papéis descrito por Van Gennep, a sociedade que ritualiza acaba por salientar para si mesma, repetindo e mantendo viva, a estrutura que a dirige. Não se trata, portanto, de caracterizar apenas os ritos e a legitimação de posições sociais, mas também da própria ordem social em que estas se inscrevem. Creio, assim, que o modelo teórico de Van Gennep se presta à interpretação de qualquer forma de ritualização, pois se os rituais têm o poder de informar simbolicamente os valores de uma sociedade, e também de transformá-los, eles sempre promoverão, em alguma medida, rompimentos e agregações.

Apoiado nesse modelo, e em especial na ideia de liminaridade introduzida por Van Gennep, o antropólogo britânico Victor Turner (1974, 2005, 2008)

desenvolveu a ideia de drama social, como uma ritualização de conflitos que, se manifestando nas ocasiões mais triviais e inusitadas, oferece ao expectador a contemplação clara da emergência de valores sociais mais profundos.

A utilização do drama como metáfora oferece uma perspectiva construtiva do ritual, conforme nos aponta Geertz (1994: 40): “representar, e não fingir”, escreve o antropólogo norte-americano, onde representar responde pela efetiva condensação de valores no ato realizado, e não por uma mera atuação. O drama, nesse sentido, tanto “vive a História” para a sociedade descrita, como “conta a história” para o seu leitor.

Em junho de 2021, foi noticiada pelo site UOL a série de declarações feitas pela influenciadora digital brasileira Adriana Sant’anna em seu Instagram, enquanto buscava empregada doméstica para trabalhar em sua residência nos Estados Unidos. A série de postagens daquela personalidade pode ser interpretada como um drama social, nos termos propostos por Turner:

Gente, por favor. Acha alguém pra trabalhar aqui em casa, fazer tudo. Eu imploro. A gente paga bem. Eu só preciso que limpe, lave, passe, guarde, cozinhe e olhe as crianças quando eu precisar. Não aguento mais essa vida de ficar colocando coisa pra lavar.

Num primeiro momento, a autora da postagem sugere a dificuldade de encontrar profissionais para a função, mesmo oferecendo remuneração supostamente adequada, mas dá indícios que a dificuldade é reflexo, sobretudo, da quantidade de tarefas que a profissional deve desempenhar. Em seguida, ela, que segundo a matéria se diz “desesperada, sem dormir e rezando”, faz ponderações sobre o custo de tais serviços naquele país, em comparação com o Brasil.

A galera aqui ganha por hora e eu quero alguém para ficar o tempo todo e fazer tudo para mim. No Brasil a gente estava feito. A gente tinha uma pessoa que fazia tudo. Aqui, para passar 25 dólares a hora a mais, para dobrar 25 dólares. Ah, para poder esticar o braço, mais 10 dólares. É assim! Então, você que tem alguém no Brasil, ajoelha e agradeça a Jesus.

Após receber críticas pelas postagens, Adriana fez outro comentário na rede social.

Em momento algum pedi uma escrava, pelo contrário, eu solicitava um ‘anjo’ para cuidar de tudo. Até porque o salário que estou oferecendo é de US\$ 5 mil para trabalhar de segunda a sexta, das 8h às 15h. Se inclusive calcular, verá que é muito mais do que US\$ 25 a hora.

A divergência entre as práticas de trabalho doméstico nos Estados Unidos e no Brasil, em razão das distintas concepções de trabalho a que estão associadas – distinção não compreendida pela autora das postagens – é explicitada por Paula Costa, brasileira que trabalha com prestação de serviços domésticos nos Estados Unidos há mais de vinte anos, entrevistada em matéria publicada em julho de 2021 pela BBC Brasil. Paula enxerga na diferença entre as noções de “patrão” e “cliente” um dos pontos fundamentais na distinção entre o trabalho doméstico no Brasil e nos Estados Unidos.

Patrão vem como uma autoridade, como 'você faz aquilo que eu estou falando', **não é como uma igualdade**. Eu senti isso na pele e minha mãe também sentiu isso muito forte. **Cliente é diferente**. O cliente te respeita, te olha nos olhos, te valoriza, **reconhece o seu esforço e o seu trabalho**. E ele te paga por isso e paga bem.

Paula conta que, no Brasil, começou na profissão de empregada doméstica com nove anos, “sem receber nada por isso, como uma dessas meninas que são ‘pegas para criar’ por famílias mais ricas, ganhando moradia em troca de trabalho, que conciliava com a escola”. Nos Estados Unidos, Paula, que começou como ajudante de faxineira (isto é, na empresa de outra pessoa), agora tem sua própria microempresa de serviços domésticos, de forma que “às vezes contrata ajudantes para dar conta do serviço”.

O que se observa do ponto de vista de Paula vai além da mera distinção formal entre o desempenho de tarefas domésticas nos dois países, refletindo mais propriamente uma distinção de ordem material (ou ideológica) nas concepções de trabalho. O empregado, no Brasil, tem um contrato “aberto” com seu patrão, no sentido que não tem suas tarefas precisamente definidas, ao passo que nos Estados Unidos há uma enorme precisão quanto às tarefas que estão incluídas no trabalho, pois o esforço necessário para desempenhar cada uma influencia decisivamente no tempo de realização e na precificação. Na experiência norte-americana de Paula, seu vínculo não é com um patrão (um vínculo permanente), mas um cliente, e ela não possui um emprego, mas sim uma relação de prestação de serviço (ou seja, um vínculo provisório).

Aliás, fica clara aí uma distinção entre as ideias de *emprego* e *serviço*. *Emprego* diz respeito a uma posição – contida numa relação mais ampla e complexa – cujas tarefas podem ser imprecisas, ao passo que a ideia de *serviço* está muito mais associada à empreitada em si, isto é, à tarefa ou conjunto de tarefas contratadas

no âmbito de uma relação provisória que se encerra assim que aquelas tarefas são concluídas.

Essa distinção é melhor formulada por Heloiza Barbosa, brasileira que é ex-faxineira nos Estados Unidos, onde vive desde 1997, e que também foi entrevistada na matéria da BBC Brasil.

O trabalho doméstico aqui tem categorias diferentes: tem aquele que lida com a limpeza de casa, o que lida com os cuidados das crianças, o das cuidadoras de idosos, o de cozinha e o de manutenção da casa funcionando.

São serviços contratados e são serviços caros, se você está acostumado no Brasil a pagar muito pouco por isso. **Aí já tem uma diferença: a ideia de serviços prestados, ou seja, você não é empregado de alguém como o trabalhador doméstico é no Brasil, você é dono da sua empresa e vende o serviço para a pessoa que te contrata.**

No Brasil, você paga a diária da pessoa para ela fazer absolutamente tudo dentro de uma casa. Se você fosse transpor isso para os Estados Unidos, seria muito caro, porque são várias categorias de serviços, então é uma coisa que muito poucas famílias podem pagar.

Estamos falando de um sistema capitalista, onde o trabalhador só tem valor enquanto tem força de trabalho para vender. Não há benefícios sociais, férias remuneradas, aposentadoria, direito a dias de afastamento por doença. Simplesmente, se não trabalha, não ganha.

A partir do relato de Heloiza, emerge também outro ponto interessante da comparação: como espécie de compensação estrutural do sistema, o emprego de doméstica no Brasil faz jus a uma estabilidade e a benefícios trabalhistas que, no limite, estão associados à ideia de amparo aos necessitados. Assim, a empregada doméstica que tem uma rotina perversa de tarefas e horários possui, por outro lado, um estatuto de auxílios que atenua sua condição de pobre.

Como sabemos, aliás, a relação entre patrão e empregado doméstico no Brasil se situa muito além das diferenças entre *emprego* e *serviço*, *estabilidade* e *instabilidade*. Uma parte enorme das empregadas domésticas que atuam no Brasil – país, aliás, com a segunda maior quantidade de pessoas nessa ocupação no mundo, um total de 6,3 milhões (6,8% da força de trabalho), segundo dados da OIT – vive na casa de seus patrões e, nesse sentido, convive como parte da família. A relação de emprego, nesse sentido, é complexa, pois se confunde com uma relação íntima, pessoal e que extrapola a dimensão profissional, econômica.

O “anjo” a que se refere Adriana Sant’anna no seu desabafo público é, portanto, alguém que trabalha não apenas pelo salário, no mais das vezes baixo, mas pela consideração e intimidade que possui com a família. Seu vínculo com

aquele conjunto de pessoas é liminar, e reflete de forma muito próxima a posição social que os escravos ocupavam nos sobrados do Brasil de Machado de Assis, a exemplo dos casos de Lucrécia (*O caso da vara*) e, sobretudo, *Mariana*, nos contos do escritor.

A presença do escravo no imaginário brasileiro é vivida por meio de outro drama social noticiado recentemente: em março de 2018, o portal G1 veiculou um ensaio fotográfico de uma debutante de Belém/PA, cujas fotos, produzidas como parte de uma festa de quinze anos intitulada “Imperial Garden”, mostravam a jovem, branca, vestida como Sinhá, sendo servida por jovens negros também apropriadamente vestidos de criados, num cenário que recriava uma mansão do séc. XIX.

O ensaio foi amplamente criticado por internautas pela referência à escravidão, e as fotos foram retiradas do ar. A produtora do ensaio, em nota de esclarecimento publicada em rede social, afirmou que jamais houve intenção de veicular a escravidão como algo positivo. “Tínhamos a única intenção de retratar o período histórico do Império que, infelizmente, tinha escravidão”¹⁴.

Essas notícias, e sobretudo os pontos de vista expressos por seus informantes, podem ser tomadas como dramas sociais, isto é, situações rituais de conflito que dão conta de como a figura da escravidão ainda sustenta valores compartilhados pela sociedade brasileira, especialmente quando se trata de um de seus correspondentes contemporâneos, o trabalho doméstico.

A figura do *trabalhador*, como venho ressaltando aqui, é emblemática na configuração simbólica da cidadania no Brasil, pois representa o pobre honesto e “cumpridor das regras”, isto é, que se submete às normas hierarquizantes do sistema, que assume seu papel e se resigna. Mas esse papel social presume uma contrapartida na ordem hierárquica, consistente no reconhecimento coletivo do trabalhador como destinatário, num âmbito pessoal, da benevolência patronal e, num plano coletivo, do amparo estatal.

¹⁴ Em fevereiro de 2019, conforme noticiado por coluna da Folha de São Paulo, a então editora da revista Vogue no Brasil, Donata Meirelles, causou polêmica semelhante por ocasião da sua festa de aniversário, ao produzir fotos em que figurava cercada de moças negras – todas vestidas de típicas vendedoras de acarajé, como apontava a notícia. Sem a mesma literalidade do caso da debutante, o ensaio também foi extensamente criticado nas redes sociais, por simular cenas de um regime escravista.

O trabalhador passa a ser, nesse contexto, o protagonista brasileiro da pobreza. Mais do que isso: se a pobreza for entendida como parte fundamental e necessária da estrutura hierárquica brasileira, o trabalhador, para além de ator central, se torna também uma espécie de avalista do sistema (que tinha no escravo seu correspondente no séc. XIX), legitimando as narrativas políticas populistas e a ação assistencial do Estado que, ao invés de contribuir para a superação da pobreza estrutural, atuam na sua conservação.

O historiador Eduardo Silva (1988: 131), ao examinar as críticas e reclamações populares veiculadas em coluna específica do Jornal do Brasil na passagem do séc. XIX para o XX, em especial aquelas relacionadas a salário e relações de trabalho, percebe que as mesmas atribuem ao Estado papéis, “por um lado, como o grande patrão e, por outro, como o grande regulador da esfera econômica”. As queixas, diz ele, “longe de negarem a assunção desses papéis – como uma visão estritamente liberal –, reclamam, ao contrário, o seu bom exercício”.

O exame até aqui nos indica a relevância do papel do Estado, no Brasil, como instrumento de realização, ou reprodução, da ordem hierárquica que já aponte. É em grande parte através da ação do Estado que se afirma nosso viés aristocratizante, não apenas porque assume a obrigação coletiva de “cuidar” dos inferiores, mas também porque é poroso e, no limite, capturado pelo estrato superior da estrutura social, tanto na dimensão da política institucionalizada como na da organização da administração.

Se no tempo de Machado de Assis, as nomeações para cargos públicos eram manifesta e, ao que parece, exclusivamente orientadas pelas relações de compadrio, é certo que ao longo do séc. XX o acesso a eles foi disciplinado por meio do concurso público, mecanismo fundamentalmente igualitário – e portanto, democrático – de preenchimento da Administração Pública.

Atualmente a maior parte dos cargos públicos, especialmente nas carreiras mais prestigiosas, só pode ser ocupada por servidores concursados; ainda assim, há uma enorme quantidade de cargos em comissão cuja nomeação é discricionária pelos governantes, isto é, para os quais não há qualquer processo seletivo obrigatório. Estes últimos, como sabemos, são amplamente considerados pelos integrantes do universo político institucionalizado para atendimento de seus

interesses, sobretudo para a ampliação de influência nos processos eleitorais, que garante continuidade nos cargos eletivos: as nomeações obedecem a critérios de aliança política e patronagem – as panelinhas de que trata Anthony Leeds (1965) –, pelo que é comum que, num período relativamente curto, uma mesma pessoa ocupe, sucessivamente, distintos cargos em comissão em diferentes órgãos ou mesmo instâncias de governo, a depender do desempenho eleitoral de seu grupo político.

Mesmo no caso dos concursos públicos, me parece evidente que as medidas de isonomia adotadas não são capazes de impedir que as principais carreiras públicas – aquelas que sustentam altíssimos salários, privilégios corporativos e prestígio social – sejam quase exclusivamente preenchidas pelo estrato social superior, conservando o caráter do Estado de mantenedor do *status quo*.

Isso porque o conjunto de práticas e normas que se consolidou em torno dos concursos públicos, para além de não se orientarem para a correção ou neutralização de desigualdades (sobretudo econômicas) **anteriores** ao processo seletivo, forjam uma ideologia (*cf.* Fontainha *et al.*, 2016) que implica na assunção de uma ocupação provisória e, em geral, de dedicação integral (o *concurando*) incompatível com qualquer outra ocupação profissional.

Significa dizer: como regra, são bem sucedidos nos concursos públicos aqueles que podem prescindir do trabalho, durante um período que pode se estender a vários anos, o que seguramente não é possível para a maior parte da população, em especial para o *trabalhador*, na forma que já defini. Ademais, os cursos superiores, em especial o de Direito, nas universidades – que, no caso brasileiro, são em grande parte públicas e gratuitas – aparecem nesse contexto de forma bastante semelhante àquela descrita por Machado de Assis, como “escolas de governo” ou polos de formação de funcionários públicos, na medida em que grande parte de seus egressos obtém o título universitário com o manifesto objetivo de ingressar numa carreira pública de destaque.

Em conclusão, a desclassificação do trabalho, reservado ao escravo (e posteriormente ao trabalhador livre) e sua associação com a pobreza, tal como depreendemos dos contos machadianos, parece estar presente até hoje no imaginário brasileiro, em que o trabalho dito braçal é considerado desagradável,

mal remunerado e divorciado do desenvolvimento individual, e que implica na noção de que o trabalho não gera riqueza, mas apenas sofrimento e subordinação.

Essa desvalorização tem reflexo não apenas simbólico, na forma como o trabalho é interpretado, mas também prático, na persistência de determinadas ocupações tratadas socialmente como inferiores, nos processos seletivos de contratação, sobretudo no serviço público, e na aplicação de mecanismos para apuração de produtividade e mérito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Contos avulsos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

_____. **Contos esparsos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

_____. **Contos esquecidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

_____. **Contos recolhidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

_____. **Contos sem data**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

_____. **Histórias românticas**. São Paulo: W. M. Jackson, 1957, v. 11.

_____. **Relíquias de Casa Velha**, vol. 2. São Paulo: W. M. Jackson, 1957, v. 17.

_____. **Contos fluminenses**, vol 2. São Paulo: W. M. Jackson, 1957, v. 21.

_____. **Contos e crônicas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

_____. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, v. 2.

_____. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, v. 3.

_____. **Todos os contos, vol. 1.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

_____. **Todos os contos, vol. 2.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

_____. **Todos os contos, vol. 3.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BARBOSA, Livia. **Igualdade e meritocracia:** a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

BBC BRASIL, edição eletrônica de 16/07/2021, disponível em
<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57855932>>, acesso em 16/07/2021.

BELMONT, Nicole. **Arnold Van Gennep:** The Creator of French Ethnography. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

BIARD, François-Auguste. **Dois anos no Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2004 [1862].

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, disponível em
<<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-das-familias/>>, acesso em 17/07/2021.

CANDIDO, Antônio. “Esquema de Machado de Assis”. In: **Vários Escritos.** São Paulo: Duas Cidades, 1995 [1970].

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. As ideias estão no lugar. In: **Cadernos de Debate**, nº 1, p. 61-64, 1976.

CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas), disponível no sítio eletrônico
<[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GAZETA %20DE%20NOT%C3%8DCIAS.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GAZETA%20DE%20NOT%C3%8DCIAS.pdf)>, acesso em 17/07/2021.

CRESTANI, Jaison Luís. O perfil editorial da revista A Estação: Jornal ilustrado para a família. In.: **Revista da Anpoll**, Vol. 1, nº 25, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAMATTA, Roberto. **Conta de mentiroso**: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a [1979].

_____. **A Casa e a Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

_____. **Profissões industriais na vida brasileira**: ontem, hoje e amanhã. Brasília: Ed. UnB: Senai: Ministério do Trabalho e Emprego, 2003.

DAMATTA, Roberto; JUNQUEIRA, Alberto. **Fila e democracia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

DUMONT, Louis. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da Ideologia Moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000 [1983].

_____. **Homo hierarchicus**: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 2008.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República**: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto Brasiliensis**: memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944 [1833].

EWBANK, Thomas. **Vida no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976 [1856].

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Globo, 2001 [1974].

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; FERREIRA. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FINLEY, Moses. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FISCHER, Luís Augusto. Contos de Machado: da ética à estética. In: SECCHIN, ALMEIDA e SOUZA (org.), **Machado de Assis, uma revisão**, Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO, edição eletrônica de 24/10/2017, disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1929574-corrupcao-define-brasil-mas-nao-o-brasileiro-diz-estudo.shtml>>, acesso em 28/10/2017.

FOLHA DE SÃO PAULO, edição eletrônica da coluna de Tony Góes de 11/02/2019, disponível em <<https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/tonygoes/>>, acesso em 01/07/2021.

FONTAINHA, Fernando de Castro; GERALDO, Pedro Heitor Barros; VERONESE, Alexandre; ALVES, Camila Souza. **O concurso público brasileiro e a ideologia concurseira**. BDA (São Paulo), v. 32, p. 58-76, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global Editora, 2006 [1933].

_____. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global Editora, 2004a [1936].

_____. **Ordem e Progresso**. São Paulo: Global Editora, 2004b [1959].

GEERTZ, Clifford. **Conocimiento local**: ensayos sobre la interpretación de las culturas. Barcelona: Paidós, 1994.

_____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1973].

GLEDSON, John. **Machado de Assis**: ficção e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Por um novo Machado de Assis**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GLOBO.COM, edição eletrônica de 15/03/2018, disponível em
<<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/ensaio-fotografico-de-debutante-choca-internautas-com-negros-vestidos-de-escravos.ghtml>>, acesso em 01/07/2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995 [1936].

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JAGUARIBE, Hélio. Política de clientela e política ideológica. In: **Digesto Econômico**, VI (68), julho, 1950.

KARASCH, Mary. **A Vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEEDS, Anthony. Brazilian careers and social structure (a case history and model). In: HEATH, Dwight B. Heath ADAMS, Richard N. (orgs). **Contemporary Cultures and Societies of Latin America**. New York: Random House, 1965.

Longman Dictionary of Contemporary English. London: Longman, 2009.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975 [1820].

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva (forma e razão da troca nas sociedades arcaicas)”, In: **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1923-1924], p. 183-314.

MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis 1839-1870: ensaio de biografia intelectual.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.

MIGUEL PEREIRA, Lúcia. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1988 [1936].

NABUCO, Joaquim. **Minha formação.** Brasília: Senado Federal, 1998 [1900].

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **Ser nobre na colônia.** São Paulo: UNESP, 2005.

PATTERSON, Orlando. **Slavery and Social Death: a comparative study.** Cambridge: Harvard University Press, 1982.

PERDIGÃO MALHEIRO, Agostinho Marques. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social.** Petrópolis: Vozes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976 [1866].

ROBERT, Paul. **Le Nouveau Petit Robert.** Paris: Dictionnaires Le Robert, 1996.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHWARZ, Roberto. **Os pobres na literatura brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Ao Vencedor as Batatas:** forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000a [1977].

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo:** Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000b.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Adam. **An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations.** Indianapolis: Liberty Classics, 1981 [1776].

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América:** Leis e Costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1835].

_____. **A Democracia na América:** Sentimentos e Opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1840].

_____. **O Antigo Regime e a Revolução.** São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1856].

TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica.** São Paulo: Loyola, 2001.

TOMBOLO, A. G.; SAMPAIO, A. V. O PIB brasileiro nos séculos XIX e XX: duzentos anos de flutuações econômicas. In: **Revista de Economia**, v. 39, n. 3 (ano 37), p. 181-216, set./dez. 2013.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual:** Estrutura e Anti-Estrutura. Petrópolis, Vozes, 1974.

_____. **Floresta de Símbolos:** Aspectos do Ritual Ndembu. Niterói: EdUFF, 2005.

_____. **Dramas, Campos e Metáforas:** Ação Simbólica na Sociedade Humana; Niterói: EdUFF, 2008.

UOL, edição eletrônica da coluna de Nina Lemos de 24/06/2021, disponível em <<https://www.uol.com.br/universa/colunas/nina-lemos/>>, acesso em 25/06/2021.

VAN GENNEP, Arnold. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978 [1909].

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VERNANT, Jean Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Trabalho e escravidão na Grécia Antiga**. Campinas: Papirus, 1989.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1904-05].

_____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: **Sociologia** (org. Gabriel Cohn). São Paulo: Ed. Ática, 2003 [1921], p. 128-141.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

APÊNDICE

Conto	Ano de Publicação
Três Tesouros Perdidos	1858
O País das Quimeras	1862
Casada e Viúva	1864
Frei Simão	1864
O Anjo das Donzelas	1864
Questão de Vaidade	1864
Virginius	1864
Cinco Mulheres	1865
Confissões de Uma Viúva Moça	1865
Linha Reta e Linha Curva	1865
O Teles e o Tobias	1865
A Pianista	1866
Astúcias de Marido	1866
Diana	1866
Felicidade Pelo Casamento	1866
Fernando e Fernanda	1866
O Oráculo	1866
O Pai	1866
O Que São as Moças	1866
Uma Excursão Milagrosa	1866
Francisca	1867
História de uma Lágrima	1867
O Último Dia de um Poeta	1867
Onda	1867
Possível e Impossível	1867
A Mulher de Preto	1868
Não É Mel Para a Boca do Asno	1868
O Carro Nº13	1868
O Segredo de Augusta	1868
Quinhentos Contos	1868
Luís Soares	1869
O Anjo Rafael	1869
A Vida Eterna	1870
Aurora Sem Dia	1870
Miss Dollar	1870
O Capitão Mendonça	1870
O Rei dos Caiporas	1870
A Felicidade	1871

Almas Agradecidas	1871
Ayres e Vergueiro	1871
Mariana	1871
O Caminho de Damasco	1871
A Parasita Azul	1872
Canseiras Em Vão	1872
Qual dos Dois?	1872
Quem Não Quer Ser Lobo...	1872
Ruy de Leão	1872
Uma Águia Sem Asas	1872
Uma Loureira	1872
A Menina dos Olhos Pardos	1873
As Bodas de Luís Duarte	1873
Decadência de Dois Grandes Homens	1873
Ernesto de Tal	1873
Nem Uma Nem Outra	1873
O Relógio de Ouro	1873
Ponto de Vista	1873
Quem Conta um Conto...	1873
Tempo de Crise	1873
Um Homem Superior	1873
Miloca	1874
Muitos Anos Depois	1874
Os Óculos de Pedro Antão	1874
Um Dia de Entrudo	1874
Valério	1874
A Chinela Turca	1875
A Mágoa do Infeliz Cosme	1875
A Última Receita	1875
Antes Que Cases...	1875
Brincar Com Fogo	1875
Casa, Não Casa	1875
História de uma Fita Azul	1875
O Sainete	1875
Onze Anos Depois	1875
Quem Boa Cama Faz	1875
Um Esqueleto	1875
Dona Mônica	1876
Encher Tempo	1876
Longe dos Olhos...	1876
O Astrólogo	1876
O Passado, Passado	1876
Sem Olhos	1876

To Be or Not To Be	1876
Uma Visita de Alcibíades	1876
A Melhor das Noivas	1877
Silvestre	1877
Um Almoço	1877
Um Ambicioso	1877
A Herança	1878
A Sonâmbula	1878
Antes da Missa	1878
Conversão de um Avaro	1878
Dívida Extinta	1878
Elogio da Vaidade	1878
Filosofia de um Par de Botas	1878
Folha Rota	1878
Na Arca	1878
O Bote de Rapé	1878
O Califa de Platina	1878
O Caso Ferrari	1878
O Machete	1878
Um Cão de Lata ao Rabo	1878
A Chave	1879
Curiosidade	1879
Um Para o Outro	1879
A Mulher Pálida	1881
O Alienista	1881
O Caso da Viúva	1881
Teoria do Medalhão	1881
A Sereníssima República	1882
D. Benedita	1882
Letra Vencida	1882
O Anel de Polícrates	1882
O Empréstimo	1882
O Espelho	1882
O Imortal	1882
O Programa	1882
O Segredo do Bonzo	1882
Uma Visita de Alcibíades	1882
Verba Testamentária	1882
A Ideia de Ezequiel Maia	1883
A Igreja do Diabo	1883
Anedota Pecuniária	1883
Cantiga de Esponsais	1883
Cantiga Velha	1883

Capítulo dos Chapéus	1883
Conto Alexandrino	1883
Duas Juízas	1883
Galeria Póstuma	1883
História Comum	1883
Médico é Remédio	1883
Metafísica das Rosas	1883
O Destinado	1883
O Lapso	1883
Papéis Velhos	1883
Primas de Sapucaia!	1883
Questões de Maridos	1883
Singular Ocorrência	1883
Três Consequências	1883
Troca de Datas	1883
Último Capítulo	1883
Uma Senhora	1883
Vidros Quebrados	1883
A Carteira	1884
A Cartomante	1884
A Segunda Vida	1884
A Senhora do Galvão	1884
A Viúva Sobral	1884
As Academias de Sião	1884
Conto de Escola	1884
D. Paula	1884
Entre Duas Datas	1884
Evolução	1884
Ex Cathedra	1884
Fulano	1884
Manuscrito de um Sacristão	1884
Noite de Almirante	1884
O Caso do Romualdo	1884
O Contrato	1884
O Diplomático	1884
O Enfermeiro	1884
O Incorrigível	1884
O Melhor Remédio	1884
Trina e Una	1884
Uma Carta	1884
Vinte Anos! Vinte Anos!	1884
A Causa Secreta	1885
Adão e Eva	1885

Habilidoso	1885
O Cônego Ou Metafísica do Estilo	1885
O Dicionário	1885
Só!	1885
Um Apólogo	1885
Um Bilhete	1885
Uns Braços	1885
Viagem À Roda de Mim Mesmo	1885
A Desejada das Gentes	1886
Curta História	1886
Entre Santos	1886
Pobre Cardeal!	1886
Terpsícore	1886
Trio em Lá Menor	1886
Um Dístico	1886
Viver!	1886
Antes a Rocha Tarpéia	1887
Eterno!	1887
Identidade	1887
Sales	1887
Um Homem Célebre	1888
Dona Jucunda	1889
Como Se Inventaram os Almanques	1890
Mariana	1891
O Caso da Vara	1891
Pobre Finoca!	1891
O Caso Barreto	1892
Um Sonho e Outro Sonho	1892
Uma Partida	1892
Um Quarto de Século	1893
Vênus! Divina Vênus!	1893
A Inglesinha Barcelos	1894
João Fernandes	1894
Missa do Galo	1894
Um Erradio	1894
Ideias de Canário	1895
Orai Por Ele!	1895
Uma Noite	1895
Flor Anônima	1897
Uma Por Outra	1897
Maria Cora	1898
Lágrimas de Xerxes	1899
Pílades e Orestes	1903

Jogo do Bicho	1904
Anedota do Cabriolet	1905
Marcha Fúnebre	1906
Pai Contra Mãe	1906
Suje-se Gordo!	1906
Um Capitão de Voluntários	1906
Um Incêndio	1906
Umas Férias	1906
O Escrivão Coimbra	1907